



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania

JANDIRA DANTAS DOS SANTOS

**O TRABALHO DO AGRICULTOR FAMILIAR FRENTE AO AVANÇO DA
EUCALIPTOCULTURA NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS-BA**

Salvador – BA
2021

JANDIRA DANTAS DOS SANTOS

**O TRABALHO DO AGRICULTOR FAMILIAR FRENTE AO AVANÇO DA
EUCALIPTOCULTURA NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS-BA**

Tese apresentada ao Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, para a obtenção do título de Doutora em Políticas Sociais e Cidadania. Linha de pesquisa: Estado, desenvolvimento e desigualdades sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Carvalho Borges.

Co-orientador: Prof. Dr. Joaci de Souza Cunha.

Salvador – BA
2021

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

S237 Santos, Jandira Dantas dos

O trabalho do agricultor familiar frente ao avanço da eucaliptocultura no município de Alagoinhas-BA / Jandira Dantas dos Santos. ____ Salvador, 2021.

146 f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ângela Maria Carvalho Borges.

Coorientador: Prof. Dr. Joaci de Souza Cunha

Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania.

TERMO DE APROVAÇÃO

JANDIRA DANTAS DOS SANTOS

“O TRABALHO DO AGRICULTOR FAMILIAR FRENTE AO AVANÇO DA
EUCALIPTOCULTURA NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS-BA”

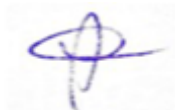
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em
Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 18 de março de 2021.

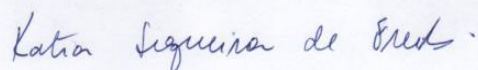
Banca Examinadora:



Prof.(a) Dr.(a) Ângela Maria Carvalho Borges - UCSAL (orientadora)



Prof.(a) Dr.(a) Joaci de Souza Cunha - UCSAL (coorientador)

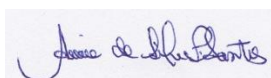


Prof.(a) Dr.(a) Kátia Siqueira de Freitas - UCSAL



Alberto Freire Nascimento

Prof.(a) Dr.(a) Alberto Freire Nascimento - UniRuy



Prof.(a) Dr.(a) Aurea da Silva Pereira - UNEB

Esta pesquisa é dedicada às
trabalhadoras e aos trabalhadores da
agricultura familiar do município de
Alagoinhas-BA.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer ao Grande Arquiteto Do Universo, sem a benção Dele esse trabalho não seria possível.

Ao meu esposo Joseval Carvalho pelo incentivo ao longo dessa jornada.

Aos meus familiares que, direta ou indiretamente, ajudaram na minha formação profissional e sempre torceram por mim.

Nesse percurso de incertezas, expectativas, intercâmbio de ideias e diálogos sobre o tema, conheci e reencontrei pessoas que contribuíram significativamente para a conclusão deste Trabalho: colegas de trabalho, ex-alunos e colegas de turma do curso de Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL.

À Profa. Dra. Ângela Borges, minha orientadora, que muito incentivou e direcionou a pesquisa realizada.

Ao Prof. Dr. Joaci Cunha, meu co-orientador, que fortaleceu meus estudos históricos sobre a questão da terra e do Capital ao longo da pesquisa.

Finalmente, agradeço a todos os professores do Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador pelos quatro anos de conhecimento e descobertas no campo do saber científico.

SANTOS, Jandira Dantas dos. **O trabalho do agricultor familiar frente ao avanço da eucaliptocultura no município de Alagoinhas-BA.** 146 f. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, 2021.

RESUMO

Essa tese discute o trabalho do agricultor familiar, no município de Alagoinhas-BA, no período de 2010 a 2019, frente ao avanço da eucaliptocultura e os possíveis impactos socioambientais. A relevância desta pesquisa decorre da sua contribuição acadêmica devido à pouca, ou quase, inexistência de estudos sobre o possível impacto socioambiental, decorrente da cultura do eucalipto, na região do Litoral Norte e Agreste Baiano, associado à agricultura familiar. A pesquisa teve como objetivo geral analisar a atual condição de trabalho do agricultor familiar e os possíveis conflitos socioambientais e econômicos, decorrentes da nova espacialização do capital, no município de Alagoinhas-BA, em face ao avanço da eucaliptocultura. Para embasar a pesquisa, utilizamos o estudo dos seguintes teóricos: Cunha (2016), Oliveira (1986), Fernandes (2013), Lefebvre (1978), Harvey (2014) e Porto-Gonçalves (2016) entre outros. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, com revisão documental, bibliográfica e entrevistas. A realização da pesquisa permitiu apresentar uma discussão qualitativa sobre a nova configuração laboral do agricultor familiar frente ao avanço da eucaliptocultura no município de Alagoinhas. Conclui-se que, com a chegada da exploração da eucaliptocultura no município na década de 1970, ocorreu um êxodo rural do agricultor familiar a partir de pressões de empresas exploradoras da cultura e a falta de uma política governamental eficaz que valorizasse o trabalho do agricultor familiar. Muitas discussões de 2001 a 2019 foram travadas na Câmara Municipal sobre o tema em questão, mas sem êxito, o que levou a uma desarticulação e enfraquecimento da agricultura familiar. Verificou-se, através da pesquisa, que as representações sindicais e os agricultores pretendem tão somente estabelecer um diálogo com o poder público e entidades locais para estabelecer políticas sociais de fortalecimento do seu trabalho no município.

PALAVRAS-CHAVE: Eucalipto. Agricultor familiar. Movimentos Sociais. Trabalho. Sindicato.

SANTOS, Jandira Dantas dos. **The work of the family farmer in the face of the advance of eucalyptus culture in the municipality of Alagoinhas-BA.** 146 f. Ph.D thesis. Graduate Program in Social Policies and Citizenship, Catholic University of Salvador, 2021.

ABSTRACT

This thesis discusses the work of the family farmer, in the municipality of Alagoinhas-BA, in the period from 2010 to 2019, in view of the advance of eucalyptus culture and the possible socio-environmental impacts. The relevance of this research stems from its academic contribution due to little, or almost, lack of studies on the possible socio-environmental impact, resulting from the culture of eucalyptus, in the region of the North Coast and Agreste Baiano, associated with family farming. The research had as general objective to analyze the current working condition of the family farmer and the possible socio-environmental and economic conflicts, resulting from the new spatialization of the capital, in the city of Alagoinhas-BA, in face of the advance of eucalyptus culture. To support the research, we used the study of the following theorists: Cunha (2016), Oliveira (1986), Fernandes (2013), Lefebvre (1978), Harvey (2014) and Porto-Gonçalves (2016) among others. The methodology used was qualitative research, with documentary, bibliographic review and interviews. The realization of the research allowed to present a qualitative discussion about the new work configuration of the family farmer in face of the advance of eucalyptus culture in the municipality of Alagoinhas. We conclude that, with the arrival of eucalyptus farming in the municipality in the 1970s, there was a rural exodus from family farmers based on pressure from companies that exploit culture and the lack of an effective government policy that values the work of family farmers. . Many discussions from 2001 to 2019 were held in the City Hall on the subject in question, but without success, which led to a disarticulation and weakening of family farming. It was verified, through the research, that the union representatives and the farmers intend only to establish a dialogue with the public power and local entities to establish social policies to strengthen their work in the municipality.

KEYWORDS: Eucalyptus. Family farmer. Social movements. Job. Syndicate.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAF – Associação Baiana das Empresas de Base Florestal
ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
ACIA – Associação Comercial e Industrial de Alagoinhas
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSC – Bahia Specialty Cellulose
CEAS – Centro de Estudo e Ação Social
CEDRS – Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável
CMDS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAP – Declaração de aptidão ao PRONAF
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMATER-BA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
EPABA – Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FERBASA – Companhia de Ferros Ligas da Bahia
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IBA – Indústria Brasileira de Árvores
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOA – Lei de Orçamento Anual
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento Sem Terra
ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
PA – Programa de Aquisição de Alimentos
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEDEA – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
SEMAF – Serviços Municipais de Desenvolvimento Sustentável
SEMAG – Secretaria Municipal de Agricultura
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETAF – Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UARA – União das Associações Comunitárias Rurais de Alagoinhas
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UCSAL – Universidade Católica do Salvador

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Predominância da eucaliptocultura, em Alagoinhas, por hectares. 90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos participantes do estudo.....	19
Quadro 2 – Descrição das categorias analíticas	21
Quadro 3 – Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), em 2017	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Disposição geográfica do município de Alagoinhas	35
Figura 2 – Quantidade produzida na silvicultura, por produto (2018)	36
Figura 3 – Mesorregião do Nordeste Baiano	37
Figura 4 – Área plantada de Eucalipto no Brasil.....	40
Figura 5 – Cadeia produtiva de base florestal de Eucalipto e Pinus na Bahia. 42	
Figura 6 – Estabelecimentos de agricultura familiar, via Censo Agropecuário de 2017	47
Figura 7 – Estabelecimentos agropecuários no Brasil.....	48
Figura 8 – Área total dos estabelecimentos agropecuários no estado da Bahia	48
Figura 9 – Número de empresas de base florestal no Estado da Bahia.....	49
Figura 10 – Registro de um agricultor familiar	61
Figura 11 – Imagem alusiva à agricultura familiar	63
Figura 12 – Unidades Territoriais Descentralizadas do Litoral Norte e Agreste Baiano	64
Figura 13 – SETAF Alagoinhas	66
Figura 14 – Panfleto da 1ª Feira da Agricultura Familiar, Alagoinhas – BA.....	72
Figura 15 – Registro da Feira Agroecológica Familiar.....	73
Figura 16 – Logotipo do SINTRAF	74
Figura 17 – Dados gerais do empreendimento florestal da BSC/Copener	85
Figura 18 – Plantação de Eucalipto	85
Figura 19 – Área de floresta plantada, no Brasil.....	87
Figura 20 – Área de floresta plantada, na Bahia	88
Figura 21 – Área ocupada pela silvicultura, por grupos de espécies florestais 89	
Figura 22 – Área de floresta plantada, em Alagoinhas.....	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 METODOLOGIA.....	17
1.1.1 Participantes.....	19
1.1.2 Instrumentos de produção de dados.....	20
1.1.3 Cuidados éticos.....	20
1.1.4 Procedimentos de coleta de dados	21
1.1.5 Procedimentos para análise de dados	21
2 A SILVICULTURA DO EUCALIPTO NO INTERIOR DA BAHIA	24
2.1 CAPITALISMO, INDUSTRIALIZAÇÃO E AGRICULTURA.....	24
2.1.1 O uso da terra na visão do capitalismo monopolista.....	30
2.2 O MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS.....	31
2.2.1 Contexto histórico.....	31
2.2.2 Caracterização geoeconômica.....	35
2.3 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA EUCALIPTOCULTURA ...	40
2.4 A EUCALIPTOCULTURA NA BAHIA: EXPLORAÇÃO E ENFRENTAMENTOS.....	47
3 AGRICULTURA FAMILIAR E EUCALIPTOCULTURA: Instituições e conflitos	60
3.1 REFLEXÕES SOBRE O AGRICULTOR FAMILIAR: CONCEITOS E POSSIBILIDADES.....	60
3.1.1 A agricultura familiar.....	60
3.2 INSTITUIÇÕES LOCAIS QUE APOIAM O AGRICULTOR FAMILIAR.....	66
3.2.1. BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural	66
3.2.2 SEMAG - Secretaria Municipal de Agricultura	70
3.2.3 SEDEA - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	72
3.2.4 UARA - União das Associações Comunitárias Rurais de Alagoinhas	74
3.2.5 SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Na Agricultura Familiar do Município de Alagoinhas Bahia	77
3.2.6 COOPAMA – Cooperativa dos Agricultores Familiares e Economia Solidária do Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas-Bahia	78
3.3 A VISÃO SINDICAL DO AGRICULTOR FAMILIAR FRENTE AO AVANÇO DA EUCALIPTOCULTURA NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS-BA.....	79
3.4 LEIS MUNICIPAIS E ALGUMAS EMPRESAS QUE EXPLORAM O EUCALIPTO	82
3.4.1 Lei nº 1.436/01.....	83
3.4.2 Lei Orgânica Municipal	84
3.4.3 Lei Complementar – Código Municipal do Meio Ambiente.....	87
3.4.4 Principais Empresas que exploram o eucalipto em Alagoinhas-Ba. 88	
3.4.4.1 BRACELL	88
3.4.4.2 FERBASA	90
3.5 O EUCALIPTO E A SUA IMPORTÂNCIA ECONÔMICA	91
3.5.1 Relatório de impactos socioambientais sobre a Bahia Pulp	96

3.6 A CÂMARA MUNICIPAL E O AGRICULTOR FAMILIAR: NARRATIVAS E DISCUSSÕES DE 2010 A 2019.....	98
3.6.1 O debate parlamentar entre 2010 a 2019	101
3.7 NARRATIVAS DE UM AGRICULTOR FAMILIAR: TRABALHO, RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTOS.....	111
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICES	126
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	126
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA	127
APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	128
APÊNDICE D – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	129
APÊNDICE E – TCLE.....	130
ANEXOS	132
ANEXO A - RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – FASE/ES	132

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho desenvolvido no Programa de Políticas Sociais e Cidadania, na linha de pesquisa: Estado, desenvolvimento e desigualdades sociais, apresenta como tema da pesquisa o trabalho do agricultor familiar na região de Alagoinhas a partir do avanço da eucaliptocultura no período 2010/2019, e tem como objeto o avanço dessa atividade no município de Alagoinhas-BA e os possíveis impactos socioambientais ao agricultor familiar.

A literatura consultada, em Meirelles e Calazans (2006), Oliveira (2012), Mazzochin (2016), IBÁ (2018) e ABRAF (2014), relata que existem interesses do mercado internacional na expansão da eucaliptocultura para incrementar a exportação de produtos que são utilizados no mercado de cosméticos, celulose e madeira certificada.

A pesquisa cobre o período de 2010 a 2019, quando o avanço da eucaliptocultura indireta ou diretamente impulsiona a diminuição da prática da agricultura familiar por parte dos munícipes. O recorte temporal se justifica por tensões ocorridas nas relações sociais entre o agronegócio e a agricultura familiar, na região de Alagoinhas, em 2011 e 2014, através de passeatas.

Atuando na rede municipal, desde 1996, como professora de Educação de Jovens e Adultos, percebo a dificuldade dos estudantes da zona rural em se manter por lá. Muitos argumentam a falta de recursos e de incentivos por parte do poder público, bem como a ampliação de florestas, plantadas nas suas regiões de origem, onde muitos acabam sendo empregados. Dessa forma, surge o interesse em entender como está ocorrendo o trabalho do agricultor familiar em Alagoinhas.

Compreender as relações do agricultor familiar com a eucaliptocultura, na região de Alagoinhas, pertencente ao Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano, é um desafio, tendo em vista que, para Bahia, foram encontrados apenas estudos na região do Sul da Bahia, que compreende a área de atuação da Suzano e Veracel Celulose na região de Eunápolis-BA.

É importante dizer que, em 14 de janeiro de 2019, a Suzano comprou a Fibria (proprietária da Veracel Celulose), tornando-se, assim, a maior produtora

de papel e celulose da América Latina¹. Na região em análise, temos a atuação da BRACELL e da Ferbasa, que exploram o eucalipto e o pinho, a produção de celulose para exportação, e carvão vegetal para fomentar o mercado de madeira certificada.

Os estudos declinados a seguir dialogam com a nossa pesquisa e trazem argumentos de impactos causados pela eucaliptocultura noutras regiões da Bahia e o decréscimo da existência do agricultor familiar em consonância com a prática capitalista que visa ao lucro e a uma produção voltada para o mercado internacional.

No seu estudo, na região sul da Bahia, SOUZA (2016) traz uma análise baseada na Saúde Coletiva, a partir dos agrotóxicos utilizados no plantio do eucalipto e os possíveis impactos ambientais decorrentes desta prática, além da atuação do Movimento Sem Terra (MST) com relação ao enfrentamento dos agricultores frente às grandes empresas que exploram o eucalipto e a questão legal da terra.

Por sua vez, o estudo de Andrade (2015), realizado no município de Vitória da Conquista, discorre sobre a cultura do eucalipto apresentando os conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos na região do sudoeste baiano. Aborda a atuação dos movimentos sociais contra a localização e implantação de um segundo polo produtor de madeira pela VERACEL (empresa que explora o plantio de eucalipto na região), e faz uma historiografia do advento da zona de expansão de eucalipto no Brasil que muito contribui em nossa pesquisa.

Oliveira (2012), em sua tese de doutorado, desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe (UFS), sobre o Planalto de Conquista, apresenta como resultado de pesquisa que a eucaliptocultura não teve impacto significativo na estrutura fundiária regional. Registra, ainda, que, nessa região, houve a adesão de pequenos e médios proprietários à produção de madeira certificada para carvão gerando desuso da madeira nativa que, muitas vezes, era transformada em carvão. Esse estudo contribui com a nossa pesquisa no que se refere aos movimentos de resistência do agricultor familiar para garantir a sua existência na

¹ Fonte: <https://www.agazetabahia.com/noticias/geral/19619/fusao-bilionaria-com-a-empresa-suzano-extingue-nesta-segunda-feira-a-marca-fibria-proprietaria-da-ve-14-01-2019/>

terra num contexto de ocupação do território planaltino por grandes empresas plantadoras de eucalipto.

Por outro lado, Porto-Gonçalves (2016) contribui com a nossa abordagem ao apontar que um dos maiores desafios dos movimentos emancipatórios contemporâneos na América Latina é o colonialismo interno, que se configura na capacidade de o Estado territorial abrigar múltiplas territorialidades. Esta análise do autor nos remete aos entraves do agricultor familiar em fortalecer a sua existência no mercado, tendo em vista a disputa de territórios com o agronegócio. Nesta perspectiva, o Estado oferta mais oportunidades ao agroexportador do que ao agricultor familiar, a quem pouco chegam os créditos rurais, apesar de serem ofertados por bancos públicos ou privados. A prioridade é sempre o mercado de *commodities*², mais atrativo para a balança comercial do país. Enfim, capital e Estado, embora distintos, são complementares e se ajustam em seus interesses, ainda que contraditoriamente.

Leff (2009 apud Porto-Gonçalves, 2009) contribui com o debate no que se refere à práticas de empresas antiéticas que avançam desrespeitando os agricultores em sua terra e em nome do capitalismo, não cumprem as leis ambientais e, em prol de lucratividade, continuam plantando a quantidade que consideram conveniente.

Por esses enquadramentos, procuramos compreender a atuação dos movimentos sociais nesta região de Alagoinhas, e pensar os enfrentamentos e resistências às práticas empresariais. Também permitem analisar a liderança do capital no campo, mas com o apoio de órgãos governamentais e políticas públicas que fortalecem as corporações agroindustriais e que induzem a sociedade a valorar o agronegócio como a “única saída” da agricultura e dos agricultores na atual conjuntura socioeconômica.

Os estudos apresentados nos levam a desenhar um roteiro, que serão as etapas de estruturação do trabalho final: identificar o perfil da agricultura familiar na região de Alagoinhas; descrever as empresas que são propositoras da eucaliptocultura na região e sua territorialidade; historiar possíveis conflitos socioambientais, políticos ou econômicos decorrentes da expansão da cultura do eucalipto na região do litoral norte; e mapear a existência de movimentos

² Produtos comercializados no mercado internacional.

sociais contrários ao plantio do eucalipto e seus desdobramentos ao longo do tempo.

Desse modo, este trabalho promove uma reflexão sobre os impactos socioambientais que a cultura do eucalipto vem causando na região. Também avalia como se encontra o trabalho do agricultor familiar em decorrência desse avanço e, por fim, este estudo pretende mostrar a necessidade de preservação do cinturão verde local proporcionado pela agricultura familiar na região, visto que, além de garantir o seu próprio sustento, o agricultor promove o abastecimento de alimentos da população da zona urbana.

Para desenvolver a pesquisa, partimos da seguinte questão-problema: *Quais as condições de trabalho do agricultor familiar no município de Alagoinhas, frente ao avanço da eucaliptocultura?* E, a partir desse questionamento, traçamos como objetivo geral: *analisar a atual condição de trabalho do agricultor familiar e os possíveis conflitos socioambientais e econômicos decorrentes da nova espacialização do capital, no município de Alagoinhas – BA, face o avanço da eucaliptocultura.*

Para melhor compreensão e exploração da questão, selecionamos os seguintes objetivos específicos: identificar documentos que retratam a repercussão social do avanço da cultura do eucalipto na região de Alagoinhas-BA; conhecer a atuação laboral do agricultor familiar na contemporaneidade e sua interface com a cultura do eucalipto; e compreender políticas públicas na região direcionadas à proteção dos direitos sociais do agricultor familiar.

Antes de aplicar a pesquisa foram levantadas hipóteses, que, em sua maior parte, foram confirmadas ao longo do processo de coleta de dados, a partir de entrevistas e documentos pesquisados. A primeira hipótese trata de que o quantitativo de agricultor familiar teve uma diminuição em decorrência do avanço da eucaliptocultura e que alguns passaram a trabalhar para as grandes empresas que exploram essa cultura. De fato, segundo relatos de entrevistas e documentos (Ata de Sessão da Câmara Municipal), muitos agricultores migraram da zona rural para a zona urbana em decorrência dessa cultura, só não conseguimos mensurar a quantidade numérica desses agricultores.

Outra hipótese levantada foi sobre a inexistência de políticas públicas na região de Alagoinhas, pois os agricultores migram para o centro urbano por não encontrar incentivos que estabeleçam a sua permanência em suas

propriedades. Esta hipótese foi confirmada em parte, visto que existem legislações favoráveis à agricultura familiar, bem como órgãos que apoiam essa categoria de trabalho, contudo, não foi visto empenho, por parte dos políticos locais, em fortalecer essa atividade a não ser por ações isoladas. E a fragilidade de ações voltadas ao agricultor familiar possibilita a sua migração da zona rural.

As hipóteses carregaram as seguintes variáveis: interesse do mercado internacional na expansão da eucaliptocultura; a legislação existente no município não está sendo cumprida de forma a proporcionar a garantia de direitos ao agricultor familiar; a Lei Orgânica Municipal não está sendo respeitada, no que se refere ao plantio de apenas dez por cento de plantas exóticas, e a falta de diálogo entre os sindicatos e setores governamentais que tratam da agricultura familiar.

As variáveis foram importantes ao longo da pesquisa por pontuar situações que favorecem o avanço da eucaliptocultura e que fragilizam o trabalho do agricultor familiar no município de Alagoinhas. Dessa forma, nos direcionamos a um campo de ocorrências, no município, que inviabilizam o fortalecimento da categoria e que passam pelo plano da legislação até o plano da interlocução entre os setores envolvidos.

A proposição dessa pesquisa se justifica pela necessidade de estudar as relações sociais entre a eucaliptocultura e a agricultura familiar na região de Alagoinhas, que passou por um período de tensões em 2011 e 2014, em que foi discutido, na Câmara Municipal, o prejuízo da agricultura a partir do plantio de eucalipto. Em julho de 2011, ocorreu um protesto, no município, quando sua comunidade rural, que é formada por produtores, representantes de associações rurais e sindicatos, foi solicitar o apoio da Prefeitura local para a redução da monocultura do eucalipto.

Os alagoinhenses alegam que a cultura do eucalipto vem ocupando grande área do município e proporcionando problemas ambientais e sociais, em especial com a migração de pequenos agricultores para a zona urbana (BATISTA, 2011). Em 2014, ocorreu outra passeata contra o avanço da cultura do eucalipto desde a Igreja de Alagoinhas Velha até o centro do município. A sensibilização foi promovida pela comunidade rural de Alagoinhas contra a monocultura do eucalipto e para o fortalecimento da agricultura familiar.

De acordo com o assessor técnico do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Alagoinhas – SINTRAF, além da empresa BSC/Copener, existem mais de dez empresas que plantam eucalipto sem monitoramento e controle, que extrapolam o limite de áreas cultivadas, como previsto na Lei Orgânica Municipal, que determina apenas 10% de área plantada de eucalipto no município.

Segundo assessor do SINTRAF, apenas a BSC/Copener tem 17% de área plantada, que excede completamente o que está regulamentado nesta Lei. Quando acionado em 2011, o prefeito Paulo Cezar Simões assumiu publicamente o compromisso de intensificar o ordenamento e a fiscalização do plantio de eucalipto no município, contudo, atualmente, a situação continua a mesma: sem fiscalização e sem monitoramento capazes de garantir a permanência do agricultor familiar em suas propriedades.

A historiografia pesquisada nos mostra que o plantio de árvores exóticas como o eucalipto e o pinus proporciona um grande aquecimento do mercado internacional e para isso as empresas que exploram essa cultura não apresentam restrições para seu avanço territorial e, em muitos casos, driblam a legislação local e enfrentam processos judiciais para garantir a produção.

Com base no exposto, discorreremos, neste estudo, sobre as atuais condições de trabalho do agricultor familiar no município de Alagoinhas frente ao avanço da Eucaliptocultura; este município de estudo está enquadrado no Território do Litoral Norte e Agreste Baiano.

O governo brasileiro dispõe de legislação pertinente à inclusão social do agricultor familiar, o que falta, em nossa região, é uma política que promova a aplicabilidade desta legislação, apoiada pelo setor público e com respeito aos direitos sociais do cidadão brasileiro pertencente à agricultura familiar.

1.1 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Caracteriza-se, também, como exploratória, uma vez que tem como objetivo metodológico

proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2007).

Neste estudo foi empregada a triangulação de métodos, que não se trata de um método em si, mas uma estratégia de pesquisa que faz a combinação de métodos, dados, teorias e investigadores, “[...] servindo e adequando-os a determinadas realidades com fundamento interdisciplinar” (MINAYO *et al.*, 2005, p. 71). O cruzamento e a combinação de múltiplos pontos de vista permitem afirmar o caráter triangular que possibilita relacionar a perspectiva de diversos informantes, utilizando uma multiplicidade de técnicas de coleta de dados que acompanha a pesquisa (MINAYO, 2005).

A hipótese levantada e confirmada através das entrevistas e leitura de atas da Câmara Municipal é de que o quantitativo (apesar de não ter sido encontrado um número exato) de agricultor familiar foi diminuído em decorrência do avanço da eucaliptocultura e que alguns passaram a trabalhar para as grandes empresas que exploram esta cultura, em face da inexistência de políticas públicas de fixação do homem no campo. Para verificar essa hipótese, foram levantados dados junto à Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG, SINTRAF, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – SEDEA, Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – BAHATER e representantes da agricultura familiar, através de entrevista, consulta de relatório, atas das sessões da Câmara Municipal e levantamento bibliográfico sobre a temática do eucalipto em Alagoinhas.

Becker (2007) nos faz refletir sobre os locais de pesquisa, os dados a serem coletados e as pessoas observadas ou entrevistadas, valorizando a importância de autores e pesquisas anteriores ou contemporâneas em busca de um diálogo permanente em vias de caminhos alternativos para a resolução. Um aspecto importante, que deve ser valorizado na escrita do trabalho de pesquisa, é a imagem criada do objeto. Dentro da sua teoria sobre as representações, o autor destaca as substantivas, ligadas ao senso comum, que podem ser uma visão estereotipada da realidade que não nos permite uma nova representação do objeto; e as representações científicas eleitas pelo grupo profissional no qual o pesquisador está inserido, retratando juízos de valor cientificamente sob controle.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, partiremos do “como” para permitir uma maior liberdade na narrativa dos entrevistados (BECKER, 2007). Neste caso, o autor orienta a nos desvestir das nossas certezas (paradigmas) e nos envolver nos possíveis avanços e retrocessos no campo a ser estudado. Acrescentaria ao discurso as possíveis “metamorfoses” às quais o objeto pode estar suscetível ao longo do processo investigativo.

Trata-se de um grande desafio mergulhar na proposta de pesquisa em Ciências Sociais, na perspectiva de averiguar como o agricultor familiar está convivendo com o avanço da eucaliptocultura na região de Alagoinhas, visto que, neste espaço geográfico, as pessoas envolvidas direta ou indiretamente na questão de pesquisa são tímidas em reivindicar seus direitos e, garantir a preservação ambiental, tendo em vista a proposta do desenvolvimento sustentável. Vale lembrar que o eucalipto é um “deserto verde” devido a sua pobreza em fauna e à degradação realizada no solo que o “acolhe” como cultura.

Do exposto, confirma-se que o presente trabalho utilizou a pesquisa exploratória e qualitativa. Como instrumentos de técnica para coleta de dados utilizamos: levantamento bibliográfico, entrevistas realizadas com cinco pessoas domiciliadas no município de Alagoinhas-BA ligadas ao objeto de pesquisa e análise documental a partir das atas de sessões da Câmara Municipal, Lei Orgânica e Relatório de impacto ambiental.

1.1.1 Participantes

Foram realizadas seis entrevistas, tomando por critério o poder público envolvido no tema e com um agricultor familiar (muitos não quiseram participar), e representante do SINTRAF. Realizamos as entrevistas de acordo com a disponibilidade de tempo e local de cada participante, respeitando as recomendações sanitárias, em virtude da pandemia da COVID-19. As entrevistas aconteceram na sede das instituições ou de forma virtual, através de questionário (modelo em anexo).

Assim, participaram do estudo seis pessoas que trataram diretamente da questão do agricultor familiar, sendo três do poder público municipal, uma do sindicato e duas do grupo de agricultores familiares, todos tiveram sua identidade preservada. No Quadro 1, a seguir, constam dados relativos a cada um dos

participantes da pesquisa:

Quadro 1 - Perfil dos participantes do estudo

Participantes	Sexo	Escolaridade	Ocupação
Entrevistado A	Masculino	Superior	SEMAG
Entrevistado B	Masculino	Superior	SEDEA
Entrevistado C	Masculino	Superior	BAHIATER
Entrevistado D	Masculino	Superior	SINTRAF
Entrevistado E	Masculino	Fundamental	Agricultor familiar
Entrevistado F	Feminino	Médio	Agricultor familiar

Fonte: Elaboração própria

Constatamos que cinco entrevistados são do sexo masculino e uma do sexo feminino, e esse dado nos faz inferir que ainda existe o protagonismo masculino nas discussões referentes à agricultura familiar. É importante destacar que outras pessoas (dez pessoas), como agricultores familiares ou ex-ativistas, foram convidadas para participar da pesquisa, mas não quiseram participar voluntariamente ou se esquivaram.

1.1.2 Instrumentos de produção de dados

Para a coleta de dados foram analisadas: (a) Atas das sessões ordinárias e públicas da Câmara Municipal, do período de 2010 a 2019; (b) Lei Orgânica Municipal; (c) roteiro de entrevistas com os participantes, para capturar as informações pertinentes, especificamente, a presença da eucaliptocultura na região; e, (c) relatório técnico, que trata de conflitos e enfrentamentos de agricultores familiares que tratem da presença da eucaliptocultura.

1.1.3 Cuidados éticos

Com o propósito de assegurar os cuidados éticos, na pesquisa, foi mantido o sigilo quanto à identificação dos participantes das entrevistas, sendo substituídos os nomes reais por nomes fictícios.

As entrevistas foram realizadas após esclarecimentos sobre os objetivos e a destinação acadêmica, para obtenção do título de doutora em Políticas

Sociais e Cidadania, sobre manutenção do sigilo das identidades e, por fim, realizamos a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A), na qual informamos sobre a liberdade de informação e participação, os riscos e benefícios, dentre outros elementos que constam como exigências éticas na referida resolução.

1.1.4 Procedimentos de coleta de dados

Os dados bibliográficos, também documentos de pesquisa, foram selecionados com a utilização dos descritores “agricultura familiar” e “plantio de eucalipto” para direcionar a pesquisa em estudo. Logo em seguida, foram acessados relatórios, publicizados pelas entidades de classe, acerca de possíveis entraves na produção do agricultor familiar em decorrência do avanço da eucaliptocultura.

Na perspectiva de atingir os objetivos desta pesquisa, combinamos estratégias metodológicas, utilizando pesquisa documental a partir da consulta de quarenta e uma Atas de sessões públicas e ordinárias da Câmara Municipal de Alagoinhas, com histórico de debates e discussões, no período de 2010 a 2019, sobre o avanço da eucaliptocultura na região de Alagoinhas; e a Lei Orgânica Municipal.

Além disso, utilizamos como instrumento um roteiro (em anexo) para entrevista não estruturada; tal entrevista é definida por Laville e Dionne (2007) como um tipo de abordagem no qual o entrevistador apoia-se em um ou vários temas ou em algumas questões iniciais previstas com antecedência, para improvisar suas perguntas em função de suas intenções, considerando as respostas obtidas de seu interlocutor.

1.1.5 Procedimentos para análise de dados

De acordo a orientação metodológica de Bardin (2009), a análise de conteúdo envolve três fases: (a) pré análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado, por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, momento de contato com os

documentos da coleta de dados, em que se começa a conhecer o texto como um todo; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) determinação dos indicadores, por meio de recortes de texto nos documentos de análise. A exploração do material é a segunda fase, que consiste na definição de categorias. Esta é a fase da descrição analítica do material textual coletado, submetendo-o a um estudo orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos, sendo a codificação, a classificação e a categorização, processos básicos nesta fase. A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, em que há o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais: momento privilegiado da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2009).

A partir da análise crítico-reflexiva das entrevistas realizadas com as seis pessoas que se enquadraram no perfil traçado do presente estudo, extraímos as seguintes categorias analíticas dos depoimentos:

Quadro 2 - Descrição das categorias analíticas

Categorias analíticas	Definição
Lideranças	Diz respeito às pessoas envolvidas nas causas da agricultura familiar que participaram de enfrentamentos frente às empresas ou empresários.
Impacto	Refere-se a toda ação que enfraquece o uso do solo, uso de agrotóxicos e que promove alteração nos rios da região.
Movimentos sociais	Contempla os grupos organizados que militavam em prol da agricultura familiar na região.
Legislação	Está relacionada à Lei Orgânica Municipal que delimita o cultivo de plantas exóticas no município.
Eucaliptocultura	Conceitua toda a exploração territorial

	feita pelo plantio do eucalipto.
--	----------------------------------

Fonte: Elaboração própria

Além dessa introdução, este trabalho está estruturado da seguinte forma: o capítulo dois traz uma discussão teórica sobre o capitalismo, industrialização e agricultura, pautada nos autores Cunha (2016), Oliveira (1986), Fernandes (2013), Lefebvre (1978), Harvey (2014) e Porto-Gonçalves (2016). Na sequência, apresentamos a caracterização histórica e geoeconômica do local da pesquisa: o município de Alagoinhas; uma discussão sobre o processo de territorialização do eucalipto no Brasil, Bahia e Alagoinhas além de algumas narrativas de exploração e enfrentamentos sociais frente ao avanço da eucaliptocultura.

No capítulo três são apresentadas reflexões sobre a agricultura familiar, como conceitos e participação na economia brasileira; a visão do Sindicato do Agricultor Familiar de Alagoinhas sobre a estrutura do agricultor familiar em Alagoinhas frente ao avanço da eucaliptocultura e a participação deste e do poder público municipal. Neste capítulo, encontra-se a descrição de órgãos públicos e entidades locais que prestam apoio ao agricultor familiar.

O capítulo quatro discute a legislação municipal de Alagoinhas que trata do uso da terra, a exploração de plantas exóticas e o código ambiental; além disso, citamos as duas empresas que mais exploram a eucaliptocultura no município, atrelada com uma discussão da importância econômica do cultivo de eucalipto. E, para finalizar o capítulo, apresentamos um relato de denúncia socioambiental da atuação da antiga empresa Bahia Pulp, atual BRACELL.

O capítulo cinco discorre sobre as narrativas e discussões ocorridas no período de 2010-2019, nas sessões ordinárias e audiências públicas da Câmara de Vereadores do município de Alagoinhas, que tratam da questão do eucalipto e/ou agricultura familiar. E, para concluir, é apresentada uma narrativa de um agricultor familiar que vivenciou as repercussões da chegada da eucaliptocultura no município.

2 A SILVICULTURA DO EUCALIPTO NO INTERIOR DA BAHIA

2.1 CAPITALISMO, INDUSTRIALIZAÇÃO E AGRICULTURA

Segundo Cunha (2016), desde o período colonial, a concentração da propriedade de terra é a marca fundamental da estrutura agrária e da acumulação capitalista no Brasil, bem como da formação das classes dominantes locais. Estamos no século XXI e esta situação ainda persiste conforme apresentado nos dados atualizados do IBGE sobre o Censo Agropecuário Brasileiro.

O latifúndio, como eixo dominante de reprodução do capital no Brasil, tornou-se também um campo privilegiado da associação subordinada e submissa do capital nacional ao capital estrangeiro, pelo qual exportamos, sob a forma de *commodities*, os nossos recursos naturais estratégicos e sem qualquer planejamento soberano.

Os estudiosos da questão agrária, desde o século XIX, apresentam discordâncias “[...] na interpretação no processo de generalização das relações de produção especificamente capitalista” (OLIVEIRA, 1986, p. 07). Aqui, tomaremos esse debate por meio do paradigma da questão agrária, considerando a questão agrária a partir de duas dimensões distintas. A primeira compreende o campesinato / agricultura familiar. A segunda, o latifúndio / agronegócio, compreendidos como uma única dimensão, posto que o agronegócio se origina do latifúndio e por meio dele se expande, ademais de se articularem e cooperarem na busca de proteção e apoio junto ao Estado e nos embates contra os movimentos sociais de luta pela terra, por onde o campesinato e a agricultura familiar também se reproduzem e se territorializam (FERNANDES, 2013)³.

Naturalmente, a dimensão do latifúndio / agronegócio representa um modelo de desenvolvimento, para o campo, que não só se distingue como tende a confrontar a perspectiva agrária do campesinato/agricultura familiar. De

³ FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, J. P. (Org.). A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013

qualquer modo, é fundamental ressaltar, como observa Oliveira (1986), que essas dimensões da questão agrária implicam compreender o conflito e o desenvolvimento como processos indissociáveis e indispensáveis.

A transformação do latifúndio na moderna empresa agrícola, e ou agroindustrial no Brasil, há muito, foi tratada como processo de modernização conservadora do campo. Isso porque,

[...] não se altera profundamente a estrutura social existente. Outros autores falam em 'junkerização', ou seja, processo de transição semelhante ao que ocorreu com os *junkers* prussianos no século passado. (OLIVEIRA, 1986, p. 08)

É importante lembrar, nesta discussão, a diferença mencionada por Lefebvre (1978), entre campo e rural, que se expressa da seguinte maneira: o primeiro termo, referente à área identificável fisicamente (geográfico), e o segundo, às relações sociais compartilhadas (cultura). É importante frisar que a dinâmica rural passa a ser subordinada às imposições econômicas apresentadas pelo município desde o período moderno (séc. XV e XVI). Contudo, o rural não sucumbe sem apresentar resistência, mantendo práticas e costumes construídos ao longo do tempo.

La comunidad rural se mantiene, se defiende. Desaparece o se reconstituye bajo modos de producción muy diferentes: esclavista, feudal, capitalista, socialista. Persiste, más o menos viva, en ascensión o disolución, desde los tiempos más remotos hasta nuestros días; ciertamente no extraña a las vicisitudes de la Historia y las transformaciones económico políticas, pero con vida e historia propias. (LEFEBVRE, 1978, p. 27)

De fato, o rural não desaparece em suas relações, embora, muitas vezes, se sujeite aos ditames urbanos, visto que o espaço não é neutro e direciona comportamentos favoráveis a alguns grupos sociais. Os espaços rurais seguem uma imposição urbana (a aquisição de bens), atualmente almejada pelos agricultores familiares, o que outrora não era tão relevante. O capitalismo mantém e se aproveita economicamente da produção agrícola camponesa, ou seja, não ocorre a extinção das antigas formas de produção, elas são reconfiguradas conforme o que preconizam os espaços de poder estruturados no meio urbano.

O campesinato nos moldes autônomo e desconectado dos mercados anteriores não mais existe. O trabalho do agricultor se adequou às novas configurações do mercado moderno. Mesmo com esse condicionamento, provocado pelo urbano, ainda persiste uma relação diferenciada da terra que caracteriza o espaço rural.

Para Oliveira (1986, p. 11), “o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste”; posto que, o camponês sem propriedade agrícola deve ser visto como um trabalhador que quer entrar na terra e as relações capitalistas não decorrem apenas do trabalho assalariado e para o capital, mas por capital produzido e por trabalhadores despojados dos meios de produção. São os conflitos e o desenvolvimento como expressão do mesmo processo.

Estamos, pois, agora, diante de um processo distinto na agricultura: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa. (OLIVEIRA, 1986, p. 13)

Se existe uma relação intrínseca entre o campesinato e o capitalismo, fica evidente que o agricultor familiar também faz parte desta corrente, e, que sendo o elo mais fraco, é preciso que detenha a expertise do mercado produtor para não ser sucumbido nas relações de produção⁴. Por isso, Oliveira (1986) chega à conclusão que o processo de acumulação primitiva do capital está presente e a produção camponesa é compreendida como uma atividade sustentada pelo capital, pois a zona urbana consome a produção do campo, seja em pequena ou larga escala, o que pode promover o desenvolvimento do setor agrícola em nível nacional ou internacional, a depender do produto ofertado.

A crise do final do século XIX, na agricultura inglesa e europeia, foi marcada por um cenário de altas nas taxas de arrendamentos por parte dos proprietários fundiários e, portanto, altos custos de produção aos capitalistas ingleses, dificultado concorrerem com os preços internacionais. A resposta a

⁴ Considerado pela autora de “elo” mais fraco por ser responsável pela pequena produção e, muitas vezes, competir de forma injusta com a alta tecnologia do agronegócio.

esta contradição veio com o Imperialismo, pois o desequilíbrio entre agricultura e indústria foi direcionado ao plano internacional da seguinte forma: os produtos primários seriam, preferencialmente, oriundos dos países coloniais ou não industrializados, enquanto os produtos manufaturados permaneceriam fabricados no centro industrializado (OLIVEIRA, 1986).

O capitalismo, ao longo do tempo, promoveu a queda contínua e histórica dos preços das matérias-primas, em especial as de origem agrícola, e a alta incessante dos preços dos produtos manufaturados. Em decorrência desta prática, a relação entre a renda fundiária e o rendimento agrícola despencou e isso originou condições reais para a acumulação (através dos monopólios) sob sua forma industrial.

Devido à ação do capital monopolista, a agricultura foi sangrada em duas partes do processo produtivo: no consumo produtivo, devido aos altos preços que tem que pagar pelas máquinas e insumos; e na circulação, onde é compelida a vender por baixos preços, isso gerou um balanço desfavorável, levando ao endividamento.

No século XX, o desenvolvimento da agricultura foi marcado pela expansão dos setores de alta rentabilidade, a exemplo da avicultura e do reflorestamento. Desta forma, o capital tem atuação contraditória no intuito de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, deixando a renda da terra sujeita ao capital. Assim, o capitalismo monopolista optou em submeter o camponês e os elos mais frágeis dos capitalistas do campo ao processo de produção, que o condenou ao endividamento com os bancos e a entregar “[...] parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada” (OLIVEIRA, 1986, p. 54), ou entregar a colheita aos monopólios industriais.

Na perspectiva do Novo Imperialismo (HARVEY, 2014), uma acumulação interminável de propriedade tem como base uma acumulação interminável de poder (fazendo referência ao pensamento de Hannah Arendt); e, tomando por base essa afirmação, o autor acredita que não é possível conceber um processo de acumulação de capital sem uma estrutura de poder política “ilimitada” onde ambos se completam. Assim, a acumulação de poder segue a acumulação de capital, fazendo com que a história burguesa seja traduzida em hegemonias que expressam um poder cada vez mais amplo e expansivo.

Um Estado burguês é condição necessária para a atividade capitalista onde são criadas condições (regras/leis) com o objetivo de conter conflitos de classes e “arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital” (p. 80) que permite mediar os conflitos de interesses. Este papel do Estado, chave na acumulação, é importante para não manter um país no atraso, e este se tornar um “[...] agente fundamental da dinâmica do capitalismo global” (HARVEY, 2014, p. 81).

Nessa perspectiva, Porto-Gonçalves recupera Marx e Engels para lembrar que o capital não tem pátria e que capital e Estado, embora distintos, são complementares e contraditórios.

Gestores e burgueses constituem as classes dominantes desde então, os primeiros cuidando das ‘condições gerais de produção’ e os segundos das unidades particulares de produção, mas ambos dependendo do sobre trabalho (da mais valia social total). (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 22).

O Estado se faz de guardião da propriedade privada e, assim, o capital não pode dele prescindir. Isso posto, o Estado burguês tem como objetivo principal manter a dinâmica global capitalista e para isso é peça importante na mediação dos interesses sociais inclusive dos agricultores familiares e na promoção de políticas públicas que possam mitigar essas questões sociais. Talvez, aqui incida a ação política do campesinato, explorando as contradições da unidade Capital–Estado (Porto-Gonçalves,2016).

Para além dessa dimensão política, da relação entre essas classes e o Estado, fica evidente a necessidade de uma adequação econômica e tecnológica, por parte desse agricultor camponês. Afinal, num contexto de economia capitalista, ele necessita competir com a burguesia agrária, hegemônica, reconfigurada em agronegócio. Essa nova postura do agricultor não exclui a possibilidade de o Estado entrar como mediador e incentivador das políticas públicas voltadas para a pequena produção, de forma a mantê-los no campo e, muitas vezes, colocá-los a serviço do capital.

É importante ressaltar que a atividade capitalista origina o desenvolvimento geográfico desigual que transcende a questão da territorialidade, o que permite acontecer que um capital excedente de um lugar

possa encontrar uso alhures, onde as oportunidades de lucro ainda não foram esgotadas.

Os capitalistas podem usar, e naturalmente usam, estratégias espaciais para criar e proteger poderes de monopólio onde quer e quando quer que lhes seja permitido. O controle de localizações estratégicas ou complexos de recursos essenciais é uma importante arma. Em alguns casos, o poder monopolista é potente o bastante para inibir o dinamismo da geografia do capitalismo, introduzindo fortes tendências de inércia e estagnação geográficas. (HARVEY, 2014, p. 84)

Fica evidente que a paisagem geográfica da prática capitalista está repleta de contradições e tensões, e pode ser instável, conforme as pressões técnicas e econômicas que atuam sobre a mesma. Essas tensões são dirigidas pela lógica expansionista geral do capitalismo e são traduzidas na acumulação interminável do capital e busca incessante do lucro. É dentro dessa perspectiva que se pretende analisar as tensões que ocorrem na prática da agricultura familiar e no avanço da eucaliptocultura na região de Alagoinhas.

Diante do exposto, percebe-se que o Estado territorial sempre está associado a interesses regionais que dominam o seu interior até o momento em que outra região apareça “[...] para contrapor a estes ou assumir a primazia com relação a eles” (HARVEY, 2014, p.91). Assim, podemos afirmar que o Estado não é inocente, nem passivo; posto que, pode promover políticas e ações quando reconhecer a importância da dinâmica regional como fonte de seu próprio poder.

O Estado pode, entretanto, usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infraestruturais (particularmente nos transportes e comunicações, na educação e na pesquisa), mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Suas capacidades de reforma das instituições básicas necessárias à acumulação do capital também podem ter profundos efeitos (tanto positivos como negativos). (HARVEY, 2014, p. 91)

Abordar o Estado, nesse estudo, nos remete às políticas públicas que o município de Alagoinhas deveria aplicar para que o agricultor familiar conseguisse driblar o avanço do capital conforme os interesses regionais e lucrativos que o mercado do eucalipto agrega, contudo, essas contribuições são

irrisórias e só remetem o agricultor ao seu local de pequeno produtor, sem amparo eficiente e eficaz do Estado, que lhe permita enfrentar o “gigante capitalista da eucaliptocultura”⁵.

No que se refere à dinâmica espaço-temporal, a existência de excedentes de capital e força de trabalho num dado território, não utilizados internamente, podem ser canalizados para onde encontrem novos terrenos capazes de exploração lucrativa, o que evitaria a sua desvalorização e aliviaria os problemas de sobre acumulação no seu território de origem, ao menos no curto prazo⁶. A cultura do eucalipto assim se configura. Esse é o seu *modus operandi*, sempre em busca de novos territórios para garantir a sua reprodução e valorização no mercado internacional, como, ademais, ocorre com a agro exportação brasileira.

2.1.1 O uso da terra na visão do capitalismo monopolista

No Brasil, a política agrícola está voltada à exportação, de modo que a demanda externa exerce, constantemente, uma enorme pressão pela expansão da fronteira agrícola.

Para Porto-Gonçalves (2016), como já mencionado, o colonialismo interno opera também culturalmente, e deve ser entendido a partir do discurso de inferiorização produzido e imposto pelo colonizador aos colonizados. De fato, esta forma de pensar é uma influência cultural que persiste até o século XXI. Essa noção interessa aqui, porque é possível associá-la à forma como o agricultor familiar ou camponês é visto ou se posiciona diante do agronegócio.

Para além de certo colonialismo interno, praticado por setores do capital na agricultura, o poder político se constitui e age sobre as múltiplas conflitualidades e sobre seus atores. Segundo a Nova Geografia Política, o poder é constituído sobre o tempo e o espaço, sendo estes conceitos fundamentais para identificar os atores e as estratégias que eles utilizam, de acordo o contexto, para modificar as situações em seu favor.

⁵ Esse gigante se refere à amplitude das plantações de eucalipto na região e ao seu poder de mercado no cenário nacional e internacional.

⁶ A sobreacumulação ou superacumulação é um conceito da economia marxiana que define uma situação na qual os investidores, ao não vislumbrar expectativa de obter uma taxa de lucro que consideram suficiente, optam por deixar de reinvestir o seu capital e mais-valia, acumulando-o sem fins produtivos.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço (RAFFESTIN, 1993 *apud* ESPÍNDOLA, 2015, p. 05).

Assim, o movimento de territorialização é mediado pelas relações de poder estabelecidas. Fortalecer as relações de poder na pequena propriedade ou em sua territorialização só é possível com a luta pela manutenção da terra e com o apoio estatal, através das políticas públicas e ações direcionadas ao fortalecimento do campo de permanência do agricultor familiar em sua propriedade.

Para uma melhor compreensão de um território é necessário construir ou reconstruir o seu contexto socio-histórico de origem e seus componentes/atores sociais. Isso remete à a geografia das relações de poder, sobretudo quando se discute a eucaliptocultura e sua constante necessidade de novos territórios e os impactos dessa sua dinâmica sobre o agricultor familiar ou camponês, sem apoio estatal e, portanto, sem os recursos necessários ao seu empoderamento na terra. Assim, de certa forma, pode se dizer que a territorialização contínua e ampliada da eucaliptocultura implica uma certa forma específica de colonialismo interno de que é vítima a agricultura familiar camponesa.

2.2 O MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS

2.2.1 Contexto histórico

A história do município de Alagoinhas é contada a partir de um sacerdote português, que, ao final do século XVIII, fundou uma capela e, com o passar do tempo, tentou construir uma igreja, que, até a presente data, se encontra inacabada, e dá nome a um bairro do município, Alagoinhas Velha. Recebe esse nome, pois foi neste local que o município começou a ser estruturado e teve seu ponto de partida direcionado com a chegada da estrada de ferro, na metade do século XIX.

Em 1856, deu-se início a construção da ferrovia. Em 13 de fevereiro de 1863, inaugurasse o trecho Salvador-Alagoinhas, totalizando 123 km. Daí foi implantada na localidade a Estação Ferroviária de São Francisco. Segundo Alves (2006), a estrutura da Estação Ferroviária de São Francisco é única no Brasil, somente existindo uma construção similar na Inglaterra. (SANTOS, 2010, p. 04)

Desta forma, com a chegada da ferrovia, o povoamento passou a se deslocar para o entorno da estação, apesar de alguns apresentarem resistência em sair, para evitar que a antiga vila perdesse sua identidade. As feiras, que eram realizadas em torno da igreja inacabada, foram deslocadas para o entorno da estação, o que possibilitou uma maior movimentação de pessoas de outras regiões, em decorrência da ligação férrea, e potencializou o comércio local.

A implantação da estação movimentou a vida econômica, política, cultural e social de Alagoinhas. A presença da estrada de ferro, com a Estação Ferroviária de São Francisco e um importante entroncamento ferroviário, tornava o município um local estratégico na ligação de Salvador com o norte-nordeste baiano e com outros estados, como Sergipe³. Esse fato facilitou ainda no século XIX o transporte de cargas e pessoas e possibilitou uma troca mais intensa com outras localidades. Nessa época, a estrada de ferro era vista como um símbolo de progresso e de modernidade que haviam chegado em Alagoinhas. As principais atividades econômicas do município eram a agricultura e o comércio, sendo estas as maiores fontes de renda de Alagoinhas. Os seus produtos de exportação eram a laranja e o fumo, responsáveis por 72% da sua produção agrícola. Nesse período, o município era o principal produtor de laranjas do estado, e exportava o fumo especialmente para a Alemanha. Em 1950, segundo o IBGE, a laranja representou 48,58% da produção agrícola alagoinhense, e o fumo representou 23,32%. O município também produzia mandioca, limão, banana, milho, tangerina, dentre outros produtos. (BRITO, 2008, p. 28)

Fica explícito que a chegada da Ferrovia em Alagoinhas impulsionou o comércio local e potencializou a exportação de produtos oriundos da agricultura, em especial a laranja e o fumo. Durante um bom tempo, o município ficou conhecido como a “Terra das Laranjas”. Atualmente, perde o posto para o município de Rio Real, que fica na divisa da Bahia e Sergipe.

Na década de 30, com as tarifas tributárias governamentais aumentadas, em especial a taxa imposta pela Alemanha na importação do fumo, o município passou a ter dificuldades na venda do produto por parte dos produtores para os

negociantes, ocorrendo uma queda na economia. Além dessa situação, em 1932, uma grande estiagem assolou o município impactando no cultivo de gêneros básicos da alimentação e ocasionando a sua escassez. É importante lembrar que este período de dificuldade econômica é fortalecido negativamente com a Queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que muito agravou a crise socioeconômica e agrária sofrida pela Bahia.

Na década de 1960, especificamente em 1964, o petróleo passa a fazer parte da economia alagoinhense, a partir da descoberta do primeiro poço, na região MG-1-BA, culminando em trinta poços, em junho de 1966, fato esse que impulsionou a vinda da Petrobras para o município.

A descoberta do petróleo em Alagoinhas injetou recursos no município, através de royalties pagos pela Petrobrás que vieram aumentar sua receita orçamentária. Em meio a uma economia local de base agrícola em franco processo de declínio, a Petrobrás adquiriu significativa visibilidade em Alagoinhas. (SANTOS, 2010, p.06)

Além de fortalecer o comércio local, a instalação da Petrobras promoveu a construção de estradas para o escoamento da produção petrolífera, o que viabilizou o modal rodoviário entre Alagoinhas e outros municípios circunvizinhos. A abertura de estradas estreitou o acesso à capital, Salvador, além de facilitar o transporte de máquinas utilizadas pela empresa petrolífera na cidade e em municípios como Catu, Pojuca e Entre Rios. Desta forma, temos a substituição gradual do uso da malha ferroviária pelo transporte rodoviário sendo este capaz de otimizar o tempo de viagem entre os municípios. “À proporção que Alagoinhas foi se urbanizando com a chegada da Petrobrás, a Igreja de Alagoinhas Velha e a Estação Ferroviária de São Francisco foram perdendo espaço.” (SANTOS, 2010, p. 08)

A urbanização acelerada, pela chegada da empresa petrolífera e o desenvolvimento do modal rodoviário, fez com que o município de Alagoinhas deixasse para trás uma história agrária, pautada na fundação a partir de uma capela, visto que, quando da construção da igreja, a mesma ficou inacabada até os dias de hoje, em função da instalação da Ferrovia, proporcionando o deslocamento dos munícipes, em sua grande maioria, para o entorno da malha ferroviária. Com o fortalecimento do comércio, a partir da ferrovia, temos a vinda

da Petrobras, com a abertura de estradas que proporcionaram uma ligação mais rápida com a capital.

Diante do exposto, é perceptível que a economia alagoinhense, desde sua criação como município, em 02 de julho de 1853, até a presente data, demonstra alterações socioeconômicas que impactam na vida e na memória dos habitantes. Infelizmente, não foi percebida, nessa história, uma revitalização ou preservação dos modelos econômicos que a localizaram no mapa da economia baiana, visto que a Igreja Inacabada se encontra em ruínas, e a antiga Estação Ferroviária São Francisco também se encontra em ruínas e, nos dias atuais, com a venda dos poços de petróleo, no município, temos uma incerteza da nova configuração do desenvolvimento econômico local.

Assim, com o desenvolvimento ferroviário e a descoberta de poços de petróleo, Alagoinhas cresceu bastante economicamente, tornando-se polo de sua região, e direcionou-se aos serviços, portanto, seu desenvolvimento desde sua criação se deu, principalmente, no comércio, polarizando mais de 30 municípios vizinhos.

Na década de 1970, chega em Alagoinhas outra forma de impulsionar a economia, o plantio de eucalipto, pela empresa Bahia Norte (já extinta). Aproveitando-se do que ainda restava de mobilidade ferroviária, as toras de eucalipto foram transportadas por esse modal até a substituição pelo transporte rodoviário que, por sinal, já foi manchete em vários jornais, devido a acidentes causados pela soltura das toras de eucalipto das carretas, indo em direção a ceifar a vida de pessoas ou provocando diversos transtornos materiais. Teremos, mais adiante, informações mais precisas sobre essa cultura e sua influência socioeconômica no município de Alagoinhas.

No momento, podemos inferir que as mudanças econômicas não se tratam de um processo isolado, e sim de caráter político-social, onde existem grupos formados com algum objetivo em comum que visam à melhoria de questões sociais de interesse mútuo de seus constituintes. Tudo parte de uma reivindicação social, onde todo contexto de socialização é responsável pelos grandes progressos do homem, uma vez que é através dos movimentos grupais que se criam condições mais benfeitoras no quesito qualidade de vida, o que pode ressoar nas manifestações culturais (GOHN, 2014).

Na atualidade, o desenvolvimento econômico do município é pautado no polo cervejeiro, que teve início com a implantação da fábrica da Schincariol, em 1997, com um investimento estimado de 200 milhões. Esta empresa foi adquirida pela Brasil Kirin e, atualmente, é propriedade da Heineken. Com o sucesso dessa empresa, devido a Alagoinhas ter a segunda melhor água do mundo, outras empresas do ramo de bebidas se interessaram e se instalaram no município, a exemplo: Indústria São Miguel (chilena da Goob), Indústria Itaipava, além de fábricas de embalagens para esse tipo de produto e, agora para 2021, foi anunciada a chegada da Cervejaria Império.

Assim, entrelaçando com a economia do polo cervejeiro, temos as inúmeras plantações de eucalipto e pinho por parte de algumas empresas e empresários que pretendem lucrar com a celulose e madeira certificada. E não podemos esquecer das olarias, que funcionavam no passado, mas atualmente estão institucionalizadas em cerâmicas, que utilizam o nosso barro, que, por sinal, é de ótima qualidade.

2.2.2 Caracterização geoeconômica

Como município da região do Litoral Norte e Agreste Baiano, Alagoinhas possui 734 Km² e uma população estimada em 155.362 (cento e cinquenta e cinco mil e trezentos e sessenta e dois) habitantes, de acordo o Censo Demográfico de 2010. Faz limites com os municípios de Inhambupe (ao norte), Catu e Araçás (ao sul), Entre Rios e Araçás (leste) e Teodoro Sampaio e Aramari (oeste), como se vê no mapa abaixo.

Figura 1 – Disposição geográfica do município de Alagoinhas



Fonte: Google Maps (2021)

Distante 107 km de Salvador, Alagoinhas fica próxima do Centro Industrial de Aratu e Parque Industrial de Camaçari e possui, também, seu próprio núcleo industrial, o Distrito Industrial do Sauípe/Disai. Além disso, possui campos de produção e exploração de petróleo pela Petrobras em: Buracica, Boa Esperança, Estevão, Conceição e Sauípe, que estão ficando em desuso, conforme a atual política da empresa que pretende privatizá-los.

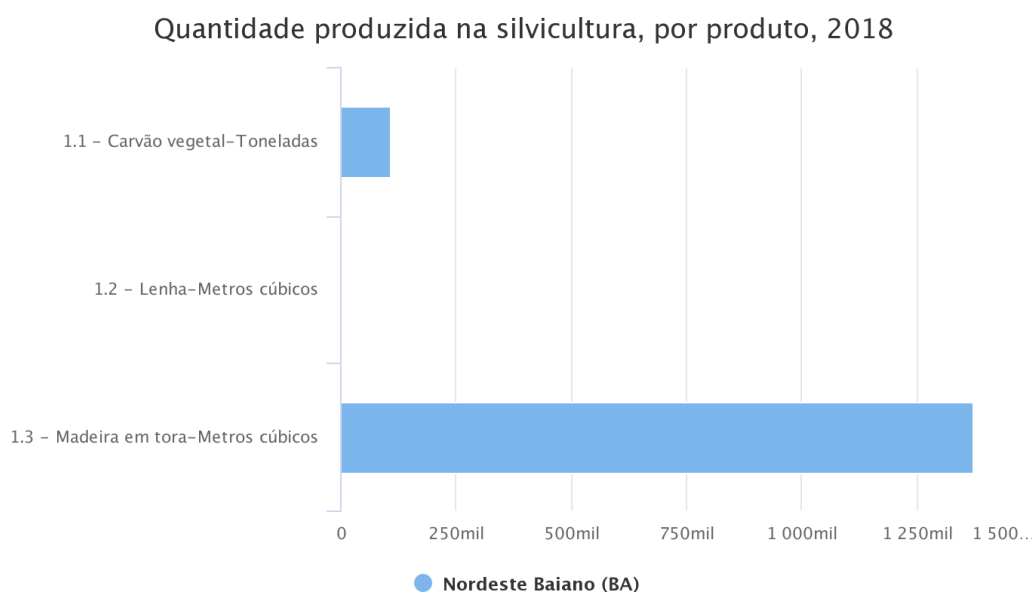
A economia de Alagoinhas se articula, num raio de 130 km, com pequenos, médios e grandes municípios e suas zonas industriais e comércio, a exemplo de Feira de Santana, Camaçari e Mata de São João. Todas elas possuem um comércio local intenso, sendo polos crescentes de oferta e procura de serviços de toda espécie.

Atualmente, no município de Alagoinhas, temos observado a instalação de diversas empresas/indústrias e empreendimentos, entre os quais o Grupo Petrópolis (Itaipava), Heineken, São Miguel (Goob), Atacadão, Atakarejo, Hotel Íbis, Laguna Shopping, G. Barbosa, Natural Gurt, entre outras. Na economia agrícola, este município se destaca como o maior produtor baiano de limão e o 3º de abacate e laranja. Este estudo, todavia, será direcionado, em especial, para as empresas que utilizam o eucalipto como matéria prima, a saber: Bracell e Ferbasa.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1990), a Bahia é dividida em sete mesorregiões: Centro Norte Baiano (80), Centro Sul Baiano (118), Extremo Oeste Baiano (24), Metropolitana de Salvador (38), Nordeste Baiano (60), Sul Baiano (70) e Vale San Franciscano da Bahia (27). A mesorregião que interessa ao estudo é a do Nordeste Baiano, formada pela união de sessenta municípios, com uma população de aproximadamente um milhão e meio de habitantes, agrupados em seis microrregiões. Os principais municípios são: Alagoinhas, Euclides da Cunha, Serrinha e Ribeira do Pombal.

Essa região possui a exploração da silvicultura⁷ do eucalipto e, em 2018, apresentou o panorama de exploração comercial (madeira em tora e carvão vegetal) que se observa no gráfico abaixo, ademais de também produzir celulose para insumos industriais diversos (BRACELL):

Figura 2 – Quantidade produzida na silvicultura, por produto (2018)



Fonte: "IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura"

"As Unidades da Federação, mesorregiões, microrregiões e municípios sem informação para pelo menos um produto da silvicultura em pelo menos um ano da pesquisa não aparecem nas listas."

Fonte: IBGE, 2018

Segundo a Indústria Brasileira de Árvores – IBA, o setor de Florestas Plantadas impulsiona a economia nacional com um "[...] Produto Interno Bruto

158, a previsão de ações de manutenção do homem na terra, bem como seu desenvolvimento socioeconômico, utilizando-se de recursos municipais, estaduais e federais e demais programas de apoio à produção agropecuária.

Para atender a este objetivo, esta legislação ouviu as comunidades rurais para elaborar o plano agrário municipal. A existência desta Lei enfatiza a necessidade do fomento ao consumo de produtos cultivados pelos pequenos proprietários rurais, além de um extenso aparato institucional de órgãos fiscalizadores desta legislação. Ações estas que não estão sendo realizadas em sua totalidade; apenas alguns produtos da agricultura familiar são consumidos na merenda escolar municipal e algumas toneladas de adubo orgânico são distribuídos na época de plantio, contudo, outras necessidades precisam ser atendidas, segundo a argumentação do sindicato.

É importante ressaltar que, no artigo 156 e seus incisos, a legislação regula a plantação de espécies exóticas, no território alagoanhense, e a limita a um percentual de 10% em todo o município. A legislação estabelecida argumenta que o solo rural deve ser usado, prioritariamente, pela pequena propriedade e para a produção de alimentos básicos para a população. Seguramente, o protesto realizado em 2011 expressava a oposição da agricultura familiar contra o crescimento desordenado do eucalipto, uma planta exótica e não originária desta região, bem como ao desrespeito ao referido artigo, que limitava a expansão de suas plantações.

Por ser uma planta não nativa, é necessário entender que a introdução do eucalipto no Brasil, no início do século XX, ocorreu para a produção de lenha, com ciclos de corte de 6 a 10 anos, e determinou o manejo predominante associado à *eucaliptocultura*. A partir da década de 80, ocorreram avanços tecnológicos na cultura do eucalipto, com o surgimento de novos materiais genéticos e novas formas de preparo do solo, bem como no controle de pragas. Tudo isto proporcionou ganhos significativos na produtividade e manejo florestal.

Atualmente, a grande maioria das plantações conduzida no sistema de talhadia é manejada em ciclos curtos de cultivo (6-8 anos) e estão estabelecidas em regiões onde há deficiências hídricas e nutricionais com diferentes graus de severidade. A ampla variedade de espécies e híbridos de *Eucalyptus* com distintas capacidades de adaptação climática e edáfica, associada à facilidade de propagação por sementes e/ou clonagem, possibilita a adaptação das plantações na maioria

das regiões tropicais e subtropicais do Brasil. (GONÇALVES, 2014, p.02) (Grifos originais)

Assim, o grande fortalecimento da cultura do eucalipto, nesta região de Alagoinhas, deve-se às empresas ligadas ao ramo de celulose e à produção de madeira certificada para os fornos da FERBASA (instalada no município de Pojuca-BA), que a utiliza na transformação do ferro-gusa em aço.

As empresas terceirizadas exploram o eucalipto e ofertam várias funções empregatícias, por exemplo: operador de motosserra, motorista, operador florestal, almoxarife, encarregado, entre outras (SANTOS, 2015). Então, existe uma amplitude de aproveitamento de mão-de-obra nas empresas em diversas profissões e que oportuniza, em muitos casos, às pessoas com baixa escolaridade a possibilidade de um emprego. É importante dizer que esta situação gera um impacto positivo na empregabilidade regional e uma legitimação social da atividade.

Nos estudos realizados por Santos (2015), verificamos a valorização econômica da cultura do eucalipto na região, devido à grande utilização da madeira como um biocombustível (nos fornos da FERBASA), bem como no fabrico de celulose (BRACELL), a partir desta monocultura em larga escala, ou seja, em regime de *plantation*, que caracteriza a agricultura brasileira desde os tempos coloniais.

O avanço da eucaliptocultura, além de proporcionar o impacto ambiental com a manipulação de agrotóxicos que contaminam o solo e rios, promove a apropriação de grandes áreas para o cultivo do eucalipto, o que ocasiona a diminuição de áreas agricultáveis utilizadas pelos agricultores familiares.⁸ Muitos ambientalistas classificam a eucaliptocultura como “deserto verde”, devido ao empobrecimento da fauna e flora proporcionada por esse tipo de cultura.

2.3 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA EUCALIPTOCULTURA

O eucalipto tem sua origem na Oceania, em especial na Austrália, sendo verificada a existência de algumas espécies na Nova Guiné e no Timor. Estudos comprovam que a sua cultura em outros lugares ocorreu apenas no século XIX,

iniciando na Europa, depois pelos Estados Unidos e, finalmente, chegando ao Brasil, no ano de 1868, no estado do Rio Grande do Sul. Sinaliza-se que um dos maiores propagadores da espécie pelo país foi A. Pereira da Fonseca, que realizou grandes plantações no estado do Rio de Janeiro, com variadas espécies do gênero *Eucalyptus* (ANDRADE, 1918).

Na região de Alagoinhas, a cultura do eucalipto chega no final da década de 1970, com a exploração realizada pela antiga empresa Bahia Norte. A promessa, na época, era que a cultura do eucalipto muito ajudaria o desenvolvimento de empregos e facilitaria o acesso à madeira certificada. Nessa época, ainda funcionava plenamente a Estrada de Ferro⁹ e, muitas vezes, as toras de eucalipto foram utilizadas para a manutenção da via férrea, os dormentes¹⁰.

Segundo Santos (2015), na atualidade, a cultura do eucalipto pode ser encontrada em toda a parte do Brasil, conforme o gráfico abaixo, de 2014, da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF¹¹), o que promove o mercado de madeira certificada para a utilização como biomassa para a produção de celulose e outras matérias primas, além da fabricação de *briquetes*, que possui alto teor energético quando compactado e *pallets*¹².

Figura 4 – Área plantada de Eucalipto no Brasil

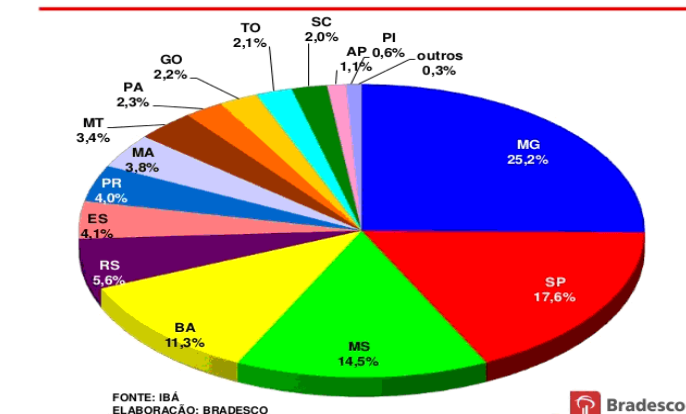
⁹ A Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco (EFBSF) foi uma ferrovia que conectou a cidade de Salvador à de Alagoinhas. Inaugurada em junho de 1860, a ferrovia foi idealizada por políticos e membros da Junta da Lavoura, sendo a primeira a ser construída na Bahia e a quarta no Brasil.

¹⁰ Os Dormentes são utilizados em Ferrovias, e, sendo de eucalipto tratado, possuem garantia de 15 anos contra o cupim, broca e apodrecimento, e podem ser ampliados com manutenção periódica.

¹¹ Empresa que foi substituída em 2015 pela IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores.

¹² Palete ou pálete é um estrado de madeira, metal ou plástico que é utilizado para movimentação de cargas.

ÁREA PLANTADA COM EUCALIPTO NO BRASIL POR UF – 2014



FONTE: Indústria Brasileira de Árvores, 2015.

Ainda, sobre a produção e o monitoramento do eucalipto plantado na Bahia, deve ter destaque a Associação Baiana das Empresas de Base Florestal – ABAF, criada em 2004 com o propósito de desenvolvimento sustentável, conforme preconizam os empresários. Em seu último relatório, publicado em 2017, apresenta um panorama do que chamam silvicultura no Estado da Bahia:

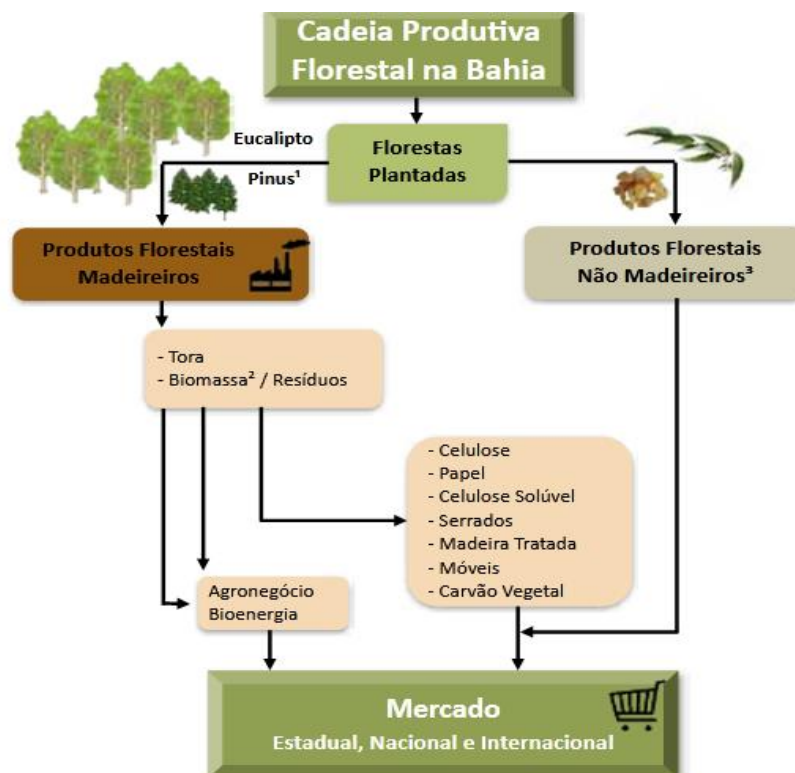
A Bahia detém 612,2 mil hectares plantados com eucalipto, o que a coloca no 4º lugar no ranking nacional (2016) de estado com maior área plantada, atrás apenas de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. No estado encontram-se 11% do total da área plantada no país com esse grupo de espécies. Ao todo, a Bahia possui 647,8 mil hectares com florestas plantadas, considerando eucalipto, pinus e seringueira. No ranking nacional de florestas plantadas (2016), que considera plantios de eucalipto e pinus, a Bahia está em 6º lugar, com 8,5% de participação na área plantada do Brasil.

Historicamente, o crescimento da área plantada com eucalipto na Bahia atinge +1,2% ao ano, equivalente a +11,3% entre 2007-2016. Este crescimento em área plantada está associado às expansões e investimentos principalmente do segmento de celulose e papel (C&P) no estado, o qual é o principal detentor de florestas de eucalipto na Bahia. O esforço histórico do setor com a contínua busca por avanços tecnológicos, principalmente em silvicultura, permite que o estado mantenha-se com destaque na área florestal plantada, tornando-o referência nacional. (ABAF, 2017, p. 04)

O Relatório da ABAF indica o local privilegiado da Bahia na produção do eucalipto e demonstra sua importância internacional. O que temos na página inicial do relatório é que “Árvore plantada preserva Árvore nativa”, isso, na visão empresarial. Na visão de Adelson Gomes Filho, assessor técnico do SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) de Alagoinhas, é

observado que o avanço das “florestas plantadas” (plantas exóticas) muito compromete a preservação das árvores nativas e que, em muitos casos, os agricultores familiares arrendam suas propriedades ou derrubam essas árvores locais para promover o avanço da cultura do eucalipto, muitas vezes envolvidos pela ideia de prosperidade no campo e empregabilidade.

Figura 5 – Cadeia produtiva de base florestal de Eucalipto e Pinus na Bahia



Fonte: ABAF, 2017

A figura 5 demonstra que a madeira de Eucalipto é o carro chefe da cadeia produtiva florestal da Bahia e está em lugar de destaque devido aos produtos que origina, como, por exemplo: celulose solúvel, carvão vegetal, móveis de madeira, biomassa e resíduos florestais que alimentam o mercado do agronegócio e das indústrias bioenergéticas do estado da Bahia.

A cultura do eucalipto é um grande mercado, monitorado por agências federais, estaduais e municipais no que se refere à legislação e ao cumprimento das normas ambientais que atendem ao desenvolvimento sustentável e

reflorestamento¹³. Contudo, em sua pesquisa, Santos (2015) percebe que não é notória uma preocupação com o material humano e ecológico, apesar de este lidar diariamente com o plantio, corte e supervisão das fazendas de eucalipto.

Segundo Dossa (2002), a introdução dos eucaliptos no Brasil ocorreu em atenção ao mercado de lenha, postes e dormentes das estradas de ferro no Sudeste. E, tão somente na década de 1950, é que passou a ser utilizado como matéria-prima para as indústrias de papel e celulose e, em décadas posteriores, nas siderúrgicas a carvão vegetal. Conforme dados da Florestal (2002), dentre as principais espécies cultivadas, os usos mais comuns são para lenha, carvão, papel, postes, mourão, celulose e pontalete para construção.

É importante frisar que o eucalipto, na visão empresarial, apresenta boa produtividade quando associado a um bom material genético e manejo florestal realizado pelas indústrias (DOSSA, 2002). Assim, atualmente, as áreas de florestas com eucalipto estão em franca expansão no país, com diversas empresas propondo programas de crescimento e expansão para suprir as demandas da produção de energia renovável, madeira e celulose (MIRANDA, 2011).

A cultura do eucalipto representa uma fonte de energia 87% mais barata que a de combustíveis fósseis, por outro lado, é devastadora: reduz a biodiversidade, afeta os lençóis freáticos, altera a qualidade do solo e destrói a capacidade futura de produção de alimentos. O impacto desta cultura sobre as terras agricultáveis, recursos hídricos, fauna e flora provoca também a inviabilidade da agricultura familiar. As comunidades tradicionais campesinas e, em alguns casos, índios, sem-terra e pescadores estão tendo seus modos de vida inviabilizados pela ação deste complexo agro-exportador que mantém a inadequação do uso dos recursos naturais no mesmo paradigma de desenvolvimento hegemônico nos quinhentos anos de exploração do Brasil. (MANFREDINI, 2011, p.01)

As plantações de *pinus* e eucalipto abastecem as indústrias de papel e celulose, fábricas de móveis e de produtos de madeira, bem como siderúrgicas que precisam do carvão vegetal para produção do ferro-gusa, componente na fabricação do aço, conforme dados do Repórter Brasil (2011). Esta é a razão

¹³ As pessoas físicas e jurídicas que consomem a madeira plantada (metalúrgicas, fábricas de celulose, cerâmicas, entre outras) onde o consumo seja igual ou superior a 12.000 metros cúbicos por ano de lenha ou outra matéria-prima de origem florestal ou 4.000 metros cúbicos por ano de carvão vegetal, são compelidas a manter florestas próprias sob exploração racional, sendo equivalente ao seu consumo industrial e com previsão de possível expansão das atividades industriais (SILVA, 2011, p. 185).

essencial do desenvolvimento desta cultura no mercado. Por isso mesmo, é necessário o estabelecimento de políticas públicas que sejam eficazes no monitoramento desta atividade, bem como a proposição de garantias à agricultura familiar de acordo com a região.

O eucalipto é uma fonte de energia? Sim. O eucalipto produz a biomassa que pode ser processada e utilizada como biocombustível. E, no litoral Norte e Agreste Baiano, existe a empresa FERBASA, localizada no município de Pojuca-BA, próximo a Alagoinhas, que se utiliza do carvão vegetal de eucalipto para servir de combustível em seus fornos na preparação do ferro gusa (daí o interesse da empresa na cultura do eucalipto).

A biomassa¹⁴, quando utilizada, apresenta vantagens por produzir energia a baixo custo monetário, em que pese o custo socioambiental já mencionado, devido ao domínio tecnológico e a sua natureza renovável, pois permite o reaproveitamento de resíduos e a condição de ser menos poluente que outras fontes de energia, como o petróleo ou o carvão mineral (desde que não se considere a contaminação dos cursos hídricos pela aplicação massiva de agrotóxicos banidos em diversos países). Segundo Guimarães Júnior (2013), cerca de 30% das necessidades energéticas do Brasil são preenchidas pela biomassa.¹⁵

Apesar de apresentar muitos pontos positivos, no que se refere a sua utilização, a eucaliptocultura também tem o seu lado negativo e pouco discutido nas grandes empresas florestais. Existe, sim, a possibilidade de impacto ambiental nos territórios em que são plantadas, que vai desde alteração no lençol freático até o envenenamento de nascentes por parte do agrotóxico borrifado nas árvores de eucalipto no combate às pragas

Vital (2007) afirma que os impactos ambientais promovidos pelas florestas de eucalipto ocorrem danosamente sobre a água, o solo, a biodiversidade e a atmosfera. Contudo, devem ser observadas com atenção estas análises porque

¹⁴ Considerada um recurso natural renovável, a biomassa é uma matéria biológica que serve como base para a produção de energia a partir da decomposição de resíduos orgânicos. Como exemplo temos madeira, cana de açúcar, restos de alimentos, casca de arroz, casca de coco e eucalipto (<https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/conheca-alguns-tipos-de-biomassa-usados-na-geracao-de-energia/>).

¹⁵ As formas mais utilizadas de biomassa são: a lenha, o bagaço da cana-de-açúcar, galhos e folhas de árvores, papéis, papelão, etc. Além disso, a biomassa constitui o elemento principal de diversos novos tipos de combustíveis e fontes de energia, como o bio-óleo, o biogás, o BTL e o biodiesel.

a eucaliptocultura depende de algumas condições prévias que podem ocasionar o impacto ou não. Por exemplo, existem como condições prévias o bioma de inserção, a densidade pluviométrica, o tipo de solo, a declividade dos solos e a distância das bacias hidrográficas e das técnicas agrícolas empregadas.

Como explicar o impacto negativo nos lençóis freáticos, verificados no Brasil e em outros países, a partir da cultura do eucalipto? Da seguinte forma: o eucalipto necessita captar dióxido de carbono e oxigênio para realizar a fotossíntese e a respiração, daí a necessidade de água em quantidade suficiente, para que seja realizado o ciclo das atividades metabólicas. Contudo, a depender da espécie plantada e das condições climáticas do lugar, pode ocorrer impacto sobre a umidade do solo, rios e os lençóis freáticos.

[...] quanto mais rápido o crescimento de uma árvore, maior seu consumo de água. Estima-se que a faixa de evapotranspiração de uma plantação de eucalipto seja equivalente a precipitações pluviométricas ao redor de 800 a 1.200 mm/ano. Outros estudos apresentam resultados experimentais semelhantes a esse, com perda de água do solo em plantações de *Eucalyptus globulus* ao redor de 750 mm/ano – estimado pelo método de avaliação do balanço hídrico do solo. (VITAL, 2007, p. 241)

O consumo de água, por parte do eucalipto, todavia, não é responsável diretamente pela diminuição dos lençóis freáticos, é preciso ter conhecimento de que o ressecamento do solo em plantações de eucalipto depende da precipitação pluviométrica da região e não somente do consumo de água por parte das plantas. Assim, é possível inferir que a eucaliptocultura pode acarretar ressecamento do solo, quando o mesmo utilizar as reservas de água contida nele, além da proporcionada pela região; mas, em locais de maior índice pluviométrico (acima de 400 mm/ano), não seria necessário a planta utilizar-se de suas reservas, porque o índice da região é satisfatório (VITAL, 2007).

A exploração do plantio do eucalipto pode não ser determinante, mas provoca impactos ambientais consideráveis devido aos grandes latifúndios necessários para a disseminação das florestas plantadas, o que é facilitado pela estrutura fundiária do Brasil. Assim, segundo Cunha (2016), desde o período colonial, a concentração da propriedade de terra é a marca fundamental da estrutura agrária e da acumulação capitalista no Brasil, bem como da formação das classes dominantes locais. É desse ambiente histórico que se beneficia a eucaliptocultura.

O eucalipto é conhecido como árvore exótica por não ser nativa do Brasil, ou seja, não faz parte dos nossos biomas naturais. Como já assinalado, o eucalipto é oriundo da Austrália. Algumas ONGs, a exemplo da Repórter Brasil, além das consequências negativas para o meio ambiente, denunciam impactos de ordem social no plantio do eucalipto como o avanço da monocultura sobre territórios ocupados por indígenas, quilombolas e camponeses há várias gerações.

Com base nos estudos feitos, fica evidente que existem questões controversas entre o setor empresarial e os ambientalistas, no que se refere à eucaliptocultura. O primeiro segmento defende a atividade como “florestas plantadas” devido ao alto grau de sequestro do gás carbônico da atmosfera. Contudo, o segundo grupo acusa que a monocultura do eucalipto não pode ser considerada como floresta, porque existe uma ínfima biodiversidade no seu interior, além de gerar drásticos impactos nos cursos d’água, característico do que é chamado de “deserto verde”.

Em meio a esse debate, entre impacto ou não impacto, fica evidente que o elo mais fraco dessa cadeia produtiva é o agricultor familiar, que, em muitos casos, é assediado por esta cultura do eucalipto e vende a sua propriedade em favor do agronegócio; então, de pequeno produtor e dono da terra, passa a ser assalariado e funcionário de empresa.

Tendo em vista as informações apresentadas, é possível inferir que o trabalhador e o meio ambiente são prejudicados com a cultura do eucalipto pelo fato desta contribuir para a escassez d’água e desertificação das áreas plantadas, embora estudos empresariais sejam feitos para respaldar esta cultura como “florestas plantadas”. Vale ressaltar que as florestas plantadas diferem das florestas naturais e primitivas por serem formadas artificialmente de acordo com o plantio de espécies que se adequem ao meio. Normalmente tem ocorrido esse plantio como forma de reposição da cobertura florestal de área explorada.

2.4 A EUCALIPTOCULTURA NA BAHIA: EXPLORAÇÃO E ENFRENTAMENTOS

A industrialização e as transformações nas relações de produção redefiniram a estrutura socioeconômica e política do campo. Com a supremacia

da indústria capitalista, a etapa final do processo produtivo não está mais delegada ao agricultor, mas àquela. Todavia, o trabalho agrícola familiar permanece tendo grande importância em muitos países, mesmo na América do Norte e na Europa. No caso brasileiro, este formato de agricultura representava mais de 80% até a década de 1980 (OLIVEIRA, 1986).

O último Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, demonstra que 77% dos estabelecimentos rurais são classificados como da agricultura familiar, o que garante a ocupação de 67% do pessoal da agropecuária e gera uma produção de 107 bilhões de reais de toda a produção agropecuária brasileira.

Figura 6 – Estabelecimentos de agricultura familiar, via Censo Agropecuário de 2017



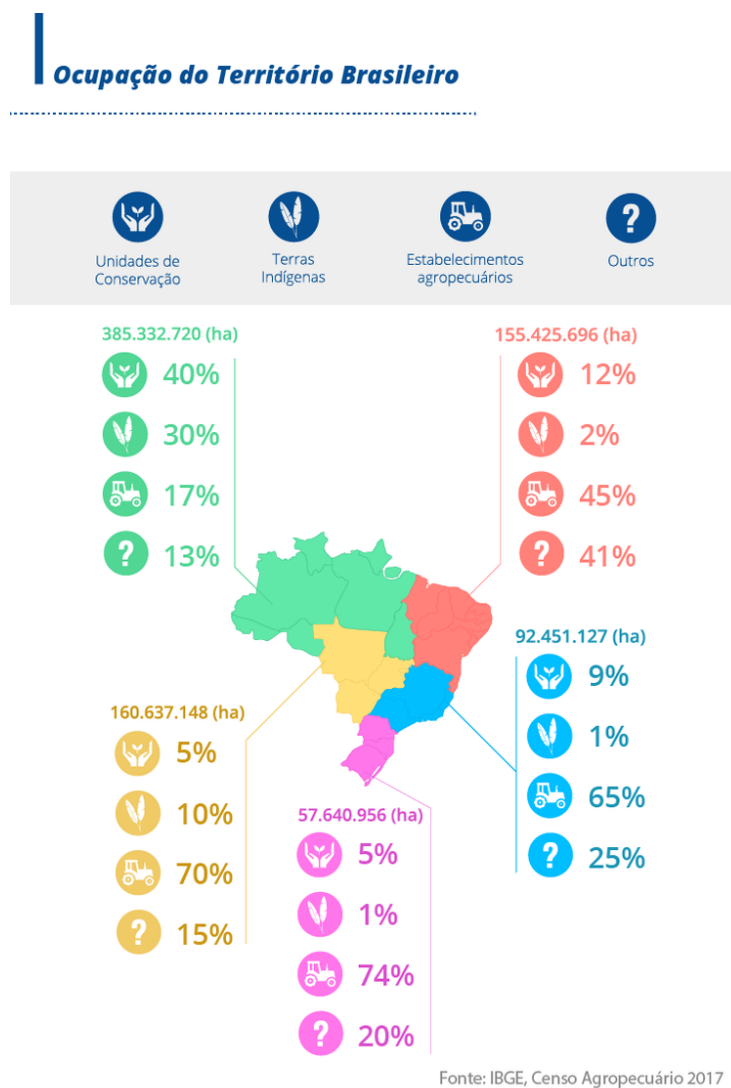
Fonte: IBGE, 2017

A Cooperativa de Crédito – CRESOL, criada em 1995, no Paraná, tendo em vista o último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, afirma que:

[...] a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além do mais, é encarregada pela receita de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo. (CRESOL, 2019, p. 45)

Observando a figura 7, podemos notar que os estabelecimentos agropecuários no Brasil apresentam grande destaque em ocupação nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, com baixa ocupação na região Norte devido às Unidades de Conservação e Terras indígenas existentes na preservação da Amazônia.

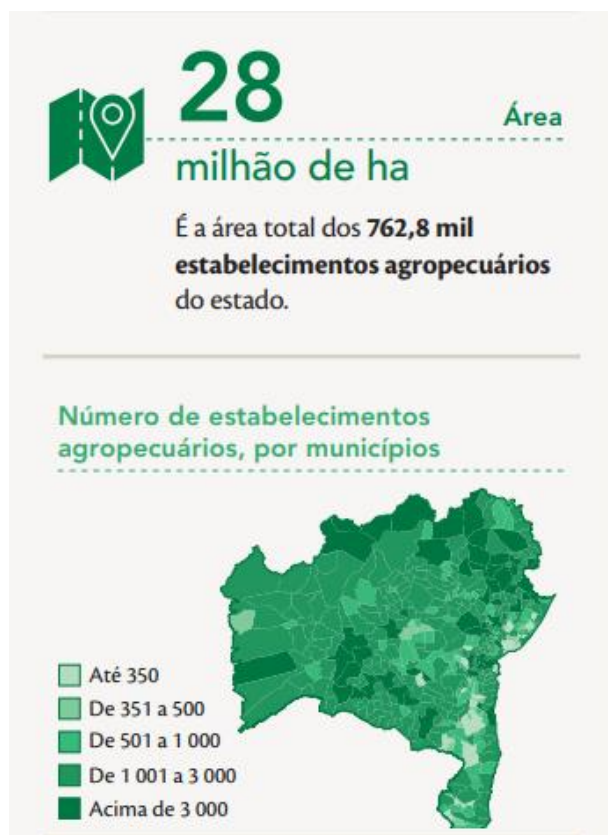
Figura 7 – Estabelecimentos agropecuários no Brasil



Fonte: IBGE, 2017

No Estado da Bahia, temos 2,1 milhões de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. Segundo o mesmo Censo Agropecuário (IBGE, 2017), elas estão distribuídas em 28 milhões de hectares, num total de 762,8 mil estabelecimentos agropecuários em todo o Estado.

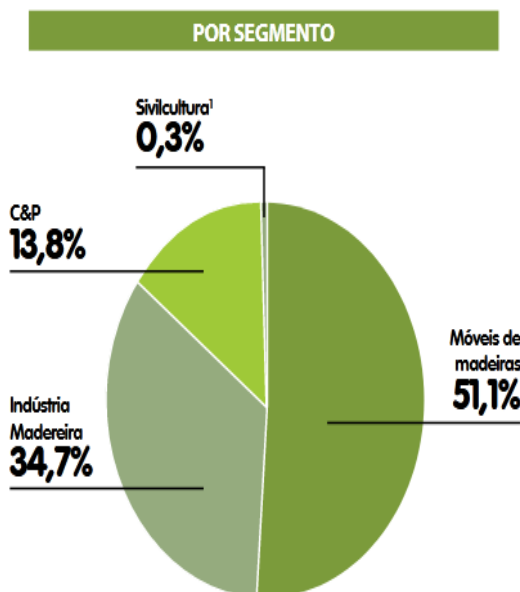
Figura 8 – Área total dos estabelecimentos agropecuários no estado da Bahia



Fonte: IBGE, 2017

Conforme apresentado, fica evidente o protagonismo do eucalipto na cadeia produtiva florestal da Bahia (BAHIA FLORESTAL, 2017), que possui 636 empresas ligadas ao setor (2017); demarcam 7% do total de indústrias existentes no setor econômico do Estado (9.072 mil), em diversos segmentos, como móveis de madeiras, indústria madeireira e celulose & papel, conforme gráfico abaixo.

Figura 9 – Número de empresas de base florestal no Estado da Bahia



TOTAL BAHIA: 636 empresas

Fonte: IBGE, 2017

Tratar do avanço da eucaliptocultura na região do Litoral Norte e Agreste Baiano é um desafio, tendo em vista que, como dito anteriormente, todos os estudos identificados têm como referência as regiões do Sul e Sudoeste da Bahia, as quais compreendem a área de atuação, dentre outras empresas, da Veracel Celulose, atual Fibria. Na região em análise, temos a atuação da Bracell, Ferbasa, entre outras, que exploram o eucalipto e o pinho com o objetivo principal para o fabrico de celulose e carvão vegetal para fomentar o mercado de madeira certificada, além de outros subprodutos.

Os estudos a seguir trazem argumentos sobre os impactos causados pela eucaliptocultura na região sul da Bahia, e o decréscimo da existência do agricultor familiar, em consonância com a prática capitalista, que visa ao lucro e a uma produção voltada para o mercado internacional. Essas discussões muito contribuem com a pesquisa, por trazer outras realidades territoriais que servem de direcionamento para analisar os fatos encontrados no município de Alagoinhas acerca da eucaliptocultura.

Oliveira (2014) discute, na sua tese, a expansão do agronegócio do eucalipto, na Bahia, e afirma que o mesmo não cumpriu o papel social de desenvolvimento regional e geração de emprego e renda; apenas facilitou a

entrada de empresas multinacionais de papel e celulose, com o apoio do Estado, e a proliferação de extensos plantios de eucalipto no Nordeste e Sul a Bahia.

Na pesquisa, foi observado que as empresas do ramo florestal não cumpriram com o que preconizam na ABAF, no que tange ao desenvolvimento regional e geração de emprego; deixaram, sim, um espaço aberto para o mercado internacional e suas transnacionais lucrarem com a exploração da eucaliptocultura. Na verdade, foi observada uma redução de postos de trabalho no campo, dificultando a reprodução camponesa, o aumento da concentração fundiária e a redução da contribuição social por parte das empresas (OLIVEIRA, 2014).

Essa pesquisa supramencionada também mostrou que as empresas florestais são beneficiadas pelo poder público com isenções fiscais, flexibilidade nas leis trabalhistas e facilidades na liberação do licenciamento ambiental. Apesar de ter sido registrada a resistência camponesa contra o agronegócio do eucalipto nesse território, a partir dos acampamentos e assentamentos pesquisados, o poder territorial do agronegócio do eucalipto só fez crescer e com aval do poder público.

Outro estudo nos traz a necessidade da territorialização crescente das grandes empresas na exploração da eucaliptocultura, inclusive com a destruição local da floresta nativa. Em sua tese, Mazzochin (2016) discute a dinâmica geoeconômica do setor florestal brasileiro, após o ano 2000, e verificou as estratégias espaciais do setor florestal no Brasil e o papel da concentração e centralização de capitais. Seguindo a lógica do capital, as florestas nativas passaram a abrir caminho às florestas plantadas¹⁶, que passaram a suprir a necessidade de matéria-prima das indústrias sempre com incentivos fiscais ao reflorestamento e aportes financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Quando uma instituição governamental apoia uma ação empresarial que degrada o meio ambiente nos leva a inferir que a Lei Ambiental sequer foi consultada na liberação dos alvarás de plantio da silvicultura do eucalipto. Enfim,

¹⁶ **Florestas plantadas** são aquelas destinadas à recuperação de uma área degradada, onde anteriormente havia cobertura vegetal local ou nativa reconhecida como **floresta**. Muitas vezes, o termo reflorestamento é utilizado (indevidamente) para se referir a uma área utilizada para o cultivo de espécies de interesse comercial (<https://www.montana.com.br/guia-da-madeira/Floresta/Floresta-Plantada-e-Reflorestamento>).

apesar dos possíveis problemas ambientais que essa cultura poderia causar no território e os impactos negativos sobre a pequena produção, nada disso foi levado em conta nessa liberação. Além disso, as empresas ainda foram beneficiadas com incentivos fiscais.

Segundo Mazzochin (2016), a espacialização conquistada pelos grandes grupos madeireiros internacionais em países da América do Sul se dá pelo atrativo da estrutura fundiária do continente, marcada por grandes latifúndios, o que facilita a aquisição de imensas áreas para plantio.

A forma de espacialização da eucaliptocultura não se distingue da *plantation*¹⁷, verificada no Brasil desde o tempo colonial, como método de povoamento voltado para atender às demandas do mercado internacional. A História se repete com a prática da eucaliptocultura devido à necessidade de imensos territórios para a sua cultura, só não incorporando o trabalho escravo nos moldes antigos, porque o mesmo adquiriu nova roupagem com o trabalho assalariado precário, insuficiente para atender às necessidades dos trabalhadores, em que pese não raro ser este trabalho análogo à condição escrava. No Brasil, esta dinâmica de expansão, em especial voltada para a celulose, atende ao mercado de *commodities*.

Ainda, em âmbito nacional, Lopes (2016) investigou como a ocupação de extensas áreas de terra pelo complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel, por todo o país, em especial em Mato Grosso do Sul, onde a produção de pasta de celulose e papel mais do que duplicou, entre 2009 e 2012 (em Três Lagoas), trouxe consigo graves conflitos socioambientais para a zona de incidência do maciço “florestal” das empresas FIBRIA e Eldorado Brasil. Esse estudo sinaliza a questão ambiental, mais uma vez, e com especial atenção para a escassez de água. Existem estudos que afirmam que as plantações de eucalipto necessitam de grande quantidade de água, enquanto outros alertam apenas que o plantio deve respeitar certo limite em relação ao rio ou córrego. Contudo, na realidade, muitas empresas plantam próximo a lagos e rios, promovendo a sua erradicação ou o enfraquecimento.

¹⁷ *Plantation* ou plantação é um tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava.

Lopes (2016) verificou que os conflitos não se restringem, apenas, ao problema da possibilidade de escassez de água, ou à utilização maciça de glifosato, mas suplantam essas consequências para atingir a agricultura familiar, a concentração fundiária, os serviços públicos de saúde pelo SUS, a carestia de vida na região, a violência e o atrelar da economia local quase que exclusivamente ao setor de celulose-papel.

O autor apresenta um problema social decorrente da cultura do eucalipto, na região do Mato Grosso do Sul, quando evidencia a inclinação local alicerçada no comércio produtor de celulose. Assim, enfraquece a agricultura familiar e o comércio local, que passam a ser dependentes do agronegócio do eucalipto e, efetivamente, são prejudicados no plano social, por se tratar de uma cadeia produtiva que não insere todas as pessoas de um município e que não pratica a justiça social.

No estado do Espírito Santo, por sua vez, estudo feito por Salgado (2016), apresenta os problemas ambientais e socioeconômicos no município de Conceição da Barra (região norte), a partir da introdução da cultura do eucalipto. Usando a metodologia de estudo de caso, a autora avalia o *status* ambiental e a atuação das empresas FIBRIA e SUZANO Papel e Celulose, com o intuito de identificar se foram incorporadas novas práticas ambientais, tendo em vista a qualidade de vida dos habitantes. Infelizmente, constatou que o cenário é desolador nas últimas décadas.

O cenário desvelado por essas pesquisas não permite uma defesa ambiental da eucaliptocultura. Ao contrário, ficam evidentes os impactos negativos que o seu manejo causa aos territórios onde estão localizada. Portanto, a degradação ambiental e territorial promovida por essa cultura, que, em muitos casos, é amparada pelo poder público local, resulta como uma conclusão inescapável. No estudo de Salgado (2016) foi constatado, inclusive, que o monocultivo de eucalipto reduziu o poder econômico do município.

Voltando à Bahia, a pesquisa de Andrade (2015) apresenta os conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos à eucaliptocultura na região do sudoeste baiano. A transformação de um espaço agrário pela eucaliptocultura ocorre, na Bahia, desde o final da década de 1970, a partir da criação do antigo Polo Petroquímico de Camaçari, atual Polo Industrial de Camaçari, o que desencadeou um alto investimento no Litoral Norte Baiano. A partir daí passou

a ecoar em outras áreas do estado da Bahia. Andrade (2015) direciona a sua pesquisa para o município de Vitória da Conquista e seu entorno, e coloca em destaque a atuação, mais uma vez, da empresa VERACEL Celulose.

Na região de Vitória da Conquista, é preciso enfatizar a atuação do Fórum local, que agrega vários movimentos sociais que questionaram a localização/atuação desta empresa exploradora de celulose (VERACEL) e as ações de conscientização promovidas por parte dele na região. O Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste Baiano surgiu, em 2012, com o propósito de restringir o cultivo de plantas exóticas (em especial, o eucalipto) e lutar pela criação de legislação municipal que normatize esta atividade, e agregou os seguintes grupos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); o Levante Popular da Juventude com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), do Projeto GeografAR/UFBA e do Laboratório de Geografia/UESB. A principal ação realizada por esses movimentos foi a mobilização da sociedade civil em municípios do sudoeste, que apresentaram projetos de lei de iniciativa popular restringindo a implantação da monocultura de eucaliptos em seus respectivos territórios.

O autor traz um debate sobre a utilização do termo eucaliptocultura, ao invés das “florestas plantadas”, pelo fato de ser necessário afirmar que o eucalipto não é uma planta local, tampouco seu plantio é uma floresta, na acepção da palavra, mas trata-se de uma exploração capitalista de uma cultura que promove impacto ambiental e afastamento do agricultor local do processo produtivo.

Nesse estudo, Andrade (2015) traz uma historiografia da inserção da cultura do eucalipto no Brasil, e seu entrelaçamento com o capital internacional, desde a década de 1960, e a busca de uma equiparação ao paradigma neoliberal. Percebe-se que a questão fundiária, no Brasil, é interminável. Segundo o autor, a expansão da eucaliptocultura no estado da Bahia se deu primeiramente no litoral norte, da década de 1970, ampliando a atividade para o extremo sul, no início da década de 1990, adentrando na região sudoeste no final da mesma década e, mais recentemente, nos anos 2000, na região do oeste baiano.

Também, para o Sudoeste baiano, Oliveira (2012) fez um estudo sobre a diferente forma da eucaliptocultura no Planalto de Conquista, enfatizando a estrutura fundiária, políticas governamentais e ação do capital privado. Nesta pesquisa, o autor afirma que, sem grandes projetos apoiados nas grandes empresas, o avanço da eucaliptocultura não impactou significativamente na estrutura fundiária regional. É bom lembrar que este trabalho tem como direcionamento estudos na área de Geografia e salienta que a pequena propriedade só se manterá a partir do fortalecimento da agricultura familiar que, apesar de ter em vista novos projetos, pode sucumbir às grandes empresas e aos investidores de fora da região.

O texto traz uma historiografia da atividade agrária no Brasil, desde a Lei de Terras de 1850 até o processo de modernização agrícola, com base no modelo econômico global, com direcionamento do setor urbano-industrial, respeitando o marco teórico preconizado pela Geografia Agrária. Este estudo está focado na região do Planalto de Conquista que, em função do fomento da eucaliptocultura, apresentou uma adesão dos agricultores e investidores, que valorizou a substituição do carvão vegetal produzido pelas florestas nativas (um crime ambiental) pela produção de madeira certificada a partir da cultura do eucalipto ora estabelecida.

Oliveira (2012) analisou as possíveis alterações ocorridas na estrutura fundiária e o avanço sobre a pequena propriedade, tomando por base as novas formas de produção e a substituição da pequena agricultura pela monocultura do eucalipto. Fica visível, em todo o texto, a preocupação e defesa por parte do autor da pequena e média propriedade e o fortalecimento da agricultura familiar.

O estudo realizado teve a pretensão de compreender a forma diferenciada da implantação da eucaliptocultura na região do Planalto de Conquista, por ser capitaneada pelo proprietário local e investimentos pessoais, com o predomínio da agricultura familiar; diferente do sul do Estado, onde a eucaliptocultura chegou pelas mãos de grandes corporações capitalistas. Um dos grandes desafios foi a discussão da eucaliptocultura como causadora de impacto ambiental, bem como decidir sua ocupação em áreas anteriormente pertencentes a florestas nativas e a negociação do carbono sequestrado com a devida cultura.

Apesar da cultura do eucalipto ter seu marco exploratório através dos proprietários locais e a absorção de pequenos produtores, fica evidente, no

estudo, a preocupação com o agricultor familiar e seus enfrentamentos para não sucumbir à pela exploração territorial. Embora o autor afirme que não houve impacto significativo na estrutura fundiária, acredita-se que houve esse impacto, a exemplo da exploração territorial e derrubada de florestas nativas.

Do trabalho de Oliveira (2012), considera-se pertinente, ao desenvolvimento da pesquisa, a discussão sobre uma visão do agricultor familiar e dos enfrentamentos necessários a sua permanência na região, em decorrência dos grandes projetos envolvidos na eucaliptocultura e a visibilidade de movimentos sociais estruturados contra o avanço de tal cultura. Com base nesta experiência, é possível estabelecer uma conexão com o que ocorre na região do Litoral Norte e Agreste Baiano, especificamente no município de Alagoinhas, no que diz respeito ao processo de diminuição da agricultura familiar em função das práticas capitalistas voltadas ao mercado internacional, que propõe a eucaliptocultura.

Em entrevista com Adelson Gomes Filho, assessor técnico do SINTRAF, do município de Alagoinhas-BA, ficou clara a mobilização dos agricultores familiares frente ao avanço da eucaliptocultura durante todos esses anos, desde a sua fundação (1986), promovendo passeatas, palestras e em alguns momentos de embates, que contou com a presença até da Polícia Federal. No entanto, muitos estão cansados da luta e acabaram se rendendo ao agronegócio do eucalipto, buscando lugar de trabalho nas empresas que exploram essa cultura ou vendendo as suas propriedades, que passam a ser usadas para expandir as plantações de eucaliptos.

Os movimentos sociais surgidos a partir do avanço da cultura do eucalipto na região, tendo em vista o domínio das empresas que lucram com o “deserto verde”, a partir do plantio do eucalipto e pinho, encontram-se enfraquecidos, sem forças para avançarem com a luta. E as empresas, por outro lado, responderam amenizando sua exploração na região com ações de “responsabilidade social”, voltadas para as escolas e comunidades, com o apoio, muitas vezes, do poder público municipal.

Os efeitos socioambientais da eucaliptocultura, além daqueles sofridos pelo agricultor familiar, também perpassam pela discussão do aquecimento global, que cresce em escala mundial, o que potencializa uma crise civilizatória que emerge do próprio capitalismo, da qual a saída empreendida pelo capital,

até aqui, ocorre em detrimento da questão ambiental. Fica visível, ainda, a “não importância” da realidade social dos sujeitos que ocupam regiões onde o capitalismo quer lucrar com suas práticas não só antiéticas como antinaturais, que definham o nosso patrimônio cultural e ambiental, numa perspectiva de enriquecimento exacerbado e desenfreado, não se importando com a finalização dos recursos e a repercussão climática que isso possa ocasionar.

Leff (*apud* Porto-Gonçalves, 2009) chama a atenção para a responsabilidade do que está sendo feito no mundo, propondo uma nova forma racional produtiva, fortalecida pela energia da natureza e por valores culturais pautados pela diversidade cultural, levando-nos a refletir que a ciência é feita de polêmica e debates, inexistindo “dono da verdade”

Nessa coerência ambiental é que esse estudo está pautado, não se pretende, aqui, apresentar verdades, mas realidades que devem ser discutidas, comparadas e analisadas à luz do meio ambiente, do respeito cultural e da justiça social.

Os ideais de mudança que propõem um direcionamento democrático e sustentável possibilitam aos povos latinos e de todo Sul global, alguns considerados países emergentes, “[...] construir um projeto histórico diverso tal como suas etnias e seus ecossistemas, solidário com as exigências atuais de justiça social e comprometido com o destino das gerações futuras” (LEFF, 2009 *apud* Porto Gonçalves, p. 90). A análise feita pelo autor remonta à discussão de que devemos valorizar as construções culturais locais e sua visão comercial em discordância com o que a ideologia dominante do capital internacional divulga. Nesta direção, pode-se apontar a exploração das áreas de terras que pertenciam a agricultores familiares, agora controladas pelo capital e destinadas ao plantio de eucalipto, com o propósito de lucrar mais, esquecendo o impacto ambiental irreversível que pode ocorrer na região.

A perspectiva de valorização das territorialidades e os aspectos culturais deveriam ser levados em consideração quando da prática da eucaliptocultura. Bom lembrar que esta não é uma cultura nativa, mas sim “estrangeira”, que se utiliza de amplos latifúndios e cuidados químicos (a exemplo dos agrotóxicos), que afetam a biodiversidade local. Então, como valorizar as culturas locais se nem a fauna e flora local são preservadas?

Souza (2016), em seu estudo na região sul da Bahia, estabelece uma análise baseada na Saúde Coletiva, a partir dos agrotóxicos utilizados no plantio do eucalipto e os possíveis impactos ambientais decorrentes desta prática. De ancestralidade indígena, a autora demonstra preocupação com a preservação ambiental e das ervas medicinais que fazem parte deste ecossistema, que acabam sendo devastadas pela eucaliptocultura e suas empresas transnacionalizadas. Importante sinalizar que esta e outras pesquisas realizadas no sul da Bahia trazem como carro-chefe a atuação da Veracel Celulose como empresa articuladora e propositora do avanço da cultura do eucalipto na região, em detrimento das florestas nativas e agricultores locais.

Esse estudo contribui com a discussão sobre a utilização dos agrotóxicos nas plantações de eucalipto, que também é uma realidade na região de Alagoinhas, segundo alguns entrevistados. Neste município, a Zona Rural do Catuzinho sofre com a pulverização intensa dos eucaliptais, que envenenam as plantas e afastam as abelhas, além de influenciar negativamente na saúde do agricultor familiar e do conjunto dos moradores. Outra região rural, chamada Ouriçanguinhas, no município vizinho de Aramari, também sofre com essas pulverizações que culminam até no envenenamento do rio, levando alguns peixes à morte, conforme relato de Adelson Gomes, assessor técnico do SINTRAF.

Voltando ao trabalho de Sousa (2016), observamos que a Veracel se apropriou de terras públicas, consideradas devolutas pela legislação e pela justiça. Nessas áreas, destinadas indevidamente ao plantio do eucalipto, o MST lutou pela sua devolução aos agricultores sem-terra, mas o poder econômico da empresa assegurou o ganho dessa causa contra os trabalhadores. Isto deixa evidente a dificuldade de enfrentamento pelo agricultor familiar contra uma multinacional e sua “sede de capital” em práticas contrárias à valorização da comunidade local e suas descendências.

Fatos não muito diferentes dos ocorridos na região de Alagoinhas, quando da implantação das primeiras empresas de exploração do eucalipto, no final da década de 1970. Segundo o assessor técnico do SINTRAF, Adelson Gomes, muitas terras eram devolutas, mas a empresa entrou na justiça e acabou ganhando a posse que, muitas vezes, pertencia aos agricultores familiares. Estes, por sua vez, não tinham os meios necessários para comprovar

judicialmente seus direitos, ainda mais demandando contra grandes corporações. Por isso, acabaram afastados de suas áreas, num claro processo de expropriação, posto que, em muitos casos, sequer tiveram direito a indenizações pelas benfeitorias construídas.

Do exposto, é possível inferir que a região de Alagoinhas foi pioneira na implantação da cultura do eucalipto, apesar de existir um desenvolvimento maior na região Sul da Bahia. Esta informação se confirma com os relatos dos agricultores familiares, quando das primeiras mudas, que foram plantadas na região por parte da empresa Bahia Norte, ao final da década de 1970. A historiografia comentada em muito corrobora para o entendimento dos acontecimentos sobre a eucaliptocultura nessa região e quanto isso impactou positivamente para o mercado internacional e negativamente no processo de inibição do agricultor familiar.

Compreender a atuação dos movimentos sociais no sul e sudoeste da Bahia e avançando a análise para o Litoral Norte e Agreste Baiano permite pensar nos enfrentamentos e nas resistências do agricultor familiar às práticas empresariais nessa região.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E EUCALIPTOCULTURA: Instituições e conflitos

3.1 REFLEXÕES SOBRE O AGRICULTOR FAMILIAR: CONCEITOS E POSSIBILIDADES

3.1.1 A agricultura familiar

Conforme a Legislação Brasileira e o que dispõe a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para ser considerado como agricultor familiar e empreendedor familiar rural é necessário atender aos seguintes requisitos:

[...] Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...]. (BRASIL, 2006, p. 1)

Fica evidente, na legislação, a ênfase da silvicultura numa perspectiva sustentável de florestas nativas ou exóticas. No caso de Alagoinhas-BA, essa prática é exercida pelas empresas BRACELL e FERBASA, com o plantio do eucalipto através de suas terceirizadas. O agricultor familiar, na década de 1970, foi incentivado à prática dessa cultura, mas não logrou muito êxito; portanto, o que ocorre, na atualidade, é o arrendamento de terras, por parte de alguns agricultores, às empresas que exploram essa silvicultura.

Para Alves (1997), os pesquisadores em Economia Rural devem analisar profundamente o termo agricultura familiar por ele se apresentar como uma reestruturação da agricultura tradicional, que é baseada em recursos, terra e trabalho, mas com pouca integração aos mercados da agricultura familiar moderna. Isto ocorre, porque o processo de transformação demanda tempo e é complexo, podendo durar mais de uma geração, conforme a região ou tempo estudado.

Como definida pelo governo, a agricultura familiar é um subconjunto da agricultura, cujo proprietário administra e trabalha no estabelecimento, em conjunto com a família. A política do governo, a esse respeito, assenta-se na premissa de que o mercado falhou na solução dos problemas da agricultura tradicional. Por isso, há necessidade de intervenção. Ironicamente, a falha mais gritante decorreu de o governo não ter oferecido ensino, sequer de primeiro grau, ao meio rural. A instrução é uma condição básica na transformação da agricultura. Mesmo admitindo-se a incapacidade de o mercado

resolver os problemas da agricultura tradicional, não existe garantia que o governo fará melhor, a não ser, possivelmente, nas áreas de educação, saúde e habitação. Isto é tanto mais verdade, quando se luta contra macro tendências da agricultura nacional que têm o sentido de reduzir o emprego e o número de estabelecimentos. (ALVES, 1997, p. 29)

Fica evidente que a falta de investimento governamental na educação em áreas rurais inviabiliza a transformação da agricultura de tradicional para moderna, e, por essas questões transversais, o avanço moderno demora de ocorrer em sua plenitude, devido à falta de interesse do poder público.

Os estudos de Cardim e Guanziroli (2000) *apud* Guanziroli, Sabbato e Vidal (2014) apontam a importância da Agricultura Familiar para o desenvolvimento do país, visto que, outrora, sempre persistiu, no Brasil, uma confusão de conceitos entre “agricultura familiar de subsistência, pequena produção e pobreza rural (p. 81)”, o que sempre dificultou uma real análise das atividades desenvolvidas e a proposição de políticas de desenvolvimento rural. Esses estudos definiram como estabelecimentos familiares:

[...] aqueles cuja direção dos trabalhos fosse do produtor; o trabalho familiar (calculado com base em fórmula própria) fosse maior que o contratado e com área total do estabelecimento maior ou igual à área máxima regional. A partir desses critérios, os questionários do Censo Agropecuário 1995/96 foram reprocessados, com os estabelecimentos classificados em familiares, patronais, de instituições pias/religiosas; de entidades públicas e não identificados. O cenário descortinado a partir daí revaloriza a agricultura familiar e ajuda a explicar a confusão conceitual anteriormente referida (GUANZIROLI; SABBATO; VIDAL, 2014, p. 81).

Os conceitos declinados sobre o agricultor familiar muito contribuem por determinar seu espaço de identificação e, a partir daí, o poder público ter a capacidade de promover políticas públicas direcionadas a este público, livrando-se, assim, da antiga confusão conceitual que inviabilizava esse direcionamento.

No município de Alagoinhas, a agricultura familiar, através de cooperativas, tem uma participação significativa na oferta da merenda escolar, em conformidade com a Lei municipal nº 1947 de 16/06/2009, que determina um percentual mínimo de 30% para aquisição de gêneros alimentícios do empreendedor ou agricultor familiar. Dentre os produtos consumidos pelos

estudantes temos: hortaliças, frutas, verduras, feijão, mel, ovos, farinha de tapioca e outros que muito garantem a nutrição diária dos alunos e contribuem em sua permanência no ambiente escolar (UPB, 2014).

Na perspectiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, se estabeleceu que a Agricultura Familiar é:

[...] a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças.

Na agricultura familiar a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, pois muitas vezes alia a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado. (BRASIL, 2006, p. 1)

Com o seu local estabelecido na sociedade brasileira, a partir da legislação e de estudos que a definem, a agricultura familiar demarca seu lugar na economia e apresenta alguns desafios que devem ser superados a partir da necessidade de políticas públicas que ajudem no processo de transição da agricultura tradicional para a agricultura moderna; neste ínterim, é importante salientar que o desinteresse governamental em desenvolver a educação no meio rural inviabiliza a agilidade desse avanço.

Em Alagoinhas, existe uma Secretaria de Agricultura que, com poucos recursos, tenta auxiliar os agricultores familiares em suas necessidades básicas, seja por doação de adubo orgânico ou por empréstimo de tratores agrícolas às cooperativas locais, em época de plantio, conforme relato do Secretário Geraldo Almeida, o que é muito questionado por Adelson Gomes Filho, assessor técnico do SINTRAF. Este afirma que a Secretaria de Agricultura poderia auxiliar mais os agricultores familiares e que não existe um empenho por parte do poder público municipal, situação que não difere de alguns municípios da região.

Na visão de Campos (2020, p.46), especialista em agricultura orgânica, a agricultura familiar é descrita como uma “[...] forma de organização social,

cultural, ambiental e econômica, onde são desenvolvidas atividades que podem ser ou não de origem agropecuária”. Na agricultura familiar, a mão-de-obra é, em sua grande maioria, composta pela família, tendo como uma característica produzir a partir de uma pequena propriedade de terra, onde a família é responsável por todo processo produtivo, comercialização e logística.

Não podemos comparar a agricultura familiar com o agronegócio, visto que este atua na terra, em geral, com sistemas produtivos de médios e grandes empreendimentos, além de utilizar-se basicamente do trabalho assalariado em suas atividades centrais.

Figura 10 – Registro de um agricultor familiar



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2020

A agricultura familiar é muito importante para a economia mundial e não se trata apenas de uma agricultura simplista relacionada apenas à subsistência. Existe diversidade de produtos, além da preservação de alimentos tradicionais, oriundos da plantação nativa que muito contribuem para a manutenção de várias espécies da flora global.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) realizam no fim de maio de 2019, em Roma, na Itália, o lançamento oficial da Década da ONU para a Agricultura Familiar (2019-2028).

As partes interessadas, tais como organizações internacionais e regionais, sociedade civil, setor privado e instituições

acadêmicas, foram convidadas a apoiar ativamente a celebração.

Segundo a FAO, a família e o campo representam uma unidade que evolui de forma contínua e desempenha funções econômicas, ambientais, sociais e culturais na economia rural mais ampla e nas redes territoriais em que estão integradas. (CAMPOS, 2020, p. 01)

De acordo com a Organização das Nações Unidas, e tendo em vista a evolução da agricultura familiar, conforme as tecnologias às quais tem acesso em sua região, essa forma de produção é responsável por 80% de toda produção global de alimentos, tendo em média mais de 500 milhões de produtores rurais dedicados a esta prática, representando mais de 90% de todas as propriedades agrícolas (CAMPOS, 2020).

No caso brasileiro, a agricultura e o agronegócio, em 2017, contribuíram em 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e foi considerada a maior participação nos últimos 13 anos, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o que fortaleceu a oferta de empregos neste setor (ABAG, 2017).

De acordo com a Embrapa, são mais de quatro milhões de estabelecimentos familiares em território nacional. E segundo dados divulgados pelo Governo Federal, além de tudo isso, a agricultura familiar é a principal fonte de alimentos do nosso país.

Entre as principais culturas produzidas pelos núcleos de agricultura familiar no Brasil, encontramos o milho, café, arroz, trigo, mandioca, soja, aves, bovinos suínos, produção leiteira e derivados do leite.

A região nordeste concentra 50% dos núcleos de produção agrícola familiar, o sul vem em seguida com 19%, seguido pelo sudeste com 16%, norte com 10% e 5% no centro-oeste do Brasil.

A agricultura familiar é orientada e resguardada em nosso país por uma legislação referente à essa atividade, a Lei nº 11.326. Também há um sistema de políticas de incentivos à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). (CAMPOS, 2020, p. 01)

Apesar de a agricultura familiar ter uma segurança jurídica, quanto a sua qualificação, é importante desenvolver nas pessoas a valorização desta forma de produção, em especial pela segurança alimentar e nutricional que ela promove, devido à prática da agricultura orgânica e à agroecologia desenvolvida por alguns produtores. Ou seja, os alimentos são desenvolvidos com técnicas de

sustentabilidade, a exemplo da compostagem e uso de adubos orgânicos, o que diminui muito o uso de agrotóxicos na produção e, conseqüentemente, teremos um alimento mais saudável e sem danos ambientais ao planeta.

Figura 11 – Imagem alusiva à agricultura familiar



Fonte: MDA, 2020

Assim, são necessárias políticas públicas que fomentem investimentos na agricultura familiar, acesso a crédito, assessoria técnica, entre outros aparatos para reconhecer o potencial dessa produção, tendo em vista o que preconiza o Banco Mundial sobre a necessidade de “acabar com a fome, conquistar a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável”, que é o segundo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2016, p. 90), que pode ser alcançado com o fortalecimento da agricultura familiar, devido ao seu caráter orgânico e sustentável, além de inibir o movimento migratório de êxodo rural.

3.2 INSTITUIÇÕES LOCAIS QUE APOIAM O AGRICULTOR FAMILIAR

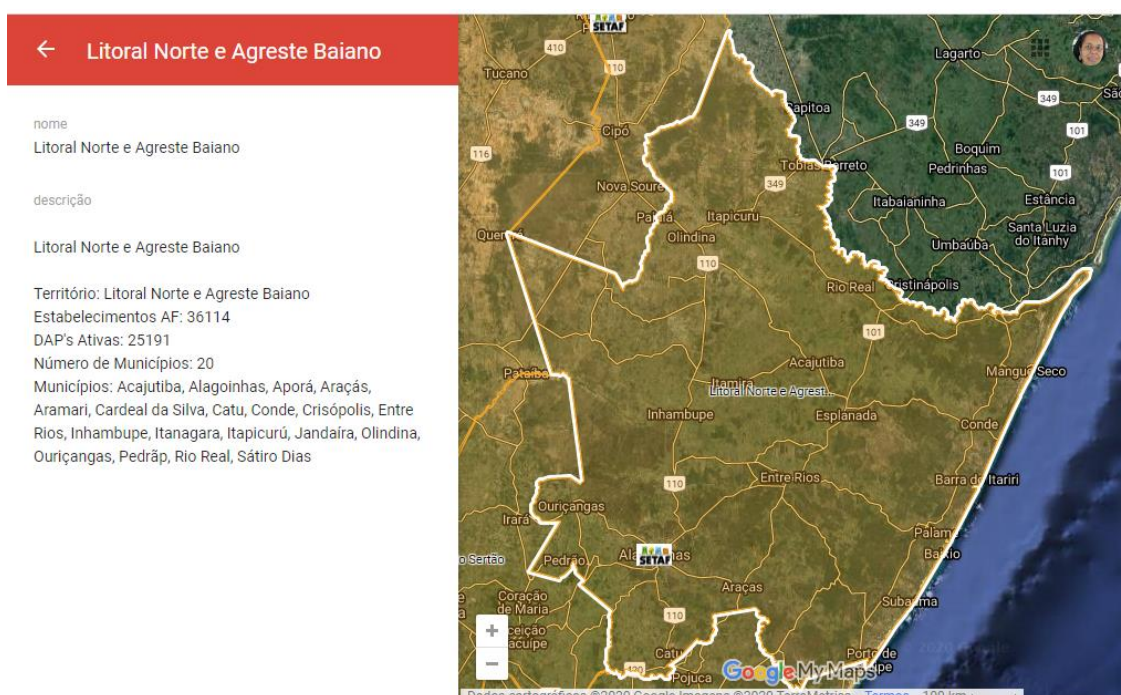
3.2.1. BAHATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

A Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – BAHATER é um órgão governamental, criado por força do Projeto de Lei nº 21.007/2014, no governo Jaques Wagner, a partir da extinção da EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, que surgiu, em 1991, no governo Paulo Souto, a partir da fusão entre a Empresa de Pesquisa Agropecuária da

Bahia (Epaba) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Emater-BA).

A BAHIATER possui uma base técnica em cada um dos 27 Territórios de Identidade da Bahia, funcionando dentro dos Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar – SETAF, e a que corresponde ao nosso estudo é a do Litoral Norte e Agreste Baiano.

Figura 12 – Unidades Territoriais Descentralizadas do Litoral Norte e Agreste Baiano



Fonte: BAHIATER, 2017

No município de Alagoínhas, a BAHIATER é representada pelo coordenador SETAF/SDR, o Sr. Enés Lima Santos, Engenheiro Agrônomo com experiência em Projetos Ambientais. Conforme dispõe no site institucional, a BAHIATER é um órgão em regime especial da Administração Direta, pertencente à estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e o desenvolvimento sustentável no meio rural baiano.

A BAHIATER, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos serviços de ATER atuará em todo o estado garantindo o

aperfeiçoamento constante de seu trabalho, a continuidade da assistência técnica e o cumprimento de suas obrigações contratuais, bem como uma gestão descentralizada e participativa dos contratos, através dos Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF), Serviços Municipais de Apoio à Agricultura Familiar (SEMAF) que deverão trabalhar de forma articulada com os Colegiados Territoriais, Consórcios Públicos, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs) e Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). (BAHIATER, 2020)

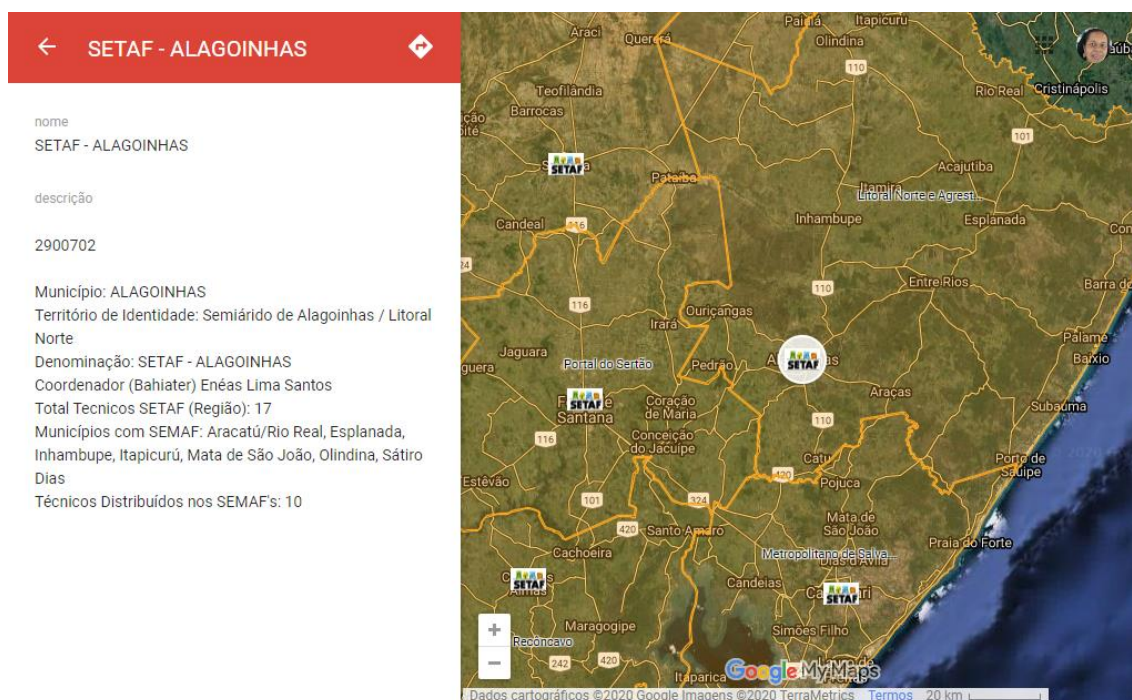
O nosso estudo relacionou esta instituição com a finalidade de avaliar qual o seu impacto junto aos agricultores familiares e se existe algum enfrentamento ao avanço da eucaliptocultura no município de Alagoinhas. Para tanto, realizamos a pesquisa institucional junto às possíveis ações da BAHATER e entrevista com a coordenação local. Dentre os setores que compõem a BAHATER, o que nos mais interessa é o Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar - SETAF.

Os SETAF são unidades territoriais descentralizadas de representação da SDR, cuja finalidade é desconcentrar, descentralizar, articular e implementar programas, projetos, ações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. A SDR vem estimulando as prefeituras municipais para a instalação, em cada Secretaria Municipal de Agricultura ou Desenvolvimento Rural (ou órgão semelhante), do Serviço Municipal de Apoio à Agricultura Familiar - SEMAF, contribuindo para ampliar e qualificar a articulação institucional e a oferta de serviços de promoção do desenvolvimento rural e fortalecimento da Agricultura Familiar. (BAHIATER, 2020)

Em entrevista uma realizada com o Sr. Enéas Lima Santos, a BAHATER presta apoio ao agricultor familiar, através do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Além de: formação e/ou capacitação de Conselhos/Associações; apoio e coordenação dos programas de comercialização institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); através de convênios de transferência de ATER e recursos para estruturação dos equipamentos da agroindústria da Agricultura Familiar e da produção agropecuária sustentável; emissão de declarações de aptidão ao PRONAF (DAP), documento necessário para acesso às políticas públicas afins, crédito rural junto aos bancos, auxílio maternidade e aposentadoria rural; motivador das discussões da política territorial no Litoral Norte e Agreste Baiano; além de incentivo via mobilizações, palestras, reuniões, etc. para transformação social no campo como, por

exemplo: valorização da mulher, inserção dos jovens, transição agroecológica e fortalecimento das associações rurais.

Figura 13 – SETAF Alagoínhas



Fonte: BAHÍATER, 2017

Tendo em vista este apoio institucional e instrucional proporcionado pela SETAF de Alagoínhas e em entrevista realizada com o SINTRAF, é visível o entrosamento do órgão estadual com as demandas do agricultor familiar no que se refere a sua regularização e ao acesso a projetos governamentais. Contudo, nosso objeto de pesquisa está relacionado à cultura do eucalipto no município de Alagoínhas. Quando questionado sobre o tema, respondeu que a BAHÍATER tem conhecimento da existência da eucaliptocultura na região do Litoral Norte e Agreste Baiano, mas não cabe a esta instituição fiscalizar, pois a mesma é vinculada à SDR e prima pelos trabalhos relacionados à Agricultura Familiar. Em tempo, o entrevistado completa que os órgãos responsáveis pela fiscalização da eucaliptocultura são: Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura do Estado, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia, Secretaria de Agricultura e de Meio Ambiente dos municípios locais.

Ficou constatado, através da entrevista, que não existe, na BAHÍATER, estudo científico que avalie o possível impacto ambiental da eucaliptocultura em Alagoínhas e na produção rural. Isto fortalece a necessidade de um estudo

multidisciplinar que tenha a proposta de verificar essa situação visto que, em várias pesquisas declinadas nesse trabalho sobre a eucaliptocultura em outras regiões, os impactos socioambientais são perceptíveis e prejudicam a agricultura local.

3.2.2 SEMAG - Secretaria Municipal de Agricultura

Na primeira gestão do ex-prefeito do PDT, Paulo César Simões (2009-2012), numa terça-feira, dia 28 de julho de 2012, em plena comemoração do dia da Agricultura, foi criada a Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG, através de Lei Complementar nº 086/2012, com a finalidade de promover, coordenar e estimular as atividades agropecuárias, compreendendo a produção animal e produção vegetal, desenvolver estudos, levantamentos e análises de interesse para o desenvolvimento da agropecuária do município. Além de uma política de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, com a integração das políticas públicas, manutenção e melhorias das estradas vicinais propiciando a ampliação do escoamento da produção rural¹⁸.

À época, o ex-prefeito Paulo César ressaltou a criação da Secretaria tomando por base o histórico do município de Alagoinhas na agricultura, com ênfase nos produtos: laranja, mel, tapioca e beiju. Dessa forma, houve um interesse em fortalecer a agricultura familiar com o objetivo de estimular a organização dos segmentos sociais em entidades cooperativas ou associativas. Percebemos que oito anos se passaram e os agricultores familiares ainda carecem de apoio e orientação dessa Secretaria.

Atualmente, a Secretaria de Agricultura tem como gestor da pasta o Sr. Geraldo Almeida Souza, que apresenta em seu currículo o título de Engenheiro Agrônomo, especialista em Citricultura e foi gerente da antiga EBDA ¹⁹(Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) por vinte e dois anos, em Alagoinhas. No site²⁰ institucional da Prefeitura de Alagoinhas, a SEMAG apresenta como finalidade: “promover, coordenar e estimular as atividades agropecuárias,

¹⁸Fonte: <https://www.lucianoreisnoticias.com.br/2020/07/29/paulo-cezar-celebra-o-dia-da-agricultura-relembrando-criacao-da-secretaria-em-alagoinhas/>

¹⁹ É importante sinalizar que este órgão foi extinto após cinquenta anos de atuação na Bahia e foi substituído pela BAHATER por força do Projeto de Lei nº 21.007/2014

²⁰ <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/secretarias/>

compreendendo a produção animal e produção vegetal, desenvolver estudos, levantamentos e análises de interesse para o desenvolvimento da agropecuária de Município e, política de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, com a integração das políticas públicas” (ALAGOINHAS, 2020).

O secretário Geraldo Almeida, foi entrevistado e respondeu que a Prefeitura apoia os agricultores familiares através da SEMAG nos seguintes aspectos:

1. Concede adubo orgânico e enfatiza que, nos quatro anos de gestão (2017-2020), doou 2.400 toneladas de adubo de galinha a uma média de 1.200 agricultores;
2. Ajuda no preparo do solo com tratores da prefeitura ou concedendo cotas de combustível às associações rurais que disponham de trator agrícola onde cerca de 600 agricultores familiares foram beneficiados anualmente;
3. Fornece sementes de boa qualidade (com a doação de 5.000 kg de feijão de corda);
4. Fornece serviços mecanizados para obras de infraestrutura agrícola nas comunidades rurais;
5. Doa equipamentos para a instalação de mini agroindústrias comunitárias, a exemplo de um forno para a produção de derivados de mandioca na comunidade de Rio Branco (zona rural);
6. Doa mini sistemas de irrigação para hortas coletivas a exemplo das comunidades rurais do Cangula e Rio Branco;
7. Promove feiras da agricultura familiar e, atualmente, são realizadas feiras semanais em três bairros de Alagoinhas e, anualmente, durante a Exposição Agropecuária de Alagoinhas, onde a agricultura familiar é contemplada com uma área exclusiva para a venda de produtos da terra, artesanatos, bordados, mel, beijos, etc.;
8. Promove a capacitação dos agricultores familiares para adotarem melhores técnicas de produção, exemplificando que a Prefeitura patrocinou duas excursões de produtores de mandioca para a Embrapa Mandioca e Fruticultura de Cruz das Almas, além de patrocinar a viagem de delegações de agricultores familiares para cursos no SENAR pelo Estado;

9. Realiza a recuperação e manutenção das estradas rurais para possibilitar o escoamento das safras agrícolas e o intercâmbio entre o campo e a cidade.

Com base nas ações realizadas pela SEMAG junto aos agricultores familiares, declinadas acima, tem-se a impressão de que os mesmos estão bem assistidos pelo poder público municipal, embora exista um contraponto apresentado pelo SINTRAF, quando foi questionado sobre a atuação da referida Secretaria, o que discutiremos mais adiante.

Como a SEMAG trata diretamente de questões sobre o agricultor familiar, resolvemos questionar sobre a Lei Orgânica Municipal, que, em seu art. 156, regula a plantação de espécies exóticas no percentual de dez por cento em todo o município. O Secretário argumenta que a Diretoria de Meio Ambiente da SEDEA é o órgão que pode ter dados sobre esta fiscalização, mas acrescenta que, segundo o IBGE, em dados do ano de 2018, o eucalipto ocupava uma área de 9.119 hectares, enquanto a área total do município é de 71.000 hectares. Isto nos faz refletir que a eucaliptocultura, de fato, ultrapassa o percentual definido pela Lei Orgânica, pois, numa conta simples, o percentual de dez por cento corresponderia à ocupação de 7.100 hectares e, segundo o entrevistado, com dados do IBGE, a referida cultura ocupa 9.119 hectares.

O secretário afirmou, através do questionário de pesquisa, que desconhece a existência de algum estudo científico promovido pelo município de Alagoinhas sobre impactos ambientais provocados pela eucaliptocultura e sugeriu o questionamento para a Diretoria de Meio Ambiente da SEDEA.

3.2.3 SEDEA - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

A SEDEA foi criada através da Lei Complementar nº 006/2003, em decorrência da reestruturação da administração pública do poder executivo municipal, inicialmente com o nome de SEPLA – Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, que, ao longo do tempo, teve alterações até atingir a atual denominação. Segundo a página institucional da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, a SEDEA tem as seguintes atribuições:

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SEDEA) planeja, coordena e executa as ações para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável no município. Tem por finalidade o fomento à política de expansão e captação de investimentos, à política da indústria, do comércio, de serviços e de proteção do meio ambiente. É responsável pelo controle e avaliação das atividades relativas à fiscalização e licenciamento ambiental dos empreendimentos com possíveis impactos ao meio ambiente no âmbito municipal. (ALAGOINHAS, 2020²¹)

Além das atribuições institucionais descritas, de responsabilidade da SEDEA, esta secretaria desenvolve as seguintes atividades: educação ambiental, encontro de meio ambiente – EMA, fiscalização de meio ambiente e combate à poluição sonora. E, como serviços são oferecidos: licenciamento ambiental, autorização ambiental, manifestação prévia, termo de compromisso ambiental, declaração de inexibibilidade e autorização para realização de eventos em espaços públicos e privados.

Apesar do questionamento de algumas comunidades rurais, a pauta do meio ambiente fica alocada nesta secretaria. A justificativa é que o desenvolvimento econômico pode necessitar de liberação ambiental e tudo na mesma pasta fica mais viável de resolver, no que se refere às questões documentais e legais.

A busca por essa Secretaria, para compor a nossa pesquisa, ocorre por sugestão do secretário de agricultura, Sr. Geraldo Almeida, pois, quando questionamos sobre a existência de estudo científico que analisasse a presença da eucaliptocultura no município de Alagoinhas, ele sugeriu procurar a Diretoria de Meio Ambiente.

A entrevista foi realizada no dia 30 de dezembro de 2020, com o Sr. Renan Silva Ferreira, ocupante do cargo de Diretor de Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente da SEDEA, de forma virtual, através de e-mail, no qual ele responde ao questionamento apresentado: Segundo o art. 156 da Lei Orgânica, nenhuma área do Município poderá ser plantada com reflorestamento em monocultura de espécie exótica acima de 10% (dez por cento) de toda a extensão do Município. Como é feito este monitoramento por parte desta Secretaria? Existe alguma plantação exótica que ultrapasse este limite?

²¹ Site institucional - <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/secretarias/>

Explique. “A SEDEA monitora via notificação para com as empresas plantadoras de eucalipto. Não existe planta exótica que ultrapasse o limite”.

A resposta descrita entra em contradição com o que os vereadores amplamente discutem na Câmara Municipal, bem como o posicionamento do SINTRAF, visto que esses informam que as empresas que plantam eucalipto ultrapassam o limite de dez por cento e, inclusive, tem uma liminar que garante essa condição. Contudo, a SEDEA afirma que não tem planta exótica no município que ultrapasse o percentual designado pela Lei Orgânica Municipal.

O segundo questionamento pergunta: A cultura do eucalipto apresenta impacto ambiental no município de Alagoinhas? O município tem algum estudo científico que avalie essa questão? Justifique. “Apresenta impacto positivo com as preservações e cumprimento da legislação e o sócio ambiental. O município não possui estudo científico que avalie”.

A resposta acima faz-nos inferir que a inexistência de um estudo científico sobre os possíveis impactos da cultura do eucalipto na região impede que o mesmo apresente uma resposta mais robusta. Ele afirma que tem impacto positivo no reflorestamento, mas não discorre sobre os possíveis impactos negativos como a pulverização de agrotóxicos, avanço das plantações de eucalipto em detrimento das plantas nativas e diminuição da vazão de rios/extinção de rios, amplamente denunciada pela Câmara Municipal, por parte de alguns vereadores (conforme atas das sessões analisadas) e depoimento do assessor técnico do SINTRAF e agricultor familiar.

E, por fim, questionamos ao diretor: Como a eucaliptocultura contribui para a economia municipal? “Com emprego e renda, contribuição fiscal”. Apesar da resposta compacta, conseguimos analisar que essa Secretaria se atém às questões fiscais que garantem numerários aos cofres públicos. Não faz menção ao próprio desenvolvimento econômico da qual a mesma é gestora, visto que, na entrevista, o diretor só menciona “emprego, renda, contribuição fiscal”.

3.2.4 UARA - União das Associações Comunitárias Rurais de Alagoinhas

O município de Alagoinhas conta com uma entidade que reúne as associações comunitárias rurais, denominada de União das Associações Comunitárias Rurais de Alagoinhas (UARA), localizada na Praça Castro Leal, nº

135, Casa da Cidadania e tem como atual presidente o Sr. José Linaldo dos Santos.

As atividades da UARA tiveram início em 14 de setembro de 1998²² e consta como ação principal: atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais e como atividades secundárias: atividades de Organizações Associativas ligadas à cultura e à arte e atividades associativas não especificadas anteriormente.

No ano de 2019, a UARA, juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG, promoveram, no dia 25 de julho, a primeira feira da agricultura familiar, com o objetivo de celebrar o dia internacional da categoria e chamar a atenção da população alagoïnense para a importância desse setor econômico na segurança alimentar e no desenvolvimento econômico local.

O evento ocorreu no estacionamento da Prefeitura Municipal, na Praça Graciliano de Freitas, no horário das 7h às 17h e contou com a presença de produtores, estandes, produtos da agricultura familiar, show musical e palestras. O apoio foi da BRACELL, do IF Baiano, do Banco do Nordeste, SDR/SETAF e CMDS.

Figura 14 – Panfleto da 1ª Feira da Agricultura Familiar, Alagoïnhas – BA



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoïnhas, 2019

²² Fonte: <https://www.diariocidade.com/ba/alagoïnhas/guia/uara-02733884000119/>

A UARA, com o apoio da SEMAG, realiza, semanalmente, uma Feira²³ Agroecológica Familiar para a comercialização de produtos da terra. Essa atividade começou nas dependências do Instituto Federal Baiano, localizado no Bairro de Alagoinhas-Velha, onde existe a oferta de um curso Técnico em Agroecologia, e foi ampliada para outros espaços, a exemplo do espaço do Colégio Modelo, da Rede Estadual de Ensino.

A proposta da atividade ocorre uma vez por semana, das 7 às 14h, sendo aberta ao público. Seu objetivo é promover a geração de renda para os agricultores, além de possibilitar a integração com o poder municipal e as instituições de ensino que permitem o evento. Dessa forma, ocorre um incentivo ao consumo de produtos da agroecologia e à produção local das comunidades envolvidas.

Figura 15 – Registro da Feira Agroecológica Familiar



Fonte: Prefeitura Municipal de Alagoinhas, 2019.

²³ FONTE: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/a-gente-nunca-achou-um-prefeito-que-desse-um-incentivo-desses-a-gente-a-agricultura-familiar-disse-jose-linaldo-presidente-da-uara-em-feira-da-agricultura-familiar-realizada-nest/>

A UARA demonstra interesse em proporcionar visibilidade ao trabalho do agricultor familiar através de ações em conjunto com o poder público municipal e, assim, promover uma política de geração de renda. Não foram encontradas discussões que mencionassem a eucaliptocultura na pesquisa realizada e, sim, apoio por parte de empresa que explora a cultura do eucalipto em eventos da UARA. Entendemos que socializar o trabalho do agricultor familiar favorece a compreensão da necessidade de segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável por parte da população do município.

3.2.5 SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Na Agricultura Familiar do Município de Alagoinhas Bahia

O SINTRAF foi fundado em 03 de julho de 1986, fruto da organização dos agricultores familiares da região. Sua abrangência compreende o município de Alagoinhas-BA e foi criado com a finalidade de defender e representar, de forma legal, os agricultores familiares. Na atualidade, vem lutando em prol de benefícios, direitos sociais direcionados aos associados em vista de uma melhor qualidade de vida e trabalho no campo.

A sede do SINTRAF está localizada na Rua Antônio Paulilo, s/n, bairro Jardim Pedro Braga, no município de Alagoinhas e possui uma direção colegiada que, atualmente, está representada pela Sra. Edilene Faustino. O SINTRAF presta assistência técnica, jurídica e social aos associados, junto aos órgãos públicos, em especial ao Instituto Nacional de Previdência Social – INSS, no que se refere às questões de benefícios/aposentadoria rural.

Figura 16 – Logotipo do SINTRAF



Fonte: Coopera, 2020

Segundo o CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, o SINTRAF tem como atividade principal – atividades de organizações sindicais. Essa atividade compreende as ações das entidades sindicais e associações de trabalhadores assalariados ou profissionais, centradas, principalmente, na representação e defesa de seus interesses trabalhistas.

Atualmente, o SINTRAF tem cadastrado uma quantidade aproximada de 3.958 agricultores familiares, sendo que existem registros antigos que ainda não foram atualizados, o que pode aumentar esse número. Existe uma frequência de quarenta novos associados por ano, devido à necessidade de o agricultor familiar ter acesso aos benefícios e participar dos direitos sociais que lhe são garantidos por lei.

3.2.6 COOPAMA – Cooperativa dos Agricultores Familiares e Economia Solidária do Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas-Bahia

A Cooperativa dos Agricultores Familiares e Economia Solidária do Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas-Bahia – COOPAMA²⁴ atua no município de Alagoinhas e região desde a data de 15/03/2004 e tem como ação principal: atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente. Suas atividades secundárias: serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas, serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita, e comércio varejista de hortifrutigranjeiros.

A COOPAMA está localizada à Rua Castro Leal, nº 135, Casa da Cidadania, sala 02, centro, Alagoinhas – Bahia. A participação da COOPAMA na intermediação das compras dos produtos da agricultura familiar é fundamental para garantir o acesso à institucionalização dos produtos comercializados por esse grupo, como preconiza a FASE²⁵ – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Apontados pela FASE como possibilidades a serem melhoradas, conquistadas e ampliadas pelos agricultores, o Programa de

²⁴ Fonte: <https://www.diariocidade.com/ba/alagoinhas/guia/coopama-06183625000112/>

²⁵ É uma organização não governamental fundada em 1961, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo (fase.org.br).

Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representam importantes ferramentas no fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica. No entanto, a FASE sempre enfatiza que tais programas e políticas públicas apenas se tornarão realidades na medida em que números crescentes de agricultores estejam devidamente informados, qualificados e organizados²⁶.

No dia 28 de julho de 2017, a COOPAMA participou de uma reunião²⁷ com o secretário municipal de agricultura da época, o Sr. Geraldo Almeida, para aumentar a aquisição de produtos da agricultura familiar por parte do poder público. Estiveram presentes nessa reunião o Secretário de Educação (Fabrício Faro) e o secretário de saúde (Rodrigo Matos), que foram favoráveis à proposta da cooperativa, sinalizando a necessidade de um preço competitivo e oferta de mercadoria satisfatória.

3.3 A VISÃO SINDICAL DO AGRICULTOR FAMILIAR FRENTE AO AVANÇO DA EUCALIPTOCULTURA NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS-BA

A legislação brasileira estabelece os requisitos para definir se um cidadão é agricultor familiar ou não com base no seu modo de produzir, ou seja, a produção no seu modo de trabalhar a terra, conforme descrito no item anterior desse capítulo. Buscaremos identificar, adiante, como está configurado o trabalho do agricultor familiar na região de Alagoinhas, tendo em vista o avanço da eucaliptocultura, e que interferências positivas ou negativas aconteceram no período estudado.

Conforme o assessor técnico do SINTRAF, Adelson Gomes Filho, ao final da década de 1970, o plantio de eucalipto chegou na região por meio da empresa Bahia Norte. Essas plantações ocorreram, grande parte, em terras devolutas ou em terras conquistadas através de grilagem²⁸, a exemplo do atual município de Araçás (que, antes do desmembramento, pertencia ao município de Alagoinhas), além de Capianga, Estevão, Catuzinho, dentre outros.

²⁶ Fonte: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/cooperativas-acessam-politicas-publicas/>

²⁷ Fonte: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/semag-reune-cooperativa-de-agricultura-familiar-e-secretarios-do-municipio-em-encontro/>

²⁸ No Brasil, grilagem de terras é a falsificação de documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros, bem como de prédios ou prédios indivisos.

Segundo relato do entrevistado, muitos agricultores familiares foram assediados para vender suas terras, mediante promessas de conseguirem emprego nas empresas de eucalipto; aqueles que resistiam eram ameaçados de morte ou tinham suas propriedades circundadas pelo eucalipto, o que empobrecia o solo e desvalorizava o local.

Um dado importante, na entrevista, refere-se à ação judicial apresentada pelo ex-prefeito Joseildo Ribeiro Ramos (2001 - 2004), em seu primeiro mandato, para barrar o plantio de eucalipto na região de Alagoinhas, em decorrência de ter ultrapassado o limite imposto pela Lei Orgânica Municipal, que estabelece o percentual máximo de 10% de área que podia ser plantada de eucalipto no território, enquanto que a antiga Copener (atual Bracell) já explorava 17% de toda área agricultável do município. Contudo, a empresa conseguiu uma liminar, que suspendeu a decisão judicial antes obtida pela Prefeitura Municipal de Alagoinhas, garantindo, assim, a continuidade dos plantios de eucalipto, além do percentual estabelecido pela legislação local. Entretanto, até o presente momento, a prefeitura não recorreu desta decisão judicial e a eucaliptocultura continua avançando, conforme afirma o sindicato.

Pontua ainda o SINTRAF que a antiga Copener (Bracell) doou mudas de eucalipto para os agricultores familiares, fomentando a ideia de produção em larga escala. Mas, quando o agricultor percebeu que não tinha como custear o longo ciclo de produção do eucalipto (sete anos), que sua área de plantio tradicional estava agora ocupada com madeira e que ficara sem renda, então, passou a cortar as madeiras nativas para produzir carvão como forma de sobrevivência. Tornou-se fornecedor de carvão para as empresas locais que faziam uso desse produto, a exemplo das cerâmicas. Assim, o corte de árvores nativas provocou um impacto ambiental significativo e foi uma consequência direta das alterações socioeconômicas provocadas pela introdução da eucaliptocultura.

Esse processo muito enfraqueceu o equilíbrio ambiental. Além disso, acarretou na perda de espécies vegetais locais, o que passou a interferir, inclusive, na produção de mel, trazendo prejuízos aos agricultores e apicultores regionais.

Como a Copener abastecia o mercado de madeira certificada e, ao longo do tempo, deixou de fazer isso, coube a cada empresa que necessitava dessa

mercadoria passar a comprar terras e plantar eucalipto para garantir a sua produção. Um dado importante sobre esta questão do plantio do eucalipto é sobre a medição do Índice Pluviométrico, este fica a cargo da Bracell (antiga Copener), visto que nenhum órgão público local detém a expertise de medir a pluviosidade nem demonstra interesse, até uma estação meteorológica, que funcionava na Rua Luiz Vianna, mantida pelo Governo do Estado da Bahia, foi desativada. Em resumo, apenas a empresa privada que explora o plantio do eucalipto é que tem a possibilidade de disponibilizar o índice pluviométrico local para alguma pesquisa ou necessidade que se tenha na região. Bom lembrar que existem estudos ambientais que argumentam a baixa pluviosidade em terras que mantêm a cultura do eucalipto.

Em 2014, ano Internacional da Agricultura Familiar, ocorreu, no município de Alagoinhas, uma passeata dos agricultores familiares liderados pelo SINTRAF contra a monocultura do eucalipto, com faixas ostentando o seguinte lema: “Se o campo não planta a cidade não janta”, percorrendo desde o bairro de Alagoinhas Velha²⁹ até o estacionamento da Igreja de São Francisco, no centro do município. A ideia inicial era terminar a passeata na Igreja de Santo Antônio³⁰, contudo, o padre da época não autorizou a concentração final no estacionamento da igreja, por considerar o tema irrelevante.

Atualmente, existe uma situação que muito preocupa o agricultor familiar, em especial os apicultores. O desmatamento de florestas nativas e o plantio de uma espécie de eucalipto que demora anos para o florescimento³¹, impacta drasticamente a atividade, porque diminui as colmeias em virtude da falta de flores para as abelhas produzirem o mel. Isto é, “não tem flor, não tem abelha, não tem mel”. Bom lembrar que este é um problema mundial, que vem assolando vários países, sobre a baixa produção de mel e diminuição da diversidade da

²⁹ O bairro é chamado assim, pois marca o local onde a cidade foi fundada, inclusive, ainda existe a ruína de uma igreja Católica inacabada, construída por padres portugueses no final do século XVIII.

³⁰ Local que demarca a parte chamada Alagoinhas Nova devido ao advento da Estação Ferroviária da RFFSA inaugurada em 1863, que promoveu o crescimento econômico da cidade.

³¹ A maioria das espécies de eucaliptos demora alguns anos para iniciar o florescimento (5 ou mais), o que causa algum desânimo entre os apicultores, mas felizmente existem algumas maneiras de adiantar o florescimento. Em primeiro lugar, contamos com uma variedade precoce que é uma seleção de "*Eucalyptus urophylla*", que floresce em média aos 02 anos. Outra possibilidade é plantar com maior espaçamento de 5 X 5 ou 6 X 6 metros, isso faz com que as árvores tenham copas mais baixas e esgalhadas e, finalmente, para adiantar e aumentar o florescimento, devemos fazer uma adubação específica (DOSOTO, s/d).

flora pela baixa polinização efetuada pelas abelhas.

Uma forma de amenizar a diminuição das abelhas³² em virtude do pouco florescer dos eucaliptos é uma política local de distribuição entre os apicultores de “abelhas-rainhas”, desenvolvidas em laboratórios, para que povoem os viveiros e venham prosperar a colmeia. Contudo, se não existem flores periodicamente, a tendência é que as abelhas migrem para outros locais ou acabem dizimadas pelas práticas de aplicação de agrotóxico na silvicultura do eucalipto.

Sobre a pulverização de agrotóxicos nas plantações de eucalipto, segundo o assessor técnico do SINTRAF, em muitos relatos de agricultores, alguns rios acabam envenenados pelos “borrifos”, que não só atingem as plantações (alvo dos venenos) como suas adjacências, culminando, inclusive, na morte de abelhas e causando possíveis doenças respiratórias em pessoas da região, como, por exemplo, ocorre na região do Catuzinho, que sempre é alvo dessa pulverização.

Além desses problemas relatados, o sindicato afirma que existem evidências de que algumas empresas são desmembradas da empresa “mãe” para efetuar a compra de terras e promover o plantio de eucalipto. Dessa forma, procura mascarar o monopólio de uma só empresa sobre a estrutura fundiária regional.

Do exposto, fica evidente que as relações de poder determinam a territorialização, conforme pontua Raffestin (1993) e, por conseguinte, abarcam as atividades de campesinato e latifúndio dentro do capitalismo (OLIVEIRA, 1986), propondo uma acumulação de propriedade com anuência do Estado Burguês (HARVEY, 2014).

3.4 LEIS MUNICIPAIS E ALGUMAS EMPRESAS QUE EXPLORAM O EUCALIPTO

³² O estado da Bahia é o terceiro maior produtor de mel de abelhas africanizadas do Nordeste, com uma produção anual de mais de 600 mil toneladas. De acordo com levantamento da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), vinculada à Secretaria da Agricultura (SEAGRI), este número é resultado do trabalho de oito mil agricultores familiares baianos que vivem da criação e manejo desse tipo de abelhas. Os municípios de Alagoinhas, Itaberaba, Itabuna, Irecê, Jequié, Juazeiro, Jacobina, Teixeira de Freitas, Ribeira do Pombal e Jequié são destaque na produção do mel. (SEAGRI, 2014). Disponível em <https://pregoportunocom.blogspot.com/2014/12/criacao-de-abelhas-e-alternativa-de.html>. Acesso em 23 fev. 2020.

3.4.1 Lei nº 1.436/01

No dia 23 de outubro de 2001, foi sancionada, pelo ex-prefeito Joseildo Ribeiro Ramos, a Lei 1.436/01³³, que proíbe o uso de madeira nativa nas atividades econômicas do município de Alagoinhas. Vejamos o teor da legislação:

Art. 1º - Fica terminantemente proibido o uso de madeira nativa nos fornos das padarias, olarias e outras atividades econômicas desenvolvidas no âmbito do Município de Alagoinhas.

Art. 2º - Fica também proibido o uso e comercialização da madeira a que se refere o art. 1º, para utilização em fogueiras durante os festejos juninos.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal e o Conselho Municipal de Meio Ambiente tomarão providências para que essa fonte de energia, largamente utilizada, seja substituída por eucaliptos e pinhos, que abundam no município e região.

Art. 4º - A fiscalização e o cumprimento do disposto nesta Lei, ficarão a cargo da Prefeitura Municipal e do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 5º - Fica estabelecido multa de 500 (quinhentas) UFIR's, para cada infração cometida (ALAGOINHAS, 2001, p.1)

Essa legislação é bem clara no que diz respeito à proibição do uso de madeira nativa, ou seja, a madeira oriunda de florestas naturais da região e que não foram plantadas pelo homem. Em seu lugar, o munícipe deve utilizar as chamadas madeiras certificadas, que são oriundas das plantações de eucalipto e pinho. Acreditamos que a legislação é pertinente para a valorização e preservação do ecossistema, mas abre um precedente para fortalecer o cultivo das plantas exóticas no município de Alagoinhas.

Quando não se pode usar as plantas nativas nem para as fogueiras dos festejos juninos, fica evidente a valorização dos empresários que exploram o eucalipto e o pinho, pois o cidadão é obrigado, por força de lei municipal, a comprar esse produto e, assim, fortalecer esse mercado.

Segundo Dossa (2002) a cultura do eucalipto chegou ao Brasil com o propósito de utilização para lenha, postes e dormentes e, na atualidade,

³³ Disponível em: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/LEI-1.436-PRO%C3%8DBE-USO-MADEIRA-NATIVA.pdf>

conseguimos perceber que esta cultura tem boa produtividade e amplo mercado no agronegócio na área de produção de celulose e madeira certificada.

3.4.2 Lei Orgânica Municipal

O município de Alagoinhas tem uma legislação denominada de Lei Orgânica³⁴, aprovada pela Câmara Municipal em 23/12/2003 e que entrou em vigor a partir de 01/03/2004. Essa lei tem como base a Constituição Federal e apresenta como fundamentos:

Art. 1º: O Município de Alagoinhas, pessoa jurídica de direito público, integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil, com a autonomia assegurada pela Constituição da República e tem como fundamentos:

I - a cidadania;

II - a dignidade da pessoa humana;

III - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

IV - a crença na democracia com responsabilidade, segurança e justiça;

V - o pluralismo político partidário (ALAGOINHAS, 2003, p. 01)

Tendo em vista os elementos fundantes da referida Lei, é possível perceber que o cidadão deve ser respeitado em sua integridade e priorizado na sua dignidade acima de qualquer interesse adverso à natureza humana. O interesse, na citação dessa legislação, é pautado na discussão sobre a exploração de plantas exóticas além do limite territorial determinado por ela. Segundo o art. 156, da Lei Orgânica (ALAGOINHAS, 2003), nenhuma área do Município poderá ser plantada com reflorestamento em monocultura de espécie exótica acima de 10% (dez por cento) de toda a extensão do Município.

Uma lei deve ser cumprida, na sua íntegra, para garantir a soberania de um município, estado ou país. No caso da Lei Orgânica, em Alagoinhas, de acordo com as entrevistas realizadas, foi constatado que a sua inobservância é visível por parte do poder público e por parte das empresas que exploram o cultivo do eucalipto e do pinho na região.

A seção da lei que é importante ser analisada é o Capítulo IV – Da Política Agrária e Fundiária, nela encontramos argumentos suficientes para que o poder

³⁴ Lei Orgânica – ano 2004 – disponível em: <http://camaradealagoinhas.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO-1.pdf>

público municipal execute ações favoráveis à manutenção do homem na terra, proporcionando subsídios e assessoria necessárias à atividade no campo.

Art. 149 - É dever do Município colaborar na execução da Reforma Agrária, visando a fixação do homem à terra, o seu desenvolvimento econômico e a sua promoção social.

Art. 150 - O Município protegerá e incentivará o pequeno produtor, com o objetivo de aumentar a sua produção e estimulando formas associativas de organização e o cooperativismo no meio rural.

Art. 151 - O Município ouvirá obrigatoriamente para elaboração do seu programa agrário e fundiário anual, o sindicato dos trabalhadores rurais, as cooperativas existentes e devidamente legalizadas, a Escola Família Agrícola do Riacho da Guia e outras entidades ligadas ao problema da terra.

Art. 152 - Compete ao Município manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, programas de apoio à produção agropecuária, incluindo: fomento, assistência técnica e extensão rural (ALAGOINHAS, 2003, p. 102).

Pensar no desenvolvimento social do munícipe que se encontra no campo é uma tarefa importante do gestor municipal, em observância à referida Lei Orgânica e suas deliberações. Cabe ao município proteger e incentivar esse cidadão a partir de possibilidades de apoio técnico, bem como a valorização das contribuições do sindicato e cooperativas locais na elaboração e execução do programa agrário e fundiário anual.

Questionamos: o município de Alagoinhas está cumprindo, na íntegra, o que preconiza a sua Lei Orgânica? Nas entrevistas realizadas, existem divergências, visto que a Secretaria de Agricultura afirma que muitas ações foram e são realizadas pela Prefeitura em prol dos agricultores familiares; entretanto, discorda o assessor técnico do SINTRAF, argumentando que a Prefeitura apenas entrega adubo (estrume de frango) e algumas sementes em períodos distantes ao longo de cada ano, e que, por sinal, uma vez entregou grãos no lugar de sementes (grãos são para uso e sementes para o plantio).

É importante valorizar a lei orgânica municipal visto que a mesma é necessária quando o agricultor familiar for reivindicar melhorias em seu favor nas políticas públicas e lei orçamentária votada pela Câmara Municipal. Trata-se de uma legislação que deveria ser de conhecimento amplo, tanto pelos vereadores como pelos agricultores, contudo, não se verifica, na sociedade, uma discussão

ampliada sobre as questões de que trata essa lei e, em especial, do Capítulo IV, a que se refere essa pesquisa.

Art. 153 - O Município organizará programas de abastecimento e armazenamento alimentar, dando prioridade aos produtos provenientes das pequenas propriedades rurais.

Art. 154 - O Poder Público Municipal para preservação do meio ambiente manterá mecanismos de controle e fiscalização do uso dos produtos agrotóxicos, dos resíduos industriais e agro-industriais lançados nos rios e córregos localizados no território do Município, e do uso solo rural no interesse do combate à erosão na defesa de sua conservação (ALAGOINHAS, 2003, p. 105)

O artigo 153 faz menção à prioridade dos produtos da agricultura familiar, e, neste momento, é válido lembrar que a merenda escolar precisa ser contemplada por alimentos advindos desta prática agrícola, conforme a Lei Municipal nº 1947 de 16/06/2009 e a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina um percentual mínimo de 30%, para aquisição de gêneros alimentícios do empreendedor ou agricultor familiar. Segundo o assessor técnico do SINTRAF, esse percentual não é garantido e, portanto, o agricultor fica sem essa renda; contudo, para a Secretaria de Agricultura, esse percentual é garantido e contribui com o fortalecimento do agricultor no escoamento de sua produção.

O artigo nº 156 da Lei Orgânica é o que trata do limite de plantio de plantas exóticas³⁵ no município de Alagoinhas:

Art. 156 - O Plano Municipal de proteção ao meio ambiente deverá observar os seguintes princípios:

I - as atividades florestais em monocultura de espécies exóticas, só poderão ser desenvolvidas em áreas inaptas a agricultura;

II - a área do Município não poderá ser plantada com reflorestamento em monocultura de espécie exótica acima de 10% (dez por cento) de toda a extensão do Município;

III - a definição de áreas para reflorestamento será estabelecida através de zoneamentos por órgão público competente a ser indicado pela Câmara Municipal de Vereadores, e aprovado por esta após parecer do Conselho Municipal de Agricultura (ALAGOINHAS, 2003, p. 106)

³⁵ Planta exótica é aquela dada como proveniente de fora da flora original local. Ou seja, uma planta exótica não é autóctone do ambiente nativo. Em muitos lugares do mundo as plantas exóticas causam desequilíbrios no ecossistema local e são consideradas como espécies invasoras.

O artigo mostra claramente que a prioridade, no município, é a agricultura, em detrimento das plantas exóticas, que podem afetar o ecossistema ao longo do tempo. Na prática, isso não é garantido aos agricultores, pois muitas manobras são realizadas para a ampliação do plantio do pinho e do eucalipto.

Na gestão do ex-prefeito Joseildo Ribeiro Ramos, em seus dois mandatos (2001-2004 e 2005-2008), como já mencionado, foi aberto um processo contra as empresas que exploravam o eucalipto e o pinho, por terem ultrapassado os dez por cento de plantio autorizado pela lei orgânica; contudo, a justiça concedeu uma liminar para as empresas que, até a presente data, não foi cassada ou questionada, conforme relatam os entrevistados (o assessor técnico SINTRAF e agricultor familiar que participaram, na época, da discussão).

3.4.3 Lei Complementar – Código Municipal do Meio Ambiente

A Lei complementar 083/2012³⁶, sancionada pelo prefeito Paulo César Simões Silva, em 07 de maio de 2012, institui o Código Municipal do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente para a administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais no Município de Alagoinhas.

Numa breve análise realizada nesta legislação, na Seção II, que trata das Unidades de Conservação, artigo 58, fica explícita a possibilidade de plantio do eucalipto, pois autoriza o cultivo de planta exótica para recompor área que não tenha vegetação nativa. Vejamos na íntegra:

Art. 58 - Nas áreas que trata o artigo n° 41 desta Lei, onde não exista vegetação, deverá ser recomposta as áreas de preservação permanente previstas no Código Florestal, com espécies nativas e o restante poderá ser recomposta com espécies frutíferas ou exóticas adaptadas à região (ALAGOINHAS, 2012, p. 36)

Esse tipo de legislação pode ser utilizada para validar a presença da eucaliptocultura no município, alegando a inexistência de vegetação em área de

³⁶ Lei complementar – Meio Ambiente – disponível em <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/LEI-COMPLEMENTAR-083-C%C3%93DIGO-MUN.-DO-MEIO-AMBIENTE.pdf>

preservação permanente, com base no Código Florestal. Contudo, é citado, neste artigo 58, o artigo 41, mas, neste, só encontramos a seguinte redação: “Art. 41 - As infrações, quando constatadas, serão objeto de lavratura de Auto de Infração”. Ou seja, o artigo mencionado não trata sobre vegetação, apenas sobre infrações, o que fragiliza o artigo 58 e facilita a silvicultura do eucalipto.

3.4.4 Principais Empresas que exploram o eucalipto em Alagoins-Ba

3.4.4.1 BRACELL

Segundo o seu site institucional, as operações da BRACELL, no Brasil, começaram, em 2003, com a aquisição da BSC (Bahia Specialty Cellulose) e da Copener (Florestal), na Bahia. Em agosto de 2018, a atuação da empresa foi ampliada com a aquisição da Lwarcel Celulose, em São Paulo. Além dessas unidades de produção, há escritórios de vendas na Ásia, Europa e Estados Unidos.

Uma das líderes globais na produção de celulose solúvel especial, a Bracell baseia suas operações no cultivo sustentável de eucalipto e fábricas de última geração. A empresa possui aproximadamente 234.000 hectares de terras próprias, dos quais cerca de 83.000 são áreas de preservação ambiental. Com capacidade instalada para produzir 750.000 toneladas de celulose por ano, suas atividades empregam quase sete mil pessoas nos dois estados onde atua.

A Bracell investe continuamente em tecnologia e pesquisa para oferecer aos seus clientes produtos de alta qualidade, entregues no prazo e a preços competitivos, respeitando sempre o meio ambiente e as comunidades em todas as etapas das suas operações.

A área florestal da Bracell totaliza cerca de 234.000 hectares, dos quais aproximadamente 144.000 há são utilizados no plantio de eucalipto e quase 83.000 há destinados à preservação ambiental. O restante das terras compreende principalmente áreas de infraestrutura e estradas. A empresa dedica especial atenção ao meio ambiente. Suas atividades florestais são certificadas nacional e internacionalmente e respeitam os remanescentes de mata nativa, garantindo a sobrevivência de várias espécies da fauna e flora silvestres em suas propriedades. As áreas de preservação da Bracell formam uma das maiores áreas de conservação privada do Brasil, chegando a cerca de 35% do total de áreas que a empresa possui. (BRACELL, 2020)

Durante a pesquisa, não encontramos dados da área utilizada pela BRACELL, no município de Alagoinhas, a não se os fornecidos pela própria empresa no seu Resumo Público do Plano de Manejo Florestal – 2018:

Figura 17 – Dados gerais do empreendimento florestal da BSC/Copener

Tabela 2 - Dados gerais do empreendimento florestal da BSC/Copener – Terras próprias por município

USO DO SOLO								
Município	Área do Município	Plantio	Reserva Legal	Área de Preservação Permanente	Infraestrutura	Vegetação Nativa	Outros*	TOTAL
Acajutiba	19.335	741	47	22	37	25	13	886
Água Fria	74.221	708	2.338	96	87	31	5	3.266
Alagoinhas	70.690	8.101	2.404	14	554	963	139	12.175
Aporá	56.148	1.020	237	31	46	29	4	1.368
Araçás	48.682	2.838	1.059	126	231	593	158	5.004
Aramari	36.283	7.927	2.498	147	519	512	19	11.623
Cardeal da Silva	26.096	2.322	1.144	221	149	1.081	47	4.966
Catu	41.592	34	11	3	2	15		64
Conde	96.440	3.578	2.018	1.114	452	2.753	33	9.947
Crisópolis	60.731	1.209	1.095	54	81	54	1	2.493

Fonte: BRACELL, 2020

A Bracell tem como única matéria-prima o eucalipto para ser usado em seu processo industrial. Para tanto, existe um cuidado na seleção das mudas e preparação do solo para um melhor desenvolvimento da produção onde, com cerca de seis a sete anos de idade, as árvores atingem sua maturidade e podem ser colhidas. Do campo, a madeira segue para a fábrica, onde será utilizada como matéria-prima para a produção de celulose.

Um dado importante, apresentado na figura 17, se refere à área explorada pela Bracell com o plantio de eucalipto (8.101ha) que, em percentuais, se refere a aproximadamente 11,5% da área do município de Alagoinhas, representada por 70.690 hectares. Assim, fica evidente o desrespeito à Lei Orgânica que autoriza apenas 10% de exploração de plantas exóticas no município.

A empresa argumenta, no seu site institucional, que o solo mantém seu grau de fertilidade mesmo sendo explorado com o cultivo do eucalipto. Mazzochin (2016) afirmou anteriormente a atração de grupos madeireiros por áreas da América do Sul devido a sua grande extensão e presença de latifúndios e, isto fica explícito nas áreas exploradas pela Bracell em solo baiano, conforme dados acima apontados.

Figura 18 – Plantação de Eucalipto



Fonte: FERBASA, 2020

3.4.4.2 FERBASA

Conforme informações dispostas no site institucional, o nascimento da empresa ocorre no dia 23 de fevereiro de 1961; o engenheiro José Corgosinho de Carvalho Filho fundou a Companhia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA, atualmente uma das 500 maiores empresas do Brasil³⁷.

A FERBASA exerce atividades nas áreas de mineração, metalurgia, recursos florestais e energia renovável. E foi através de um trabalho sólido nesses segmentos que obteve reconhecimento pelo desenvolvimento de produtos de alta qualidade, aliado a uma forte atuação socioambiental. Líder em produção de ferroligas e única produtora integrada de ferrocromo das Américas, a FERBASA está entre as 10 maiores empresas da Bahia, com faturamento anual superior a US\$ 350 milhões.

As atividades da FERBASA são norteadas pelo conceito de sustentabilidade, segundo o qual o progresso socioeconômico ocorre em harmonia com a natureza e com os seres humanos. Nesse sentido, a Empresa integra várias unidades de plantios de florestas renováveis de eucalipto, que é a fonte de matéria prima para produção de biorredutor utilizado pela própria Companhia como redutor na transformação dos minérios em ferroligas.

Nessas unidades florestais, a preocupação da Companhia vai além da área legal averbada de reservas, pois, enquanto a lei determina o mínimo de 20%, a FERBASA mantém mais de 45% de área protegida.

³⁷ Fonte: http://www.ferbasa.com.br/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=56192)

Nossas plantações estão localizadas em Mata de São João, Entre Rios, Araçás, Cardeal da Silva, Esplanada, Conde, Alagoinhas, Maracás, Planaltino e Aramari.

- PRODUÇÃO - Produção de 12.000 toneladas de carvão / mês;
- ÁREA TOTAL de 64.000 ha, distribuídos em 09 municípios na Bahia;
- ÁREA PLANTADA de 25.000 ha e mais 4 disponíveis para plantio, divididos em 06 UMP's (unidade de manejo e produção);
- RESERVA LEGAL de 19.000 ha, equivalente a cerca de 30% da área total;
- TAXA DE PRODUÇÃO, média de 280m³/ ha por 7 anos de ciclo (FERBASA, 2020)

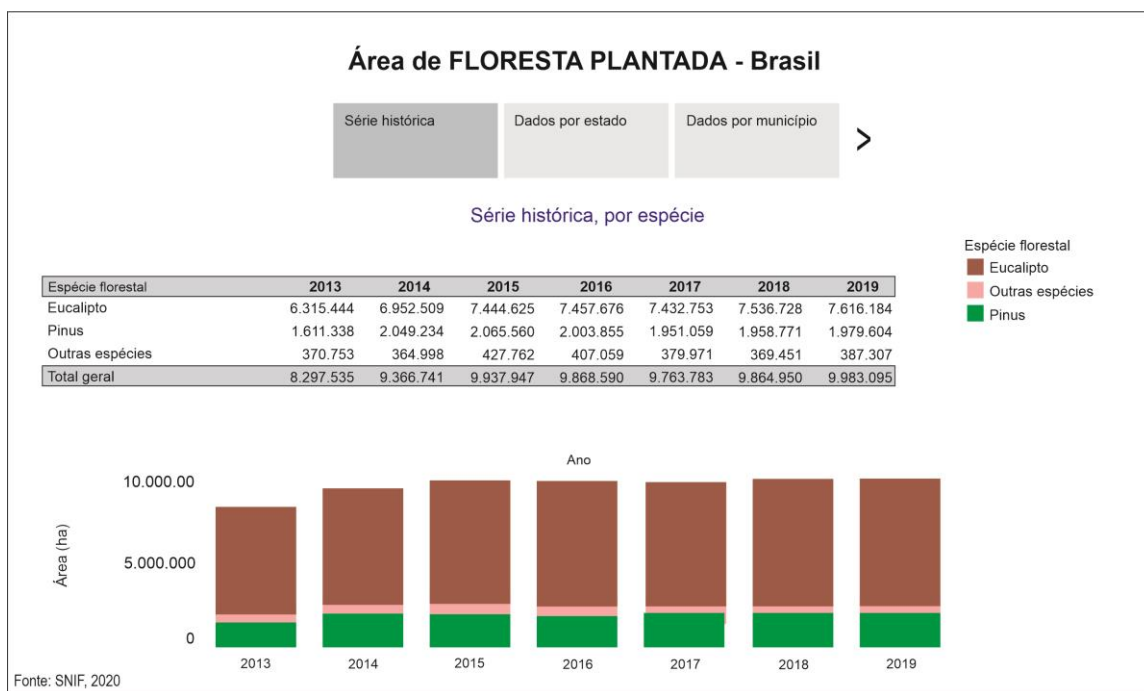
Na sua descrição institucional, a empresa afirma que utiliza os procedimentos legais e que respeita as legislações federais, estaduais e municipais para uso do solo no cultivo de eucalipto. É uma empresa que utiliza o eucalipto como matéria-prima na produção de madeira certificada para ser utilizada no uso geral da população e também nos fornos da empresa, visto que a mesma é produtora de ferro gusa e necessita desse produto para aquecer os fornos que são responsáveis na transformação desse metal.

3.5 O EUCALIPTO E A SUA IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

A utilização do eucalipto como matéria-prima é essencial ao funcionamento das empresas citadas nessa pesquisa (FERBASA, BRACELL), o que fortalece a manutenção da eucaliptocultura em Alagoinhas e região. No município de Alagoinhas, o investimento por parte das empresas no cultivo do eucalipto ocorre em decorrência da produção de celulose e na produção de madeira certificada.

É importante lembrar que, atualmente, por conta do avanço das legislações ambientais, não é possível utilizar madeiras nativas em fornos industriais ou domésticos, todos os cidadãos devem utilizar madeira certificada, inclusive, é o que estabelece a Lei nº 1.436/01, do município de Alagoinhas, que proíbe o uso de madeira nativa nas atividades econômicas do município.

O plantio de eucalipto tem destaque no cenário nacional no que se refere à área de floresta plantada, segundo dados do SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais. Observe o gráfico abaixo:

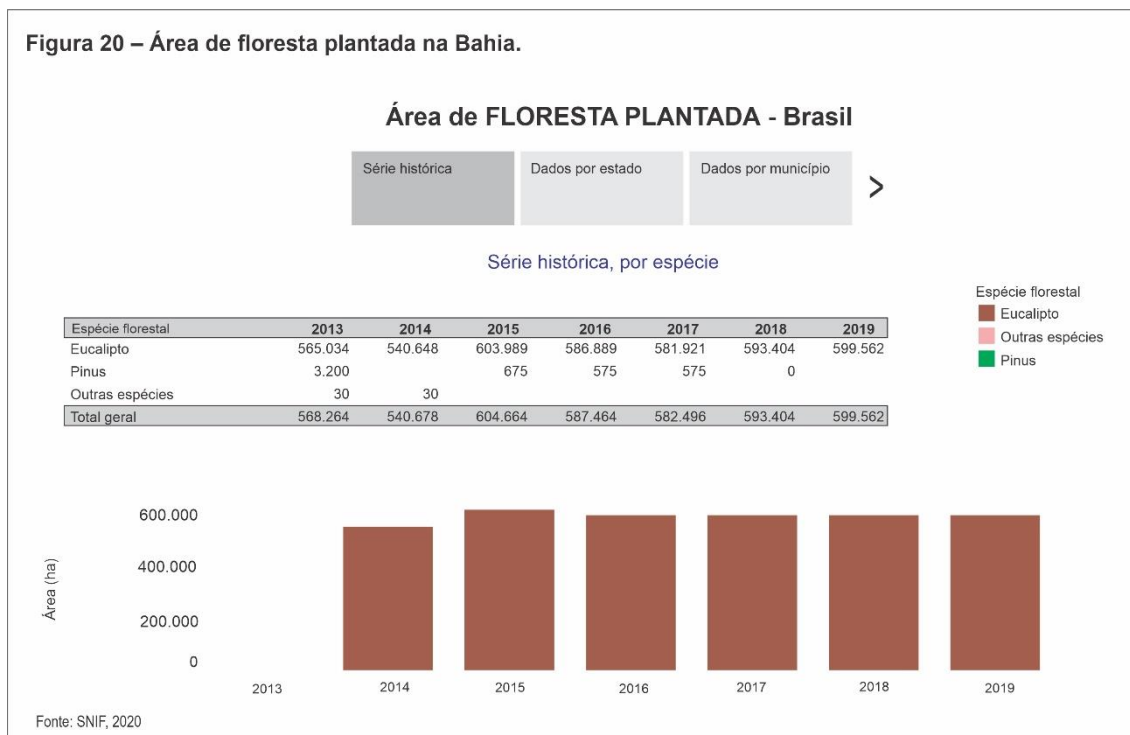
Figura 19 – Área de floresta plantada no Brasil.

Fonte: SNIF, 2020

O gráfico acima nos apresenta o eucalipto como líder em espécie florestal, e, logicamente, em área plantada no território brasileiro. Percebemos que, de 2013 a 2019, existe uma escalada dessa planta exótica no que se refere a sua plantação em detrimento das demais espécies. Vamos observar os dados referentes ao estado da Bahia:

Figura 20 – Área de floresta plantada na Bahia.

Figura 20 – Área de floresta plantada na Bahia.



Fonte: SNIF, 2020

Apesar do crescimento das plantações de eucalipto em nível nacional, é possível perceber que, no estado da Bahia, essa cultura teve o auge no ano de 2015 com 603.989 hectares ocupados e houve um decréscimo ao longo dos anos, o que apresenta, em 2019, apenas 599.562 hectares de área ocupada com a eucaliptocultura.

Segundo os dados do IBGE, sobre a pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), em 2017, a área ocupada pela silvicultura no Brasil está assim apresentada:

Quadro 3 – Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), em 2017

Classificação	Região	Estado com mais plantações
1º	Sudeste	Minas Gerais
2º	Sul	Paraná
3º	Centro-Oeste	Mato Grosso
4º	Nordeste	Bahia

5º

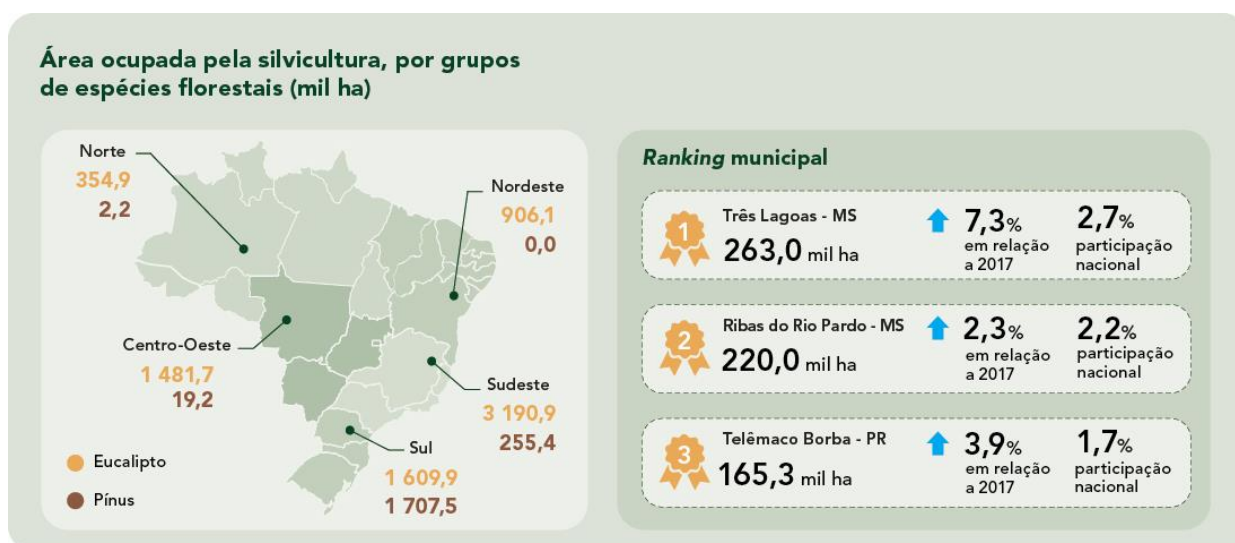
Norte

Amazonas

Fonte: IBGE, 2017

O mapa abaixo destaca a quantidade de eucalipto e pinus produzida no território brasileiro, onde o eucalipto é majoritário na plantação:

Figura 21 – Área ocupada pela silvicultura, por grupos de espécies florestais



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2018.

Fonte: IBGE, 2018

Com base nos dados fornecidos pelo IBGE sobre a área plantada de eucalipto e pinus no território nacional e no estado da Bahia, torna-se essencial verificar como esses dados estão representados no município de Alagoinhas:

Figura 22 – Área de floresta plantada em Alagoinhas

2 – Área de floresta plantada em Alagoins

Área de FLORESTA PLANTADA - Brasil

Série histórica

Dados por estado

Dados por município



Série histórica, por espécie

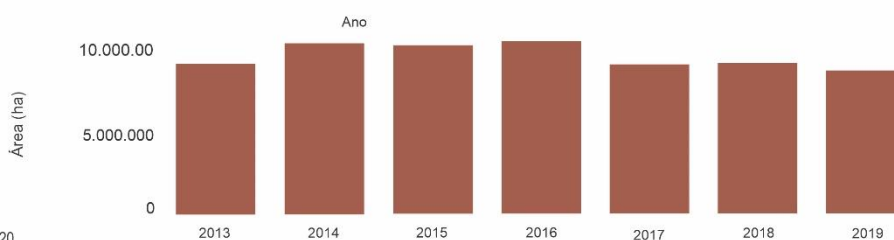
Espécie florestal	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Eucalipto	565.34	540.648	603.989	586.889	581.921	593.404	599.562
Pinus	3.200		675	575	575	0	
Outras espécies	30	30					
Total geral	568	540.678	604.664	587.464	582.496	593.404	599.562

Espécie florestal

■ Eucalipto

■ Outras espécies

■ Pinus



Fonte: SNIF, 2020

Fonte: SNIF, 2020

O gráfico acima apresentado demonstra que existe, no município de Alagoins, a predominância da eucaliptocultura e não há registro do pinus, e esse cultivo está disposto em hectares, tomando por base os anos de 2013 a 2019:

Tabela 1 – Predominância da eucaliptocultura, em Alagoins, por hectares

ANO	HECTARES
2013	9.096
2014	10.340
2015	10.152
2016	10.448
2017	9.044
2018	9.119
2019	8.625

Fonte: SNIF, 2020

Podemos afirmar que a eucaliptocultura apresenta uma queda em ocupação de hectares tanto no estado da Bahia quanto no município de Alagoinhas. Fica evidente um período de ascensão de 2014 a 2016, mas, a partir do ano de 2017, é perceptível o declínio em hectares ocupados por essa cultura.

Apesar desses dados apresentados, podemos afirmar que, na produção de madeira certificada de eucalipto, seja para os fornos da empresa FERBASA, seja para uso doméstico ou comercial (da população local) e para a produção de celulose comercializada pela BRACELL fica evidente a importância dessa cultura em nossa região. O que coloca o município de Alagoinhas nos dados estatísticos do estado da Bahia no que se refere à existência da eucaliptocultura.

3.5.1 Relatório de impactos socioambientais sobre a Bahia Pulp

O Relatório de levantamento dos impactos socioambientais relacionados à empresa Bahia Pulp S.A. e afiliadas, elaborado por Ivonete Gonçalves e João Luiz, a pedido da FASE/ES – Federação de Órgãos para Assistência Social e Econômica em atendimento à entidade alemã Urgewald, traz informações sobre questões trabalhistas e ambientais, que retratam conflitos, entre o período de 2004 a 2007, com referência à empresa Bahia Pulp e a sua monocultura do eucalipto.

O referido relatório discorre sobre enfrentamentos ocorridos entre o MST, fazendeiros e a empresa Bahia Pulp, em especial, na divisa entre os municípios de Camaçari e Dias D'Ávila, retratando a negligência quanto ao trabalho dos funcionários das fábricas de celulose, no que se refere a sua insalubridade e periculosidade que, muitas vezes, não são respeitadas, e acabam sendo alvo de ações trabalhistas junto a Justiça do Trabalho.

Nesse relatório são mencionadas entrevistas realizadas em Alagoinhas que descrevem ações das empresas exploradoras da cultura do eucalipto:

Nesse município a monocultura atinge diversos ecossistemas e populações rurais tradicionais, destruiu e destrói a diversidade biológica, gera contínuas ondas de migração e êxodo rural de famílias para as cidades onde cresce a miséria, desemprego e fome. (FASE/ES, 2006, p. 10)

[...] próximo a Aramari e Alagoinhas “estão derrubando floresta, capoeira e estão plantando na beira da cidade, na zona urbana, próximo da estrada e os moradores já tem medo de pegar ônibus para sair, porque tem violência nas plantações de eucalipto”. (FASE/ES, 2006, p. 10)

O relatório denuncia uma situação de dezessete famílias, na comunidade de Ladeira Grande (município de Alagoinhas), que sofrem a falta de água para o consumo humano e o impedimento, pela empresa Copener (ligada à Bahia Pulp), para que os moradores transitem pela propriedade da empresa em busca de água, utilizando, inclusive, seguranças armados para impedi-los. Segue o relato de morador da comunidade:

Antes da plantação havia diversos tanques de água que nos abasteciam o ano inteiro, depois do eucalipto muitos deles secaram, como esses que vocês estão vendo, atualmente, a empresa, faz tanques dentro de cada talhão para garantir água para o eucalipto, pois ele necessita de muita água. Outra reclamação da comunidade é o descumprimento da legislação ambiental e rodoviária, pois as empresas plantam o eucalipto em Área de Preservação Permanente e nas margens das estradas. (FASE/ES, 2006, p. 10)

Além das questões apresentadas, o relatório traz interferência da eucaliptocultura na comunidade quilombola de Alagoinhas e Aramari, conhecidas, respectivamente, como “Topo” e “Catuzinho”, que apresentam dificuldade em manter suas tradições na produção rural, em decorrência de a comunidade se encontrar rodeada de eucalipto e sofrer com a falta de água. Conforme relato do morador mais antigo da comunidade: “[...] quando a Copener plantou o eucalipto na cabeceira do rio, com pouco tempo o rio secou”.

A não valorização das construções culturais discutidas por Leff (2009) faz parte dessa atuação das empresas em regiões quilombolas, o que enfraquece a agricultura familiar e a deixa dependente do agronegócio do eucalipto.

Os autores do Relatório visitaram o território quilombola mencionado, constatando que “as nascentes principais do rio Catuzinho secaram o que ficou demonstrado pela situação da várzea que antes era totalmente alagada, agora está seca, arenosa e infértil”. (FASE/ES, 2006, p. 10).

Além das queixas apontadas pelas comunidades do “Topo” e “Catuzinho”, existe o problema ocasionado pelo tráfego de carretas que transportam as toras de eucalipto nas estradas que cortam o centro dessas comunidades rurais. O

grande perigo se dá pela possibilidade de um grave acidente que pode ocorrer com as crianças, que vão para a escola e brincam no entorno dessas estradas, em virtude do deslizamento dessas toras das carretas.

O relatório conclui que, desde 1970, ocorre a existência de atividades da monocultura do eucalipto (Copener e Bahia Pulp) e do pinus (outras empresas), para garantir o mercado de celulose e madeira certificada, conforme se constata com a ampliação de seu plantio no litoral norte. Os relatores sugerem novas pesquisas na região para aprofundar os dados devido ao pouco tempo que tiveram de investigação *in loco*, correspondente a três dias, e que visitaram apenas quatro municípios (Camaçari, Aramari, Catu e Alagoinhas) dos vinte e um de abrangência da empresa Bahia Pulp.

Por fim, os autores “confirmam a existência de insatisfações das populações, trabalhadores rurais e urbanos, impactados pelas atividades irregulares desenvolvidas (e, portanto, ilegais) desde a década de 70” ((FASE/ES, 2006, p. 14), seja por parte de outras empresas e pela atual proprietária denominada de Bahia Pulp.

3.6 O CONFLITO NO DEBATE PARLAMENTAR MUNICIPAL.

Nessa pesquisa sobre o trabalho do agricultor familiar frente ao avanço da eucaliptocultura no município de Alagoinhas, compulsamos os autos da Câmara Municipal à procura de registros, ou manifestações, por parte dos vereadores, sobre esta situação, pois, segundo o que foi pesquisado, ocorreram, no município, passeatas dos agricultores familiares contra as plantações de eucalipto nos anos de 2011 e 2014.

O período de análise das atas das audiências da Câmara Municipal compreende de 2010 a 2019, devido à ocorrência de uma passeata, no ano de 2011, que mobilizou comunidades rurais em protesto contra o avanço da eucaliptocultura e a falta de investimentos do poder público para o trabalho do agricultor familiar. Portanto, o período pretende contemplar possíveis debates ou direcionamentos tomados pelo legislativo municipal acerca do tema em questão.

Nos anais da Câmara Municipal, foram encontrados, no período de 2011 a 2019, temas de audiências públicas que mencionam prejuízos ao meio ambiente por parte da cultura do eucalipto, bem como uma solicitação apenas

de recursos financeiros para a agricultura familiar, o que ocorria na aprovação da Lei de Orçamento Anual – LOA ao final de cada ano.

Anteriormente, porém, (2001) registra-se nos anais da Câmara Municipal, quando, a 22 de março de 2001, se comemorava o “Dia mundial da água”, a preocupação por parte de alguns vereadores com a questão do eucalipto na região. Na ocasião, o vereador Jenser Muzica afirmava:

[...] quanto a COPENER, o prejuízo que esta empresa nos dá vai muito além do nosso conhecimento. Gostaria que o prefeito agilizasse o benefício/custo em relação a COPENER em Alagoinhas. Poderíamos utilizar uma parte das terras da COPENER para abrigarmos os sem-terra, que podem não ser filhos de Alagoinhas, mas são trabalhadores rurais [...]. (ALAGOINHAS, 2001, p. 01)

Ainda, no ano de 2001, o então vereador Ailton Borges fez o seguinte questionamento na reunião de 22/03:

Pergunta-se: o eucalipto é benéfico ou prejudicial a cidade? Quanto o eucalipto consome de água do nosso lençol freático? Dadas essas preocupações e baseando-se no projeto dessa casa, de autoria do vereador Pedro Marcelino, que trata da questão do aproveitamento do eucalipto em nossas padarias, pizzarias e em nossas olarias. Diante dessas necessidades, a empresa Copener confirmou a vinda dessa profissional, que estará amanhã em nosso programa e, em seguida, virá para a Câmara, para falar dessa questão tão importante para a nossa cidade. Solicitamos, também, a vinda da diretoria da empresa Copener nesta audiência pública, para que a empresa possa falar do benefícios que a empresa tem trazido para a nossa cidade, quantos empregos dá de forma direta ou indireta. (ALAGOINHAS, 2001, p. 01)

Ainda que fora do período de pesquisa, é notória a preocupação com o avanço dessa cultura na região de Alagoinhas, por parte de alguns legisladores, tanto na questão da ocupação territorial, quanto na proposição de empregos. O vereador Jenser sinaliza a existência de grandes hectares, por parte da empresa Copener, atual BRACELL, inclusive, sugere a destinação de terras para abrigar os sem-terra do município; e o vereador Ailton Borges sinaliza a preocupação em ter mais elementos que direcionem a importância da Copener em Alagoinhas e seus possíveis impactos positivos e negativos no município.

Nessa sessão, o vereador Ailton Borges continua com os questionamentos:

[...] quero saber do Prefeito, qual o tipo de cooperação que a COPENER dá para a cidade, pois sabemos que com o plantio de eucalipto tira muita água do solo e vem comprometendo nossa água. (ALAGOINHAS, 2001, p. 02)

Ficou evidente, nesse momento, a preocupação com a eucaliptocultura no município de Alagoinhas, no que se refere à questão da preservação dos mananciais e à propriedade de muitos hectares que poderiam ser destinados ao trabalhador rural sem-terra.

Ainda, nessa audiência, encontramos o posicionamento do prefeito da época, o Sr. Joseildo Ribeiro Ramos, sobre o avanço da cultura do eucalipto no município:

[...] referente ao eucalipto, o problema não é do eucalipto, e sim a forma, a disposição do plantio, o povoamento na área. Em lugar nenhum do mundo é implantado um distrito Florestal como foi implantado há 25 anos atrás em nossa cidade, com incentivos fiscais, no entanto sem fazer um Projeto de Desenvolvimento na nossa região, isso é que é gravíssimo. Isso é que deve ser questionado, e aí os nossos mananciais, de fato, tem secado por conta dessa ação nefasta[...] (ALAGOINHAS, 2001, p. 03)

O posicionamento do Prefeito leva-nos a entender que o eucalipto foi plantado de forma irregular, sem um projeto de desenvolvimento, e, possivelmente, é o que causa impactos negativos no município. Ele não responsabiliza a cultura, mas a forma como foi iniciada a exploração comercial desse produto antes de sua gestão.

Não foi encontrada, nos anais da Câmara Municipal, a referida audiência pública sobre a plantação de eucalipto, mencionada pelo vereador Ailton Borges, que deveria ocorrer no dia seguinte à audiência pública de 22 de março de 2001. Nesta audiência, haveria uma discussão sobre os impactos da cultura do eucalipto no município de Alagoinhas, que seriam discutidos na Câmara Municipal com a presença de profissionais da área e, inclusive, a empresa Copener.

3.6.1 O debate parlamentar entre 2010 e 2019.

A audiência pública, datada de 08/11/2011, registra uma discussão proposta pelo então vereador Radiovaldo Costa, no que se refere à necessidade de maiores investimentos na agricultura familiar por parte do poder público. Aqui, começamos a perceber o interesse no desenvolvimento do trabalho agrícola por parte de alguns legisladores.

No dia 15 de outubro de 2019, ocorreu uma audiência pública³⁸, proposta pelo vereador Francisco Ribeiro (também conhecido, Thor de Ninha), que teve como tema “Alimentação escolar com produtos adquiridos da agricultura familiar”, fruto do requerimento 037/2019. Nessa audiência, tivemos a presença de produtores rurais, agricultores familiares, representantes de conselhos, associações rurais, sindicatos, representantes do poder executivo municipal, estadual e federal além de membros de universidades locais.

Ao iniciar, o vereador autor pontuou:

Sabemos de todos os problemas que a agricultura familiar passa, todas as suas potencialidades”. Entre os principais pontos propostos para discussão em relação a alimentação escolar foram levantados: Qual a produção que temos hoje? O que produzimos? O que poderíamos produzir? O que está na merenda escolar que ainda não conseguimos produzir e o que falta para isso³⁹? (ALAGOINHAS, 2019, p. 04)

A referida audiência garantiu um extenso debate sobre o desenvolvimento da zona rural e foram propostos alguns encaminhamentos a serem atingidos, são eles:

Realização de um encontro de formação para as organizações da agricultura familiar; acompanhamento sistemático do programa nacional da alimentação escolar; viabilização de recursos para o fortalecimento da agricultura familiar; ampliação do número de produtores que fornecem alimentação escolar para o município; formação de uma comissão pluripartidária para discutir questões acerca do fornecimento de alimentação escolar

³⁸ Não encontrei a ata dessa audiência pública nos anais da Câmara Municipal, as informações foram adquiridas através de pesquisa na Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal – ASCOM através do site institucional.

³⁹<http://camaradealagoinhas.ba.gov.br/alimentacao-escolar-e-agricultura-familiar-sao-temas-de-audiencia-publica/>

pelas cooperativas e sua ampliação; criação do Plano Municipal da Agricultura Familiar. (ALAGOINHAS, 2019, p. 06)

As demais Atas de audiência pública do município de Alagoinhas, do período em estudo, só mencionam a necessidade de mais investimento na agricultura familiar, a aquisição desses produtos por parte do poder público em especial na merenda escolar, discorrem sobre a criação da Secretaria Municipal de Agricultura no governo do ex-prefeito Paulo César Simões no ano de 2017.

Nesse período, de 2010 a 2019, os legisladores que demonstraram sensibilidade a esta questão do agricultor familiar e do avanço da eucaliptocultura foram: Radiovaldo Costa, Luiz Sérgio Santana (MEMO), Djalma Santos, Jorge da Farinha e Luciano Sérgio.

Não encontrando mais informações acerca da pesquisa, nas Atas de Audiência Pública, passamos para a análise das Atas de Sessão Ordinária da Câmara Municipal, no período de 2010 a 2019. Nessas atas, foi observado um maior entrosamento de vereadores sobre a questão do avanço em hectares da cultura do eucalipto no município de Alagoinhas e alguns debates/discussões.

Na zona rural, referente ao distrito de Riacho da Guia, o vereador Radiovaldo Costa, na Sessão de 22 de abril de 2010, sinaliza:

Quero falar um pouco do problema que estamos vivendo com a fazenda que pertencia ao saudoso Maninho da Laranja e que os novos proprietários estão querendo plantar eucalipto em uma área de mil tarefas de terra. Tivemos uma reunião com os responsáveis pelo plantio e mais de duzentos moradores da localidade, que se pronunciaram totalmente contrários a plantação de eucalipto naquela região. Depois que perceberam a reprovação dos moradores, a empresa recuou. Foi realizada outra reunião, convidando apenas os vizinhos da fazenda, achando que o número de pessoa iria ser mínimo. Enganaram-se! Toda comunidade estava presente novamente. Os moradores daquela região avisaram que, se insistissem, iriam entrar na área e arrancar as mudas. Isso mostra a força da comunidade quando se junta, se organiza. O debate e a presença da comunidade foi fundamental para a vitória. (ALAGOINHAS, 2010, p. 03)

O depoimento do vereador mostra a importância dos movimentos sociais no direcionamento de situações de enfrentamento, que, nesse caso, tem relação com o uso da terra. A união da comunidade evitou o plantio do eucalipto numa região que, no passado, era próspera em laranjais, daí a menção do Maninho

das Laranjas (antigo fazendeiro da região). Mas, o vereador ainda complementa, nessa audiência, sobre o fato ocorrido:

Esse é um momento histórico. É a primeira vez que se consegue barrar o plantio de eucalipto em nossa região. Com este movimento, as pessoas que estavam à frente deste projeto, abandonaram a ideia de plantar eucalipto naquela fazenda. Foram preparadas quarenta tarefas para serem plantadas com o eucalipto. Isso expulsaria o homem ainda mais do campo. Precisamos urgentemente fazer uma ação para conter, definitivamente, com esse plantio desordenado de eucalipto. O Poder Público Municipal não está fazendo seu papel. A Lei Orgânica prevê dez por cento como limite máximo para o plantio de eucalipto em nosso território. A liminar que derruba a nossa Lei Orgânica a Prefeitura não foi competente para derrubar. Mesmo assim, o município tem que estar atento, porque a Copener pode plantar, por conta da liminar, mas qualquer outro órgão está impedido. (ALAGOINHAS, 2010, p. 03)

O complemento de sua fala faz um alerta sobre a liminar que a empresa Copener (atual BRACELL) conseguiu para manter o plantio de eucalipto no município, e que a Prefeitura não consegue derrubar, além de fazer menção à Lei Orgânica, que está sendo desrespeitada, pela referida liminar, e o possível êxodo rural provocado pela eucaliptocultura.

Ainda, no ano de 2010, o mesmo vereador faz menção, na sessão de 07 de dezembro, sobre a liminar que autoriza o plantio de eucalipto em Alagoinhas, e cobra mais celeridade por parte do poder público em cassá-la; assim como fez com a liminar que a ACIA (Associação Comercial e Industrial de Alagoinhas) impetrou para não ter o feriado da Consciência Negra e a Prefeitura conseguir cassar:

Eu quero elogiar a postura do Poder Executivo, em relação ao feriado do dia da Consciência Negra. A Procuradoria Jurídica conseguiu derrubar a liminar solicitada pela ACIA. Eu gostaria que tivesse o mesmo empenho para derrubar a liminar que dá o direito às empresas plantarem eucalipto, indo de encontro a Lei Orgânica Municipal. Perdeu-se o controle do plantio do eucalipto em nossa cidade e região. (ALAGOINHAS, 2010, p. 04)

Na sessão de 22 de fevereiro de 2011, o vereador Radiovaldo Costa, através do Requerimento 008/11, solicita que seja realizada uma audiência pública para discutir o fortalecimento e os desafios da comercialização dos produtos da Agricultura Familiar.

Na sessão de 24 de março de 2011, também reforça o que solicitou, através do Requerimento 008/11, sobre a audiência para tratar do fortalecimento e dos desafios da comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e sinaliza o descumprimento da Lei Federal 11.947 aprovada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula:

Quero falar do problema que os agricultores rurais estão enfrentando. O Presidente Lula aprovou a Lei 11.947, que defini regras da merenda escolar. Trinta por cento da merenda escolar, segundo esta Lei, tem que ser fornecida por produtos rurais da região. Em 2010, a cidade gastou setecentos mil reais com a merenda escolar. Mas pela quarta vez, a prefeitura não conseguiu cumprir a lei. Os técnicos da prefeitura não aceitaram que os produtores rurais usassem o que a lei lhe determina, que é realizar o pagamento de até dez mil reais através de recibo. O agricultor não tem nota fiscal, mas o governo entende que o pagamento não deve ser feito sem a nota fiscal. Assim, não conseguiremos fortalecer a agricultura familiar. Em por conta da falta deste cumprimento da lei, os agricultores não puderam ser beneficiados. (ALAGOINHAS, 2011, p. 02)

O vereador Jorge Gonçalves (Jorge da Farinha) faz uma denúncia sobre a exploração da cultura do eucalipto nas comunidades rurais:

O vereador Radiovaldo já esteve comigo em algumas comunidades. A Copener, as Cerâmicas, só querem destruir a agricultura. Os eucaliptos servem até para locais de desovas, o que torna o local perigoso, sem qualquer segurança. A Bahia Pulp oferece um valor absurdo para comprar terras, principalmente àqueles que os seus proprietários batem o pé firme e não querem vender. Quero parabenizar o vereador pela iniciativa. (ALAGOINHAS, 2011, p. 04)

Apesar da necessidade de fortalecer a agricultura familiar, através do requerimento do vereador Radiovaldo, é importante frisar o que o vereador Jorge Gonçalves denuncia: pressão para a compra de terras por parte de empresas que exploram o eucalipto, o impacto ambiental das empresas e, ainda, uma situação alarmante quando ele menciona a existência de “desovas”, descarte de cadáveres, nas plantações de eucalipto. Fica evidente que é uma pontuação delicada no que se refere à questão ambiental e de segurança pública.

Na sessão de 30 de março de 2011, foram encontradas algumas intervenções e reflexões sobre a existência da eucaliptocultura no município.

Primeiro, pelo ex-prefeito (2001-2004 e 2005-2008) e deputado estadual (2011-2015) o Sr. Joseildo Ramos, quando afirma:

Quando prefeito desta cidade, tivemos fortes debates sobre o reflorestamento em nossa cidade, quando embargamos uma plantação de eucaliptos no Jorrinho e entramos na justiça para que fosse cumprida a Lei Orgânica da cidade, que diz: apenas dez por cento do território pode ser plantado por esse tipo de vegetação. Nós saímos na frente. Alagoinhas foi o primeiro município do Brasil a construir o Plano Municipal de Saneamento Ambiental. (ALAGOINHAS, 2011, p. 02)

O Sr. Joseildo menciona a luta do município por diminuir o avanço da eucaliptocultura na região, no local chamado de “Jorrinho”, que fica na zona rural do município chamada de “Miguel Velho”; também sinaliza o descumprimento da Lei Orgânica e a necessidade de um Plano Ambiental para o controle dessa cultura. Na sequência, dessa sessão temos a ponderação do Padre Fred sobre a falta de fiscalização do poder público municipal nas questões ambientais:

O governo municipal não faz esforço para implantar a coleta seletiva em nossa cidade. O aterro sanitário não corresponde nem mais um pouco à legislação nacional. São lixos em cima dos trilhos, expansão do plantio do eucalipto, uso exagerado de veneno nas plantações. (ALAGOINHAS, 2011, p. 03)

O Padre Fred traz, em sua indignação, a expansão do eucalipto e o uso de venenos. Importante frisar que, até o momento, não foi destacada, anteriormente, a questão dos agrotóxicos utilizados pelas empresas que plantam o eucalipto e que podem causar danos ao meio ambiente, bem como à saúde de moradores da região onde ocorre o plantio.

Nessa mesma sessão, do dia 31/03, o vereador Radiovaldo Costa acrescenta, sobre o debate acerca do avanço do eucalipto:

Há seis anos bato nesta questão. Em dois mil e cinco, através de uma ação do ex-prefeito, oitocentos hectares deixaram de ser plantados no Miguel Velho. A situação do eucalipto em Alagoinhas virou um caos. As empresas mudaram suas estratégias. Elas estão usando pessoas físicas, que plantam em suas terras. Dez dias atrás impedimos o plantio de quatrocentos e cinquenta hectares. A comunidade rejeitou o plantio. O plantio de eucalipto traz um problema social sério, que é o trabalho escravo. O pior de tudo é que o plantio não trouxe desenvolvimento econômico para ninguém. Se essas terras estivessem sendo usadas para a agricultura familiar, tenho certeza que a cidade estaria bem melhor. (ALAGOINHAS, 2011, p. 05)

Em sua denúncia, o vereador, levanta questões importantes sobre a cultura do eucalipto na região: as empresas, por ultrapassarem sua quota de plantio, assediam pessoas físicas para plantar e fornecer para elas; a inexistência de desenvolvimento econômico pontual com essa cultura no município e a existência de trabalho escravo, o que deve ser averiguado pelos órgãos competentes devido à relevância da acusação. Embora tenham se passado nove anos dessas colocações, as mesmas devem ser apuradas na atualidade para, caso sejam verdadeiras, seus indícios sejam eliciados.

Na sessão do dia 01 de setembro de 2011, o representante dos Trabalhadores Rurais, Adelson Gomes Filho, fez uma denúncia em plenária da Câmara Municipal:

Ele finaliza chamando a Câmara, a Prefeitura e a Secretaria de Agricultura do Estado, para que seja discutido o problema do eucalipto em nossa região, pois os trabalhadores rurais estão sendo sufocados, o que está agravando o êxodo rural. No último dia 18, será realizada uma marcha contra o eucalipto. Quando fomos recebidos pelo Prefeito do Município, pedimos a ele que baixasse um decreto que proibisse o plantio de eucalipto em nossa cidade. Até agora, não tivemos qualquer resposta. Nada! Hoje nós temos dezenas de empresas que plantam eucalipto em nosso município. O Governo Municipal acha que para salvar a agricultura familiar é preciso criar a Secretaria de Agricultura. Achamos importante a criação da Secretaria, mas não podemos esperar mais. (ALAGOINHAS, 2011, p. 02)

Para acrescentar ao desabafo do representante rural, Adelson Gomes, o vereador Radiovaldo Costa complementa:

Eu não tenho dúvidas em afirmar que o plantio de eucalipto não contribuiu em nada para o desenvolvimento da nossa cidade. O prefeito assumiu esse compromisso que o companheiro Adelson acabou de falar. O Prefeito não marcou reuniões com o pessoal da Copener, das cerâmicas e do Governo do Estado. Ele não gastaria com isso um centavo. Faltou boa vontade e compromisso para ajudar a resolver essa problemática que enfrenta a agricultura familiar em nossa região. Até hoje nenhuma resposta foi dada. (ALAGOINHAS, 2011, p. 03)

Nessa mesma sessão, o vereador Jorge Gonçalves (Jorge da Farinha) manifestou apoio, em parte, ao que foi dito pelo Adelson Gomes, e chamou a atenção dos deputados estaduais em relação ao mesmo fato (agricultor familiar e eucalipto) que ocorre nos municípios circunvizinhos. E complementa:

[...] não justifica o prefeito não tentar marcar uma reunião para debatermos sobre as demissões da Copener, o avanço desenfreado do eucalipto. O que temos que fazer é defender a zona rural e discutir a expansão do eucalipto, o resto é papo furado. (ALAGOINHAS, 2011, p. 03)

Na sessão de 08 de setembro de 2011, o vereador Radiovaldo Costa levanta a discussão sobre a precariedade da produção do agricultor familiar e cobra mais tecnologias:

Nos reunimos na SEDEA, para conversarmos sobre a Expo e os agricultores familiares. Conseguimos dois estandes para a agricultura familiar expor os seus produtos. Precisamos construir uma feira para a agricultura familiar. Nós vivemos em Alagoinhas a produção de mandioca do século dezenove. Em outros locais a produção por hectare chega a sessenta toneladas por hectare. Aqui, não passa de oito. Estamos montando uma comissão para visitar a EMBRAPA. Tem um projeto em Salvador que vai precisar de mandioca. Alagoinhas foi procurada mas não tinha demanda para suprir o que seria pedido. (ALAGOINHAS, 2011, p. 05)

Na sessão de 13 de outubro de 2011, o mesmo vereador denuncia que foi chamado pelos moradores do Estevão e região (zona rural), pois existia a possibilidade do plantio de eucalipto naquela região. O mesmo afirmou que vai mobilizar a comunidade para impedir.

Na sessão de 27 de outubro de 2011, o vereador Radiovaldo Costa menciona a importância da zona rural, denominada de Catuzinho, que, através de decreto federal, foi reconhecida como comunidade quilombola, embora não tenha recebido os recursos a que faz jus. Além disso, a comunidade sofre com a falta de água e “sem contar a expansão do eucalipto, que vem trazendo diversos transtornos para a nossa zona rural, prejudicando a agricultura familiar” (ALAGOINHAS, 2011, p. 02), reforça o vereador.

Na sessão de 13 de dezembro de 2011, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 013/11, do Poder executivo, que institui o Código Municipal do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente, para a administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais no município de Alagoinhas.

O vereador Radiovaldo Costa manifesta apoio à aprovação do Código Ambiental e espera que esse possibilite maior fiscalização, por parte do município, das plantações de eucalipto, da poluição sonora e outras demandas que o referido código preconiza.

Na sessão de 07 de fevereiro de 2012, o vereador Radiovaldo Costa se manifestou contra a criação da Secretaria de Agricultura nos moldes apresentados e votou contra: “Nós votamos contra por diversos motivos na votação da criação da secretaria de agricultura, por diversas coisas: impacto orçamentário e tantos ou problemas que detectamos” (ALAGOINHAS, 2012, p. 02).

Em 17 de abril de 2012, na sessão da Câmara Municipal, também falou sobre uma reunião que participou no distrito de Boa União (Alagoinhas):

Estive numa reunião em Boa União, para discutir sobre o eucalipto. Nessa data as empresas intensificam o plantio. Discutimos, inclusive com a filha do ex-prefeito Miguel Fontes. Ela teve uma postura muito tranquila e praticamente conseguimos convencê-la em não deixar plantar eucalipto na região, em cerca de oitenta hectares. A tarde participei de outra reunião, mais uma vez para tratar sobre o eucalipto. Lá a discussão não é mais com a Copener e sim com um empresário da área de cerâmica. O senhor Eduardo recuou e desistiu de plantar eucalipto. Foram duas reuniões importantes e duas vitórias para essas comunidades. A Copener ainda traz prejuízo e provoca esse tipo de situação. (ALAGOINHAS, 2012, p. 03)

O vereador Radiovaldo Costa, na sessão de 22 de maio de 2012, pede uma correção no projeto para implantar o Conselho de Defesa Civil, visto que em “[...] Alagoinhas não tem trabalhador rural, tem trabalhador da agricultura familiar” (ALAGOINHAS, 2012, p. 03). E, ainda, explica que, para o Ministério da Agricultura, o trabalhador rural tem carteira assinada e o agricultor familiar não tem.

Em 05 de junho de 2012, o vereador Radiovaldo Costa denuncia que a UARA (União das Associações Comunitárias Rurais de Alagoinhas), cumprindo solicitação da Prefeitura Municipal, convidou as associações para que participassem da entrega de sementes e adubos nas dependências do Estádio Municipal Antonio Carneiro (Carneirão); chegando lá, o Adelson Gomes, representante rural, constatou que estavam distribuindo grãos e não sementes em sacos de moinho de trigo. Imediatamente foram desautorizados pela EBDA

(Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola). Isso mostra um descaso com o agricultor familiar, pois a Secretaria de Agricultura não soube diferenciar grãos de sementes.

Na sessão de 12 de março de 2013, o vereador Radiovaldo Costa apresentou um Requerimento de nº 008/13, que solicita audiência pública para tratar questões atinentes ao fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Alagoinhas e argumentou na sessão:

O vereador Djalma fez um discurso sobre a agricultura. A agricultura do nosso município já vem sofrendo há muito tempo. Por uma sucessão de erros, há trinta anos, Alagoinhas passa por isso. Sou formado na área de agricultura e sei que Alagoinhas precisava da Secretaria de Agricultura. Fui contra, pela visão que o governo tinha no momento. O governo atual não dá prioridade a agricultura, a não ser que mude. Quando o prefeito Joseildo colocou no orçamento noventa mil reais, fomos massacrados aqui. Se pegarmos ano a ano o que foi investido na agricultura, no governo Paulo César, não dá para nada. Se não me engano, o ano passado foi quarenta e oito mil reais. Não se distribui adubo químico sem análise de solo. Merenda escolar está vindo, na sua maioria, fora da cidade. Temos que discutir também o problema do eucalipto em nossa cidade. Não dá para discutir agricultura familiar sem discutir o eucalipto. (ALAGOINHAS, 2013, p. 03)

Na sessão de 10 de outubro de 2013, o vereador Jorge Gonçalves faz uma colocação que os recursos do governo municipal são poucos e sugere que a Lei que rege o plantio de eucalipto em Alagoinhas, seja revista e que esta seja mais enérgica. Ainda afirma: “Eucalipto seca rios, sim”. Nesta mesma sessão, o vereador Djalma Santos sinaliza as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, em especial na região dos Borges (distrito de Riacho da Guia), e fala da necessidade de trazer uma nova fonte de renda para a zona rural, a exemplo da piscicultura, não se esquecendo de mencionar que os donos das cerâmicas são grandes plantadores de eucalipto para abastecer seus fornos.

Na sessão de 28 de novembro de 2013, o vereador José Edésio faz afirmações sobre o surgimento da cultura do eucalipto na cidade de Alagoinhas, e considerações sobre a existência do êxodo rural:

Uma pesquisa feita em um mil novecentos e oitenta e sete, surgia no município uma agressão à cidade por causa da cultura do eucalipto. Naquela época já queriam implantar uma fábrica de celulose. Eu contei com o apoio da professora Iracy para lutar contra isso. Naquela época já lutávamos contra o êxodo rural.

Hoje a gente vê o eucalipto tomando conta da zona rural. Os pequenos agricultores vendiam as terras para a Copener e iam morar no Barreiro, no Mangalô. O dinheiro dava para comprar a casa, o som e uma televisão. O dinheiro acabava e não tinham mais o aipim, a batata, o beiju. Iam pegar feira, a coisa apertava e começavam a furtar pequenas coisas, depois coisas maiores. (ALAGOINHAS, 2013, p. 03)

O vereador Edésio traz, em sua fala, denúncias gravíssimas sobre o avanço desenfreado da eucaliptocultura, bem como o resultado do êxodo rural de alguns agricultores, e, em seu relato, fica evidente a subalternização desse grupo social, a partir do momento em que venderam suas terras e foram morar em bairros periféricos no município de Alagoinhas (Barreiro e Mangalô).

Nas atas de sessão ordinária, correspondentes aos anos de 2014 e 2015, não foram encontradas discussões referente à pesquisa, e os vereadores não mencionaram a agricultura familiar, tampouco a questão do avanço da cultura do eucalipto no município de Alagoinhas. No ano de 2016, na sessão de 15 de março, foi encontrado um registro da fala do vereador Luciano Sérgio solicitando uma emenda de 300.000 para um galpão da agricultura familiar.

No ano de 2017, foram encontrados dois registros sobre o tema de pesquisa: um, em 20 de março, onde o vereador Jorge Gonçalves sinaliza a necessidade de o poder público adquirir produtos da agricultura familiar; e, outro, em 17 de outubro, quando o vereador Luciano Sérgio menciona a necessidade de uma melhoria para a agricultura familiar, por parte do poder público, acerca de recursos a serem destinados.

As atas de 2018 foram analisadas e foi encontrado um registro, no dia 03 de abril, em que o vereador Anderson Baqueiro denuncia que a Secretaria de Municipal de Agricultura (SEMAG) gasta 90% (noventa por cento) do seu orçamento com a manutenção de estradas na zona rural, que, na verdade, deveria ser com o agricultor familiar. Nas demais atas desse ano, não foram encontrados registros que mencionem o tema de pesquisa.

No ano de 2019, foi encontrado apenas um registro, no dia 25 de julho, em que o vereador José Cleto parabeniza o dia do agricultor familiar e denuncia que 30% da merenda escolar deveria ser fornecida pela agricultura familiar e isso não acontece. E, o vereador Raimundo Alves (Gode) afirma: “[...] precisa incentivar que o agricultor fique nas suas terras” (ALAGOINHAS, 2019, p. 02). Com base nessas afirmações, podemos inferir que a Lei Federal que garante à

agricultura familiar o percentual de trinta por cento na oferta da merenda escolar e a preocupação com o êxodo rural são questões discutidas durante algumas sessões, desde 2010, na Câmara Municipal, e tudo indica que, até o momento, sem uma solução real.

3.7 NARRATIVAS DE UM AGRICULTOR FAMILIAR: TRABALHO, RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTOS.

O trabalho de pesquisa enfrentou alguns obstáculos, com destaque para a condição da pandemia da COVID-19, que dificultou o trabalho de campo e as entrevistas, além do medo de represália, ao conceder entrevista, por parte de agricultor familiar; a cautela de representantes do poder público em dar entrevista por ser ano eleitoral, e a fragmentação dos movimentos sociais, que outrora militavam contra o plantio de eucalipto na região e, atualmente, estão desmobilizados.

Tendo em vista as dificuldades, conseguimos coletar dados que consideramos relevantes e que visam responder sobre à questão de pesquisa: Quais as condições de trabalho do agricultor familiar no município de Alagoinhas frente ao avanço da Eucaliptocultura? Apesar dos dados e das dificuldades enfrentadas, conseguimos entrevistar um agricultor familiar que vivenciou o processo de chegada do cultivo do eucalipto, no município de Alagoinhas e região, bem como as condições que provocaram o êxodo desses agricultores de suas terras em favor da eucaliptocultura.

Conforme os estudos de Andrade (2015), sobre conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos no sudoeste baiano, a região de Alagoinhas não ficou a desejar pelo fato de, na década de 1970, os movimentos sociais terem partido para o litígio com as empresas madeireiras e promoverem mobilizações capazes de fazer frente ao poder do Capital.

A pessoa entrevistada que representa a agricultura familiar é identificada como “Entrevistado E”. Na oportunidade, fez um breve relato, desde sua adolescência até os dias atuais, quando conseguiu presenciar o deslocamento dos agricultores da zona rural para a cidade, o que favoreceu a cultura do eucalipto.

Em suas narrativas, a pessoa entrevistada afirma que, por volta do ano

de 1990, surgiram os rumores de uma pretensa instalação de uma fábrica de celulose no município de Alagoinhas, em decorrência do início do plantio de eucalipto por parte da antiga Bahia Pulp, empresa do ramo de celulose que começou a expandir pela região a eucaliptocultura. Contudo, com essa informação, membros da sociedade local (agricultores, políticos de partido de esquerda) e membros da Pastoral da Terra, da Igreja Católica, reagiram e fizeram movimentos no município e enfrentamentos diretos à empresa, com o argumento que a referida fábrica iria impactar negativamente no meio ambiente e poluir os rios com seus resíduos. A batalha foi vencida pelas empresas, mas a guerra continua.

O Entrevistado E continua, em sua narrativa, afirmando que a empresa passou a fazer um trabalho de visitas às comunidades rurais, informando que a presença dela na região era para garantir empregos para eles e, portanto, a empresa precisaria de terras para colocar o projeto em prática. Na ilusão do emprego na fábrica, muitos agricultores venderam suas terras “*por preço de banana*” e migraram para a cidade, na esperança de trabalhar na fábrica, o que não ocorreu em sua totalidade.

Sobre a empregabilidade, informa que alguns líderes do movimento social contra a eucaliptocultura foram absorvidos pela empresa, ocupando cargos importantes, quando estes tinham formação, e outros cargos simples (motorista, ajudante) “quando não tinha formação boa”. Essa atitude da empresa nada mais é do que uma forma de “*silenciar os questionadores no eucalipto*”, completa a pessoa entrevistada.

Sobre o avanço da eucaliptocultura, no município de Alagoinhas, o Entrevistado E diz que muitos agricultores venderam suas terras para a empresa e, assim, os agricultores que não vendiam eram vítimas do “*sufocamento*” das plantações de eucalipto em torno de suas propriedades, o que muito prejudicava sua produção de alimentos. Dessa forma, tiveram que vender suas terras, pois a produção já não era mais a mesma, inclusive, ele, que herdou terras dos pais, que outrora militaram contra o referido plantio de eucalipto, teve que vender a sua.

Um ponto preocupante, que o Entrevistado E nos apresenta, é a pulverização de agrotóxicos nas plantações de eucalipto por parte da BRACELL, nas regiões de Matinha (distrito de Riacho da Guia) e próximo ao município de

Inhambupe, que faz divisa com Alagoinhas. O grande problema é que a pulverização ocorre sem avisar à comunidade, o que acarreta doenças para os agricultores que ainda sobrevivem nessa região. Ele mesmo conhece muitos agricultores que estão com problema de respiração depois dessas pulverizações na região.

Numa tentativa de minimizar a pobreza na região e a falta de oportunidades para o agricultor que ainda sobrevive na zona rural, a empresa fez uma parceria com as associações rurais para contratar pessoas para “catar ponteiros de eucalipto”. Essas pessoas se cadastram nas associações e, na condição de terceirizados, recolhem as ponteiros dos eucaliptos após o desmatamento com as máquinas, recebendo um valor aproximado de oitocentos a mil reais, de acordo com a quantidade de metros de ponteiros recolhidos. Desse valor, cinco por cento fica para a associação, como forma de incentivo a melhorias na comunidade. A grande questão que o Entrevistado E faz: “Quando acabar essas colheitas de ponteiros, e eles não plantarem mais eucalipto como vai ficar esses catadores? Desempregados e sem intimidade com a terra para plantar”.

Ainda, faz questão de dizer que o interesse dos agricultores que ainda sobrevivem na terra é promover uma harmonia entre eles e a BRACELL, só que isso não ocorre, e a empresa sempre garante a sua supremacia financeira e territorial. A pessoa entrevistada faz questão de afirmar: “Era criança quando os eucaliptos encurralaram e induziram que os agricultores vendessem ou arrendassem a terra, eu vendi”.

O Entrevistado E acredita que não teve força para lutar contra a empresa e era muito jovem, na época, para entender o que estava acontecendo. Não tinha como brigar só, pois a maioria de seus vizinhos já tinha vendido ou arrendado as terras para a eucaliptocultura.

Uma observação é feita pela pessoa entrevistada, no que se refere à questão dos rios no município de Alagoinhas. Sinaliza que o Rio Subaúma, em que, no passado, até mergulhava, devido a sua profundidade, atualmente, está seco “dá para andar no rio”, e isto começou a acontecer após o avanço da eucaliptocultura na região. Essa afirmação reforça a ideia de que o eucalipto tende a interferir no lençol freático do local onde está plantado, o que pode provocar a diminuição da vazão dos rios ou até secar.

Como solução para a situação do agricultor familiar na atualidade, o Entrevistado E: “A prefeitura deveria ouvir o que os agricultores precisam [...] não só adubo e sementes”. Fica evidente que um diálogo entre poder público e comunidade rural iria favorecer um melhor desenvolvimento agrícola que, evidentemente, favoreceria não só os agricultores familiares como o poder público. Sendo que este poderia até intermediar os enfrentamentos dos rurais com as empresas que exploram o eucalipto e, assim, fortalecer a agricultura familiar.

A partir do questionamento sobre as perspectivas atuais do agricultor familiar, a pessoa entrevistada afirma: “Difícil crescer pois as lideranças dos movimentos sociais não defendem a tese [...] os filhos vão trabalhar nos tratores, caminhões [...] líderes comprados e fragilizados”. Na verdade, é sinalizado uma dificuldade de resgate da agricultura familiar se os principais mobilizadores estão com outros interesses, que foram direcionados por propostas da empresa. Desta forma, é urgente que ocorra um diálogo entre agricultor, empresa e prefeitura para fortalecer o trabalho no campo e promover a permanência desse público na sua terra e, conseqüentemente, garantir a produção de alimentos para o município e a merenda escolar.

Para encerrar, é importante fazer menção ao que o Entrevistado E afirma ao longo da entrevista: “As laranjas perderam para o eucalipto”. Essa afirmativa, nos faz recordar que o município de Alagoinhas, historicamente, era conhecido com a “Terra das Laranjas”, por volta das décadas de 60, 70 e 80, mas, com o advento da cultura do eucalipto, essa realidade foi substituída. Um dos últimos grandes produtores de laranja foi o Senhor “Maninho das Laranjas”, na região do distrito de Alagoinhas, chamado de Riacho da Guia, e seus herdeiros estavam direcionando as terras para o plantio de eucalipto, conforme relata o vereador Radiovaldo em ata de sessão da Câmara de 22/04/2010. Isso não foi feito à época por causa de mobilização da comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da eucaliptocultura no município de Alagoinhas-BA permite um olhar diferenciado para o trabalho do agricultor familiar nesta região e seus agenciamentos com os órgãos governamentais que apoiam esta forma de economia. Diferenciado, porque permite perceber que o cultivo dessa planta exótica proporcionou um êxodo rural a partir da aquisição de milhares de hectares de terra por parte das empresas que exploram o eucalipto na região que, outrora, pertenciam à ancestralidade destes agricultores. Desta forma, falar da eucaliptocultura não se restringe apenas ao viés econômico, mas, cultural.

O cultivo do eucalipto na região começa na década de 1970, com a empresa Bahia Pulp que, rapidamente, passa a comprar hectares de terras dos agricultores, com a desculpa de que eles teriam o progresso financeiro com a venda de suas propriedades e até a possibilidade de trabalhar na empresa. Mesmo assim, um determinado grupo de agricultores resistiu a esse domínio territorial, com o questionamento de que essa cultura tinha a premissa de devastar o meio ambiente e enfraquecer a prática agrícola. Desta forma, os movimentos sociais, capitaneados pela Igreja Católica e membros do Partido dos Trabalhadores, participaram de enfrentamentos contra o avanço da eucaliptocultura, mas não tiveram êxito, por falta de apoio governamental e empresarial à causa do campo. O capital prevaleceu.

A discussão teórica e empírica organizada nesse trabalho parte da necessidade de um “olhar social” para as relações de trabalho do agricultor familiar no município de Alagoinhas, frente ao avanço do plantio de eucalipto que, em nosso Código Ambiental, é denominada de “planta exótica”, ou seja, não pertence a nossa plantação nativa. Foi perceptível, ao longo da pesquisa, que o sujeito político envolvido nesse enfrentamento, apesar do forte poder do Capital, ainda resiste, seja nas plantações realizadas em terras herdadas de seus ancestrais, seja na militância política junto ao sindicato de classe (SINTRAF), em busca de melhores condições para a categoria.

Resistência e enfrentamento são duas palavras amplamente conhecidas pelo SINTRAF, que permitem, ao longo do tempo, a sobrevivência do sindicato

e a luta incessante por melhores condições de trabalho, apesar de que algumas pessoas, que participaram dos enfrentamentos iniciais com as empresas que exploram o eucalipto, desistiram de lutar pela agricultura familiar em troca de uma vaga de emprego nessas empresas e/ou venda de suas propriedades para residirem na zona urbana, conforme algumas entrevistas.

O município de Alagoinhas, batizado pelo ilustre jurista Ruy Barbosa como o “Pórtico de Ouro do Sertão Baiano”, devido a sua localização permitir acesso ao norte e ao sertão da Bahia, já teve um momento áureo do plantio de laranjas, inclusive, já foi chamado de “Terra das Laranjas”. Todavia, com o advento da eucaliptocultura na década de 1970, a cultura da laranja perdeu espaço para o eucalipto e o pinus. Então, muitos agricultores venderam suas propriedades, na ilusão de ter uma vida estável na cidade, o que, para muitos, não foi possível, conforme relatos de vereadores, constantes nos anais da Câmara Municipal, sobre a existência de casos de agricultores que ficaram pauperizados e foram morar em locais periféricos no município e, portanto, adquiriram vulnerabilidade social que, outrora, não era uma realidade.

Os documentos analisados nesta pesquisa e as narrativas apresentadas nas entrevistas favorecem um traçado da nova configuração do trabalhador na agricultura familiar, no que se refere às dificuldades impostas a partir do avanço da eucaliptocultura, fato esse, discutido em vários momentos nas sessões da Câmara Municipal e no relatório de impacto socioambiental elaborado a pedido da FASE sobre a Bahia Pulp na região de Alagoinhas.

Apesar de uma legislação que delimita o cultivo de plantas exóticas no município, a Lei Orgânica e uma legislação que trata do Código Ambiental, o poder executivo em Alagoinhas não tem uma prática fiscalizadora transparente, que garanta o que está preconizado na legislação, conforme denúncias de vereadores em muitas sessões da Câmara Municipal e sinalização do SINTRAF.

Apesar do plantio do eucalipto, que avança além do permitido pela legislação, constatamos uma inexistência do cumprimento dos 30% garantidos sobre produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. Ou seja, esses fatores favorecem o êxodo rural do agricultor familiar, devido à diminuição de seus hectares de terra e, também, pelo pouco aproveitamento de sua produção agrícola por parte do poder público, o que fortaleceria sua economia e permanência na zona rural.

A questão de pesquisa que foi investigada é: Quais as condições de trabalho do agricultor familiar no município de Alagoinhas frente ao avanço da eucaliptocultura? Com base no que foi analisado, é possível informar que o agricultor familiar passa por dificuldades, na zona rural, para manter a sua produção. Foi verificada, nas entrevistas ou documentos analisados, uma situação de litígio por parte do sindicato e/ou agricultor familiar em relação ao avanço da eucaliptocultura.

Para avaliar a situação do trabalho do agricultor familiar utilizamos o objetivo geral: analisar a atual condição de trabalho do agricultor familiar e os possíveis conflitos socioambientais e econômicos decorrentes da nova espacialização do capital no município de Alagoinhas-BA, face ao avanço da eucaliptocultura. E, foi comprovada a existência de conflitos à época da implantação da cultura do eucalipto, bem como transformação econômica na vida do agricultor familiar, visto que muitos migraram para a sede do município, na esperança de melhor condição de vida, pois haviam vendido as suas propriedades para as empresas, ou estavam sem condições de permanecer na terra, devido à pouca mobilidade imposta pela cultura do eucalipto.

Atualmente, existe uma nova espacialização no município de Alagoinhas, que, conforme registro histórico, vem decorrente de várias ondas de crescimento econômico que perpassou pela ferrovia, laranjais, fumo, curtume e, atualmente, além da eucaliptocultura, existe um verdadeiro polo cervejeiro, devido ao município ser detentor da segunda melhor água do mundo.

Entre fatos históricos e econômicos, o município de Alagoinhas apresenta maior ênfase no setor terciário, que é a área da economia que integra as atividades do comércio e da prestação de serviços, contudo, o setor secundário (indústrias) apresenta um crescimento, a partir da década de 1990, com a chegada da antiga cervejaria Schincariol, atual Heineken. Mesmo assim, a exploração da cultura do eucalipto para o fornecimento de madeira certificada e celulose não cessou.

Na análise de dados, através das entrevistas, foi observado que o assunto “eucaliptocultura” é muito delicado, pelo fato de muitos entrevistados, em especial do poder público municipal, demonstrarem superficialidade nas respostas e nos assuntos, no que tange à fiscalização da referida cultura de plantas exóticas. Apenas por parte do sindicato e do agricultor é que foi verificada

uma maior ênfase nos prejuízos causados pela eucaliptocultura, a falta de articulação para minimizar os danos ambientais e sociais causados pelas empresas e a inoperância do poder público municipal em fortalecer a prática da agricultura familiar.

A atitude da sociedade civil e sindical, de enfrentamento ao avanço da eucaliptocultura no município de Alagoinhas, iniciado na década de 1970, traduz uma busca de fortalecimento de estruturas rurais perante o modelo capitalista imposto ao campo por parte das empresas. O que não ocorreu em sua plenitude e muitos retrocederam frente ao poder do capital e fragilizaram os movimentos sociais de defesa da terra e da agricultura familiar.

Não foram encontrados, nessa pesquisa, dados da espacialização do município antes e depois da cultura do eucalipto, portanto, verificamos um panorama abrangente no que se refere ao estado da Bahia, conforme figuras e gráficos apresentados ao longo do trabalho. Essa fragilidade apresenta uma necessidade de estudos mais aprofundados, que possam resgatar a real espacialização da cultura do eucalipto no município de Alagoinhas e no estado da Bahia. Talvez, a utilização de técnicas de geoprocessamento possa facilitar a real visão espacial das áreas ocupadas pela eucaliptocultura.

Com base no que foi analisado, foi constatado o cumprimento parcial da legislação federal e municipal na sua íntegra, no que se refere ao fortalecimento do agricultor familiar e à fiscalização municipal na exploração de terras para a eucaliptocultura. Seria interessante o empenho de parlamentares na equalização desse debate entre o agricultor familiar e a eucaliptocultura, bem como o envolvimento da Secretaria Municipal de Agricultura, como grande articuladora entre outras secretarias e setores que possam garantir o fortalecimento da economia agrícola e o respeito à legislação municipal, seja pelo percentual de área a ser utilizada pela cultura de plantas exóticas, seja pela garantia de trinta por cento de alimentos a serem consumidos pela merenda escolar.

Por fim, é possível verificar, no município de Alagoinhas, a necessidade de comunicação, interação e socialização da legislação que rege a agricultura familiar, com a perspectiva de reconstruir e/ou ressignificar os papéis das comunidades tradicionais na luta por suas terras, a partir de ações de enfrentamento e resistência ao longo do tempo, dentro de um embasamento

técnico-científico competitivo perante as empresas produtoras de papel, celulose e madeira certificada.

REFERÊNCIAS

ABAF. **Anuário**. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.abaf.org.br/download/bahia-florestal-anuario-abaf-2013.pdf>. Acesso em: 21 ago.2019.

ABAF. **Associação Baiana das Empresas de Base Florestal**. Disponível em: <http://www.abaf.org.br/noticias/noticias/197-lancamento-do-bahia-florestal-2015-e-relatorio-iba-2015>. Acesso em: 20 ago.2015.

ABAG. Associação Brasileira do Agronegócio. **Agronegócio contribui com 23,5% do PIB em 2017, estima CNA**. 06.12.2017. Disponível em: http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-agronegocio-contribui-com-23-do-pib-1. Acesso em: 26 jul. de 2020.

ABRA. Associação Brasileira de Reforma Agrária. **Por uma agenda de resistência**. 20?.

ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF 2010 ano base 2009/ ABRAF**. Brasília, 2010.

ALAGOINHAS. **Lei Orgânica do Município de Alagoinhas-BA**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-alagoinhas-ba> Acesso em: 20 JUL 2020.

ANDRADE, E. N.; VECCHI, O. **Os Eucaliptos: Sua Cultura e Exploração**. São Paulo: Typhographia Brazil de Rothschild & Comp, 1918.

ANDRADE, E.N. **O Eucalipto**. São Paulo, 1961.

ANDRADE, M. L. **A monocultura do eucalipto: conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos na região do sudoeste baiano**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

BAHIA FLORESTAL. **Relatório Florestal**. 2017. Disponível em: http://www.abaf.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Bahia-Florestal_Relatorio_ABAF_2017.pdf Acesso em: 26 fev. 2020. 28p.

BAHIA SPECIALITY CELLULOSE. Site oficial. Disponível em: <http://www.bahiaspeccell.com/web/pt/empresa/historico.htm>. Acesso em: 18 jun. 2013.

BATISTA, T. A. **Alagoinhas: plantio de eucalipto prejudica agricultura familiar**. Disponível em: <http://alagoinhas-bahia-acaminhada.blogspot.com.br/2011/07/alagoinhas-plantio-mde-eucalipto.html>. Acesso em: 24 JUL 2020.

BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo**. Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRITO, C. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

BRUYNE, P. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: **Os polos da prática metodológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CAMPOS, T. T. **O que é a agricultura familiar?** Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/desenvolvimento/o-que-e-a-agricultura-familiar/> Acesso em: 24 fev. 2020.

CARDOSO, P. **A importância do eucalipto no Brasil**. Painel Florestal. Botucatu. Março. 2000.

CARVALHO, H. M. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, n. 53, maio, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo: Brasil 1985/2012**.

COOPERA, **Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas**. 20?. Disponível em: <http://coopera.agr.br/visatildeo-missatildeo-valores-e-priciacutepios.html>. Acesso em: dez. de 2020.

CUNHA, J. S. Latifúndio, Reforma Agrária e Políticas Públicas para o Campo Brasileiro na Crise Sistêmica (1994-2015). **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**. 2016. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucesal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/264>. Acesso em: 08 out. 2018.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/> Acesso em: 04 maio 2013.

DOSOTO, R. R. **A importância do eucalipto na apicultura**. Disponível em: <https://www.apacame.org.br/mensagemdoce/71/artigo.htm>. Acesso em: 27 jul. 2020.

DOSSA, D. Produção e rentabilidade do eucalipto em empresas florestais. **Comunicado Técnico 83 – EMBRAPA**. Colombo-PR: 2002.

DOSSA, D. Produção e rentabilidade do eucalipto em empresas florestais. **Comunicado Técnico 83 – EMBRAPA**. Colombo-PR: 2002.

ESPÍNDOLA, H.S. Por uma abordagem territorial de história ambiental: uma leitura de Claude Raffestin. *In: XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis. 2015.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONÔMICA. **Relatório de levantamento dos impactos socioambientais relacionados à Empresa Bahia Pulp S.A. e afiliadas**. Elaborado por: SOUZA, Ivonete Gonçalves de; MONTI, João Luiz [S.l.], [200-]. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/12779799/relatorio-de-levantamento-dos-impactos-socioambientais->>. Acesso em: 20 ago. 2020

FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: BUAINAIN, Antônio M. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. **Campesinato e globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Plantio do Eucalipto - SMA, CHAMPION, CATI - SAA, SERFLORA S.A. – 2002**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:X2IZnvxoYBQJ:www.floresta.org.br/textos/cartilhaeucaliptoneo.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 03 abr. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782011000200005&script=sci_artt_ext Acesso em: 18 fev. 2014.

GONÇALVES, C. W. P. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. *In: SPOSATI, Aldaíza et al. Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

GONÇALVES, J. L. M. *et al.* Produtividade de plantações de eucalipto manejadas nos sistemas de alto fuste e talhadia, em função de fatores edafoclimáticos. São Paulo: **Revista Scientia Forestalis**, 2014.

GUANZIROLI, C. H.; SABBATO, A.; VIDAL, M. F. Evolução da Agricultura Familiar Nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários. **Revista Economia NE**, Fortaleza, 2014.

GUIMARÃES JÚNIOR, A. C. Biomassa; Biocombustíveis; Impactos Ambientais de combustíveis fósseis. *In: Apostila Pré-Universitária*. 4. ed. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBA. Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas. 2013. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=24857#ixzz3PBGPN8C5> Acesso em 18 jan. 2015.

IBGE. **Histórico do município de Alagoinhas – BA**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/alagoinha.pdf> Acesso em: 20 Dez 2020.

JESUS, H. L. M. Legislação e Normas Regulamentadoras. **Série bibliográfica Unit**. Aracaju: UNIT, 2011.

LABATE, C. A. **Biocombustíveis a partir da celulose: eucalipto no páreo**. 2008. Disponível em: http://agencia.fapesp.br/eucalipto_no_pareo/9405/ Acesso em: 20 jul. 2015.

LEI COMPLEMENTAR 083/2012 – Código Municipal do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.alagoinhas.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/LEI-COMPLEMENTAR-083-C%C3%93DIGO-MUN.-DO-MEIO-AMBIENTE.pdf> Acesso em: 20 Jan 2021

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL – ano 2004. Disponível em: <http://camaradealagoinhas.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO-1.pdf> Acesso em: 20 Jan 2021

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**. A territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LENOIR, R. Objeto Sociológico e Problema Social. *In: CHAMPAGNE et al. Iniciação à prática sociológica*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2000.

LOPES, C. R. **CATIVEIROS DE PAPEL: DESERTOS VERDES, PAPELEIRAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS (2009 – 2015)**. 30/09/2016. 183 f. (Doutorado em Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense, 2016

MANFREDINI, C. A Gestão e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais no Manejo de Eucalipto. **Anais** do VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. 2011.

MARX, K. **O Capital** - Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril cultural, 1983.

MAZZOCHIN, M. S. **A dinâmica geoeconômica do setor florestal brasileiro**: da gênese a reestruturação. (Tese) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Saúde, Florianópolis, SC, 2016. 305p.

MEIRELLES, D.; CALAZANS, M. **H2O para celulose x água para todas as línguas**. Vitória: FASE, 2006.

MINAYO, M. C. S. Introdução: conceito de avaliação por triangulação de método. *In*: MINAYO, M. C. S; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, 2005, p.19-52.

MIRANDA, M. C. **Projeto Maraltino** - Estudo de Impacto Ambiental da ampliação da base florestal da Cia de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA. Pojuca, Bahia, 2011.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, UFRRJ, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, Dez. 1994.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, E. **Expansão da eucaliptocultura no Planalto da Conquista**. 2012. 346f. Tese (Doutorado em Geografia). (Dissertação de Mestrado) - Núcleo de Pós-Graduação em geografia, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2012.

OLIVEIRA, J. T. **Território do Agronegócio**: expansão dos monocultivos do eucalipto e da produção de celulose na Bahia. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. 338p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Ecologia e capital: quando a teoria não esquece o mundo. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, 2009.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasileira, 1970.

REPÓRTER BRASIL. **Deserto Verde**: os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil. 2011. Disponível em: http://www.escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2013/07/upfilesfolder_materiais_arquivos_cartilha_desertoverde.pdf Acesso em: 03 abr. 2015.

SALGADO, I. M. **Problemas Ambientais e Econômico-Sociais do Monocultivo de Eucalipto em Conceição da Barra (Norte do Espírito Santo)** 07/03/2016. 169 f. (Doutorado em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária Instituição de Ensino) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFRRJ. 2016.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la> Acesso em: 24 abr. 16.

SANTOS, J. D. **A síndrome de Burnout nos trabalhadores da cultura do eucalipto na região de Alagoinhas-BA**. (Dissertação de mestrado) - Programa de Pós-graduação em Bioenergia, Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, Salvador, 2015, 70p.

SANTOS, L. C. R. **A Igreja inacabada e a Estação Ferroviária**: memórias e monumentos em Alagoinhas-Bahia. (Dissertação de Mestrado) - Santo Antônio de Jesus, UNEB – Campus V, Programa de Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, 2010.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2011.

SILVA, J. G. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

SOUZA, I. G. **Eucalipto e o veneno silencioso**: expansão da monocultura de eucalipto no extremo sul da Bahia. Agrotóxicos, violação de direitos e manipulação ideológica. (Dissertação de Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2016.

UPB. União dos Municípios da Bahia. **Agricultura familiar nas escolas é destaque em Alagoinhas**. 31 jul. 2014. Disponível em: <http://www.upb.org.br/noticias/agricultura-familiar-nas-escolas-e-destaque-em-alagoinhas> Acesso em: 25 JUL 2020.

VIANNA, J. N. S. Os desafios da bioenergia para o desenvolvimento sustentável no Brasil. *In*: VIANNA (Orgs.), João Nildo e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

VITAL, M. H. F. Impacto ambiental de florestas de eucalipto. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Poder Público Estadual

LOCAL: BAHATER - Litoral Norte e Agreste Baiano

DATA:

Nome: Enéas

Nível de Escolaridade:

Ocupação: Coordenador

- 1) Discorra sobre o apoio da BAHATER ao agricultor familiar.
- 2) A BAHATER tem conhecimento, na região do Litoral Norte e Agreste Baiano, da existência da eucaliptocultura? Como essa cultura é fiscalizada?
- 3) A BAHATER tem algum estudo científico que avalie o possível impacto ambiental da eucaliptocultura no município e, em especial, na produção rural? Justifique.
- 4) Como a eucaliptocultura contribui para a economia municipal? Explique.
- 5) O avanço da eucaliptocultura interfere na produção do agricultor familiar? Justifique.
- 6) Apresente pontos positivos e negativos da cultura do eucalipto no município.
- 7) Apresente os projetos desenvolvidos pela coordenação local da BAHATER em prol do agricultor familiar.

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA**Sindicato do Agricultor Familiar**

LOCAL: Sede do SINTRAF

DATA:

Nome: Adelson Gomes Filho

Nível de Escolaridade:

Ocupação:

- 1) Como ocorre o apoio do sindicato ao agricultor familiar?
- 2) Como ocorre o apoio do poder público municipal ao agricultor familiar?
- 3) Segundo o art. 156 da Lei Orgânica, nenhuma área do Município poderá ser plantada com reflorestamento em monocultura de espécie exótica acima de 10% (dez por cento) de toda a extensão do Município. O sindicato tem conhecimento de algum agricultor familiar que tenha sido prejudicado pelo desrespeito a essa lei municipal? Explique.
- 4) Quantos agricultores familiares existem no município que são assistidos por esse sindicato?
- 5) O sindicato percebeu alguma alteração na quantidade de agricultor familiar neste período de 10 (dez) anos? Explique.
- 6) O avanço da eucaliptocultura interfere na produção do agricultor familiar? Justifique.
- 7) Apresente pontos positivos e negativos da cultura do eucalipto no município.
- 8) Atualmente, como se configura (como está caracterizado) o trabalho do agricultor familiar na região de Alagoinhas frente ao avanço da eucaliptocultura?
- 9) Pode expor alguma informação importante que não foi questionada anteriormente.

APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Poder Público Municipal

LOCAL: Alagoinhas-Bahia

DATA:

Nome: Geraldo Almeida

Nível de Escolaridade: Superior Completo – Agronomia

Ocupação: Secretário Municipal de Agricultura

- 1) Como ocorre o apoio do poder público municipal ao agricultor familiar?
- 2) Segundo o art. 156 da Lei Orgânica, nenhuma área do Município poderá ser plantada com reflorestamento em monocultura de espécie exótica acima de 10% (dez por cento) de toda a extensão do Município. Qual setor é responsável por esta fiscalização? Existe alguma plantação exótica que ultrapasse este limite? Explique.
- 3) O município tem algum estudo científico que avalie o possível impacto ambiental da eucaliptocultura no município e, em especial, na produção rural? Justifique.
- 4) Como a eucaliptocultura contribui para a economia municipal? Explique.
- 5) O avanço da eucaliptocultura interfere na produção do agricultor familiar? Justifique.
- 6) Apresente pontos positivos e negativos da cultura do eucalipto no município.

APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA**Movimento Social**

LOCAL: Alagoinhas-Bahia

DATA:

Nome: Entrevistado E

Idade: 63 anos

Ocupação: Agricultor familiar

- 1) Como ocorre a participação dos movimentos sociais no fortalecimento da agricultura familiar?
- 2) Descreva a participação do poder público no apoio ao agricultor familiar.
- 3) A eucaliptocultura interfere na produção do agricultor familiar? Explique.
- 4) Existe registro de conflitos entre o agricultor familiar e as empresas que exploram o eucalipto em Alagoinhas? Cite-os.

APÊNDICE E – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, abaixo assinado(a), autorizo a Universidade Católica do Salvador, por intermédio da doutoranda Jandira Dantas dos Santos, devidamente assistida pela sua orientadora Professora Doutora Ângela de Carvalho Borges e pelo seu Co-Orientador Professor Doutor Joaci de Sousa Cunha, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

1-Título da pesquisa: O avanço da eucaliptocultura X o trabalho do agricultor familiar no município de Alagoinhas-Ba.

2-Objetivos: Primário - Compreender a atual configuração do trabalho do agricultor familiar no município de Alagoinhas-Bahia tendo em vista o avanço da Eucaliptocultura, e secundários - Catalogar documentos que retratem a repercussão social do avanço da cultura do eucalipto na região de Alagoinhas-BA; Descrever a atuação laboral do agricultor familiar na contemporaneidade e sua interface com a cultura do eucalipto; Listar políticas públicas na região direcionadas a proteção dos direitos sociais do agricultor familiar.

3-Descrição de procedimentos: Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, a partir de uma combinação de estratégias metodológicas, utilizando **pesquisa documental** por meio da consulta aos arquivos públicos municipais de atas, requerimentos, entre outros do município de Alagoinhas-Bahia, com histórico de discussões ou legislações pertinentes ao trabalho do agricultor familiar e a eucaliptocultura. Haverá, também, consulta a registros das atas das reuniões do Sindicato do Agricultor Familiar e do Sindiflora. Além disso, será utilizada como instrumento a **entrevista semiestruturada** com personagens do poder público, sindicatos e agricultor familiar. As entrevistas serão escritas e, depois, será feita a **análise de conteúdo** do material coletado.

4-Justificativa para a realização da pesquisa: O desenvolvimento do presente estudo é relevante, uma vez que irá discutir sobre o avanço da cultura do eucalipto em Alagoinhas e sua relação com a configuração do trabalho do agricultor familiar, e se esta situação vem a comprometer a preservação do Cinturão Verde que promove o abastecimento de alimentos básicos da população urbana.

5-Desconfortos e riscos esperados: O participante poderá sentir-se desconfortável ao compartilhar informações pessoais e confidenciais, como as referentes às questões subjetivas que envolvem, nas narrativas, o resgate de memórias referentes ao trabalho do agricultor familiar e ao avanço da eucaliptocultura. Contudo, se for perceptível e expressada tal situação, o sujeito não precisa responder a qualquer pergunta ou parte de informações, se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar. Fui devidamente informado dos riscos acima descritos e de qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa, que será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

6-Benefícios esperados: Reveste-se, portanto, de significativa importância a tentativa de identificar a gênese da agricultura familiar no município de Alagoinhas, as empresas que exploram a eucaliptocultura, historiar possíveis conflitos socioambientais e mapear a existência de movimentos sociais contrários ao plantio do eucalipto, podendo não existir benefícios diretos e/ou os esperados com o conhecimento gerado.

7-Informações: Os participantes têm a garantia de que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

8-Retirada do consentimento: O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

9-Aspecto Legal: Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília/DF.

10-Confabilidade: Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) do participante não será divulgada. Porém, os voluntários assinarão o termo de consentimento livre e esclarecido para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações.

11-Quanto à indenização: Não há danos previsíveis decorrentes da pesquisa, mesmo assim, fica prevista indenização, caso se faça necessário.

12-Os participantes receberão uma cópia deste Termo assinada por todos os envolvidos (participantes e pesquisadores).

13-Dados do pesquisador responsável: Jandira Dantas dos Santos – Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania - Universidade Católica do Salvador.

Endereço: Rua Joel de Carvalho, nº 59, Bairro Centro, Alagoinhas-Ba, CEP 48005-080
Telefone (75) 98805-8021/3422-4770 – e-mail: jandirapedagoga@gmail.com

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador.

CEP/UCSal: Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205 – Federação – Salvador/BA – CEP: 40231-902-Tel: (71) 3203-8913 | E-mail: cep@ucsal.br

Alagoinhas-Ba, ____ de _____ de 2020.

ASSINATURA DO(A) VOLUNTÁRIO(A)

Jandira Dantas dos Santos
Pesquisadora

ANEXO

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – FASE/ES

Relatório de levantamento dos impactos socioambientais relacionados à Empresa Bahia Pulp S.A. e afiliadas

FASE/ES - Federação de Orgãos para Assistência Social e Econômica

Elaboração: Ivonete Gonçalves de Souza (CEPEDES)

João Luiz Monti (CDDH)

Introdução

O presente relatório, elaborado por solicitação da FASE/ES (em atendimento à entidade Alemã Urgewald⁴⁰) e o conteúdo relatado foi, essencialmente, a partir de entrevistas concedidas por trabalhadores rurais e urbanos, moradores das comunidades impactadas, lideranças sindicais, associativistas e visita de campo na região de influência econômica da fábrica de celulose e das plantações do eucalipto de propriedade da multinacional Bahia Pulp S.A. Objetivou, como ponto fundamental, a descrição, de forma e conteúdos resumidos, sem classificar, separadamente, os impactos socioambientais presentes a partir das atividades da empresa principal e demais empresas terceirizadas⁴¹?

Os diversos problemas apontados, vivenciados pelas populações impactadas e encurraladas pela monocultura do eucalipto, demonstram um passivo socioambiental que, continuamente, tem sido negligenciado pelo Governo da Bahia. Isto contesta qualquer afirmativa de sustentabilidade divulgada pela empresa (e afiliadas) em questão, pois que a variada lista de problemas econômicos, sociais, ambientais e culturais não condizem com os aspectos relevantes para um desenvolvimento equânime sobre os vários parâmetros de avaliação para uma elevada qualidade de *vida*, tão necessários em todos os sentidos do termo. Os impactos sobre os recursos hídricos (que já são escassos na região) provocam o secamento e assoreamento dos poucos mananciais, o que vem inviabilizando os sistemas tradicionais de produção das populações locais, resultando em gravíssimo quadro social e ambiental.

Os resultados alcançados com o trabalho demonstram irregularidades diversas, desde

⁴⁰ A Urgewald é uma organização não governamental sem fins lucrativos, com sede na Alemanha e imbuída dos propósitos de orientação ao acesso aos direitos humanos, sociais e ambientais desde 1992, com atuações críticas junto aos diretores do Banco Mundial, em relação aos projetos desenvolvimentistas mundial. Outras informações podem ser obtidas no site: [www.urgewald.de/..](http://www.urgewald.de/)

⁴¹ **EMFLORS** - Empresa Empreendimentos Florestais Ltda., Condor Serviços Florestais Ltda., dentre outras

a poluição ambiental emitida por partículas sólidas das chaminés da fábrica, perpassando pela poeira intermitente das caldeiras que exalam poeira de cal e calor afetando trabalhadores, pela quebra de direitos trabalhistas ⁴²garantidos pela CLT Consolidação das Leis do Trabalho, e/ou mesmo, de orientações da OIT - Organização Internacional do Trabalho, descumprimentos de leis diversas dos licenciamentos e de monitoramento ambiental, até as dificuldades constantes que vivem os camponeses (relativas ao clima, pois faixas da região são áridas), pela falta de infra-estrutura mínima para sobrevivência, que tem a própria segurança alimentar afetada, seja nas cidades ou nas zonas rurais da região. Situações que ressaltam o vasto caminho de incertezas, medo e violência a percorrer na trilha do empreendimento em avaliação, aqui sinteticamente demonstrada.

Assim, compreendendo a importância das situações levantadas por trabalhadores, moradores e comunidades rurais de agricultores e quilombolas, listamos neste relatório os principais problemas abordados e percepções, referenciando com cuidado as origens das informações, para garantir o sigilo necessário à proteção dos entrevistados.

Objetivos

Realizar levantamento de notícias, levantamento fotográfico e os principais problemas que causam impactos socioambientais às comunidades sede e entorno das instalações e plantações de eucalipto, realizados pela empresa Bahia Pulp S.A. e afiliadas.

Metodologias

- Levantamento de notícias, documentos e site na Internet;
- Entrevistas com trabalhadores da fábrica da Bahia Pulp, trabalhadores da construção civil instaladas no complexo da fábrica, lideranças sindicais, lideranças de associações dos produtores rurais, assentados de Ladeira Grande, acampados de Oziel Alves, Quilombolas do Topo e Catuzinho, moradores dos municípios impactados: Camaçari, Alagoinhas, Aramari, Inhambupe;
- Levantamento fotográfico;
- Visita de campo.

Histórico do empreendimento

Instalada no Pólo Petroquímico de Camaçari, a 50 quilômetros de Salvador e a 100 km de suas plantações de eucalipto⁴³, a Bahia Pulp S.A. (cadastro de atividade econômica

⁴² A exemplo os que estão sendo questionados na justiça pelo Sindicelpa: o direito aos dicionais de insalubridade e periculosidade, carga horária de trabalho excessiva (tanto dos trabalhadores rurais no plantio como na fábrica).

⁴³ Com parte da madeira comprada de terceiros, a empresa possui plantações em 21 municípios: Camaçari, Dias D'Avila, Mata de São João, Pojuca, Catú, São Sebastião do Passé, Alagoinhas, Aramari, Inhambupe, Esplanada, Entre Rios, Cardeal da Silva, Rio Real, Ouriçangas, Itanagra, Araçás, Esplanada, Conde, Jandaíra, Teodoro Sampaio 5 Fonte: <http://www.celuloseonline.com.br/pagina/pagina.asp?iditem=111>

nos anexos e uma das nove fábricas na Bahia), é formada pela junção da fábrica de celulose Bacel com a empresa Copener Florestal Ltda., ambas pertencentes, anteriormente ao Grupo Klabin, foram adquiridas pelo Grupo RGM Internacional PTE (RGM), em outubro de 2003, sediado no território asiático, em Singapura.

A Bahia Pulp é produtora de celulose solúvel (patenteada com a marca *Solucel*) utilizada como matéria-prima para a produção de viscose, filamentos têxteis, alimentos, produtos farmacêuticos, derivados celulósicos especiais, acetato e outros.

A capacidade de produção da empresa é de 115 mil toneladas de celulose por ano e, com a ampliação fabril e das plantações, passará a produzir 365 mil toneladas/ano (ou seja aumentará a produção em 250 mil toneladas). Este número só é inferior a uma fábrica na África do Sul ⁴⁴o que, comparada sua produção no ano passado, mantém produção de 400 mil toneladas/ano.

Em 2005, através do processo n.º 2005-00664/TEC/RLO-0065, foi renovada a antiga LO - Licença de Operação ⁴⁵por mais 5 anos mantendo os mesmos índices de produção (115 mil toneladas de celulose ano), não fazendo menção da expansão da planta industrial (ver fotos de 1 a 5 nos anexos) que já está em processo, desde o protocolo de intenções com o Governo do Estado da Bahia em junho de 2004 e após o início das obras a partir do ano de 2005, com quantidades acima da triplicação da produção.

Os recursos a serem empregados no projeto de ampliação são da ordem de R\$ 985,7 milhões (Novecentos e oitenta e cinco milhões e setecentos mil reais), tendo sido aprovado pelo BNDES ⁴⁶- Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social, R\$ 450 milhões (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) e, apesar da "triplicação", a empresa tem divulgado que serão gerados 800 empregos ⁴⁷diretos (dos atuais 380 empregos distribuídos entre fábrica e plantios) e mais 3.500 empregos indiretos, ai incluindo-se os empregos temporários para as construções de ampliação da fábrica. Entretanto, no Cadastro de Indústrias da FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia as duas principais empresas geram, atualmente, um número total de funcionários, muito inferior ao que é divulgado: Bahia Pulp, 279 empregados e Copener Florestal Ltda., 119 empregados, tanto em função da existência da empresa como a triplicação

⁴⁴ Fonte: <http://www.quimica.com.br/revista/qd447/atualidades7.htm>

⁴⁵ Fonte: <http://www.seia.gov.br> - Se observamos com atenção as condicionantes da mesma LO renovada há indicações que já existem problemas ambientais: V - prevê a desativação "progressiva" de rede de efluentes enterrada danificada; IX – melhorias para o enquadramento da temperatura do efluente orgânico lançado no SO [Sistema operacional de efluentes Orgânicos]; X - implantar sistema de tratamento primário para efluentes orgânicos para atender à CETREL (A Cetrel S.A. - empresa instalada no Pólo Industrial de Camaçari, responsável pelo tratamento e disposição final dos efluentes e resíduos industriais, bem como pelo monitoramento ambiental do complexo industrial e de toda a sua área de influência"; XV - implantar melhorias no incinerador de gases não condensáveis para evitar instabilidades operacionais; XXXIX - requerer ao CRA a competente Licença quando do aumento da capacidade ou alteração do processo. Verificamos outras licenças, inclusive de outras empresas, nesse mesmo site e não encontramos outras licenças.

⁴⁶ <http://www.abimaq.org.br/ceimaq/meta3/download/bahiapulp.pdf>

⁴⁷ Outras fontes: http://www.acbahia.com.br/noticias.asp?id_coluna=1485, informa que "A unidade gera atualmente 450 empregos diretos e três mil indiretos, considerando a área florestal. Com a expansão, estão previstos cerca de 200 novos postos de trabalho diretos"; também no site http://www.sif.org.br/conexao/conexao.asp?destino=con_visualizar.asp?ID=659, "a unidade gera atualmente 450 empregos diretos e três mil indiretos, considerando a área florestal. Com a expansão, estão previstos cerca de 200 novos postos de trabalho diretos. Diversas atividades relacionadas à cadeia da celulose serão fomentadas com o aumento da nossa produção, conta Sérgio Kilpp, diretor de vendas e marketing da Bahia Pulp".

da fábrica de celulose.

Quanto a produção de celulose solúvel, de acordo com o diretor-geral da Bahia Pulp, Erton Sanches, a maior parte (95%) será exportada para o mercado externo - para países da Ásia, América e Europa - e o restante para o mercado interno com destinos diversos.

Algumas notícias informam que as áreas de plantios (ver fotos 10 e 11 nos anexos) da antiga empresa Copener⁴⁸10, atualmente da Bahia Pulp, somam 67 mil hectares, outras informam que a empresa está adquirindo mais 23 mil hectares, totalizando assim, aproximadamente, 90 mil hectares de áreas plantadas. Entretanto a empresa informa possuir 153 mil hectares em áreas totais, incluindo-se as áreas de preservação permanente ou reservas legais, nos 21 municípios da área de abrangência da empresa que mantêm seu Escritório Central no município de Alagoinhas. Há promessas, conforme depoimentos à imprensa, feito por diretores e outros funcionários, de que o processo de expansão continuará "para comportar o aumento de produção", estimado em 365 mil toneladas de celulose ano.

A justificativa para a expansão do plantio, segundo reportagem⁴⁹ do presidente Josmar Verillo, em 2005, está relacionada ao tratamento da matéria prima, pois "na produção de celulose solúvel o consumo relativo do eucalipto é acentuadamente mais volumoso em relação à de celulose para papel. Isso ocorre porque, para possibilitar a solubilidade, é preciso reduzir de 16% ou 15% para 1% o teor da hemicelulose. Consequentemente, a produção em peso de celulose solúvel oscila entre 35% e 38% do peso da madeira, marca acentuadamente mais baixa do que a apresentada na produção de celulose para papel, onde alcança 52%". Isso indica uma forte tendência de expansão da monocultura na região de atuação da empresa, que já vem praticando o arrendamento e fomento em áreas de terceiros.

Resultados

Diagnóstico de conflitos⁵⁰ sócio-ambientais em relação à plantações de árvores Coordenado pela consultora Anna Fanzeres

"O caso da *Bahia Pulp* ocorreu no município de Inhambupe, em junho de 2004 e é assim relatado pela empresa, de acordo com respostas enviadas para este Diagnóstico: *"A área invadida foi a sede da Fazenda Matinha. Na negociação evidenciamos que a fazenda era produtiva (plantio de Eucalipto), bem como que **as demais áreas estavam averbadas** como reserva legal e preservação permanente (se invadida é crime federal contra o meio ambiente). Como o grupo era do MST, também convidamos para uma reunião a inteligência da Polícia Militar (para garantir a ordem), nosso advogado, o secretário do meio ambiente de Alagoinhas (PT) e o líder regional do MST. Diante de um mandato judicial, previamente solicitado, e com uma **área***

⁴⁸ Há informações que a Copener e outras empresas já operam há mais de 30 anos na região.

⁴⁹ Fonte: <http://www.quimica.com.br/revista/qd447/atualidades7.html>

⁵⁰ Embora tenhamos considerado importante relatar as experiências contidas no texto abaixo, contidas no relatório citado e elaborado pela consultora Ana Fanzeres, por insuficiência do tempo da visita (a visita foi programada para 3 dias), não foi possível visitar a região onde ocorreram tais conflitos.

*alternativa disponibilizada pela prefeitura de Alagoinhas estes, após uma reunião interna, saíram ao anoitecer. Toda a operação foi acompanhada por nossos encarregados de vigilância patrimonial". Em relação à áreas de plantações atualmente pertencendo à Bahia Pulp, e à outros grupos empresariais, foram também encontradas informações sobre denúncias de cinco associações comunitárias da região de Sauípe (litoral norte) - Associação Comunitária dos Produtores e Trabalhadores Rurais do Médio Sauípe; Associação dos Pequenos Agricultores de Curralinho e Adjacência; Associação dos Moradores de Sauípe; Associação de Moradores e Amigos de Massarandupio; Associação de Artesãos de Sauípe, que por meio de um manifesto escrito reivindicam o apoio junto aos órgãos competentes e a comunidade em geral. O texto do manifesto é o seguinte: "São mais de trezentos posseiros filiados em Associações, algumas delas atuando na região há mais de cinco anos, que ocupam uma faixa de terra localizada entre a Praia do Forte e a Praia de Massarandupió, próximo às margens da Linha Verde. Além de ser parte integrante da Mata Atlântica, essa terra é também considerada Área de Proteção Ambiental Litoral Norte. O Objetivo principal dessas Associações é promover o bem estar da comunidade e o desenvolvimento auto sustentável da região, de maneira ordenada e planejada, buscando reduzir os impactos negativos sobre a fauna e a flora silvestre, estabelecendo refúgios **compensatórios para a fauna, evitando assim prejuízos para o meio ambiente ...** Para isso buscamos parcerias com o Banco do Nordeste e EBDA, além de entidades ligadas a permacultura e agricultura orgânicas, através das quais foram realizados cursos e palestras que contaram com a participação ativa da comunidade. São posseiros que retiram da terra o seu sustento (anexo 3), alguns vêm lutando e resistindo às investidas de empresas como Barreto de Araújo, COPENER, Indústria de Papéis Santo Amaro e, atualmente, KLABIN BACELL S.A. e PACAB BRASIL LTDA., há mais de 30 anos. Em outubro de 2001, a comunidade foi surpreendida com a notícia, através de jornal, que as áreas ocupadas, juntamente com outras, totalizando 18 mil hectares, estariam sendo leiloadas pela massa falida da Indústria de Papéis Santo Amaro. Novamente ameaçados, os posseiros buscaram resguardar seus direitos encaminhando ofício à Exma. Sra. Juíza de Direito da Vara Cível de Santo Amaro, Dra. Maria do Carmo Caribe, através da advogada Dra. Maria Antônia dos Santos Ferreira OAB-BA 6910. Em total desrespeito às leis. funcionários da KLABIN BACELL S.A. e da PACAB BRASIL LTDA., munidos de moto serra, escoltados por homens fortemente armados, começaram a intimidar os posseiros através de ameaças, destruindo cercas, plantações e casas, na tentativa de expulsá-los. Diante de tal situação, a Dra. Maria Antônia, representante legal dos posseiros, entrou com um pedido de liminar requerendo a Manutenção na Posse, dessa vez junto à Comarca de Mata de São João, conforme documento datado de 27 de novembro de 2001. Os posseiros continuaram a sofrer ameaças, agressões e destruições. E um verdadeiro ato de vandalismo e desrespeito para com a justiça o que vem sendo praticado por essas empresas na região (KLABIN BACELL S.A. e PACAB BRASIL LTDA.). No mês de abril 2002 o jornal A TARDE publicou a primeira de uma série de reportagens sobre os acontecimentos. Com a divulgação dos fatos, que se tornaram público, o movimento dos posseiros foi fortalecido. A Dra. Laura Scallda Ferri Pessoa Ferraz, M.D. juíza de direito da*

comarca de Mata de São João, marcou uma Audiência de Justificação para o dia 9 de agosto/2002. A KLABIN, através de seus prepostos, desembarcou na área, no dia 19 de julho/2002, dois tratores de esteira e reiniciou o processo de destruição visando, não somente as benfeitorias dos posseiros, mas também a própria Mata Atlântica. Com dois tratores avançando em paralelo atrelados a uma grossa corrente, processo bastante conhecido, poucos dias são o suficiente para uma destruição sem precedentes. Graças ao empenho da Doutora Aurivana Curvelo, Promotora da Comarca de Mata de São João, e a presteza da Delegacia do Meio Ambiente - Praia do Forte, no mesmo dia 22 (segunda feira) o ato criminoso foi interrompido. Porém a trégua durou pouco, pois os tratores recomeçaram a marcha da destruição 8 dias depois, dia 29 de julho. No dia seguinte, 30 de julho/2002, informada pela advogada dos posseiros, a Promotora da Comarca de Mata de São João, Dra. Aurivana Curvelo, encaminhou ofício ao IBAMA solicitando inspeção no local". Não foram encontradas mais informações sobre o desfecho deste caso e as entidades dos movimentos ambientalistas e sociais atuando na região que também foram contatadas, até o fechamento deste Diagnóstico ⁵¹ não proveram quaisquer outras informações sobre o assunto".

Trabalhadores da Construção Civil

A paralisação dos trabalhadores da construção civil (ver fotos 6 e 7 nos anexos), contratados para trabalharem nas obras de ampliação da fábrica, em Camaçari, foi geral. Estima-se que, nesta categoria de trabalhadores temporários, existam cerca de 3000 operários. Além de melhores salários e condições de trabalho reivindicam os adicionais de periculosidade e insalubridade a que tem direito, visto que durante o período que eles estão na construção inalam e estão expostos a gases tóxicos expelidos no processo de fabricação. Segundo um dos diretores do sindicato, "muitos trabalhadores chegam a desmaiar, a empresa tem obrigação de pagar e não paga". Outros trabalhadores denunciam que tem colegas com problemas na pele devido absorção de vapores e poeiras químicas e o corpo fica todo empolado, eu sei que é a poluição da fábrica a qual estamos expostos, mas os diretores da empresa afirmam que é a quentura, mas eu sei que não é, pois, se fosse quentura todos nós estaríamos empolados. É a poeira do cal acumulada no nosso corpo".

Os trabalhadores, entrevistados durante o processo de paralisação denunciam que em casos de acidentes as empresas não encaminham a CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, documento obrigatório para assegurar a condição do acidente, que comumente se transforma em "doença". O SINDITICCC - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, solicitou uma reunião com a DRT – Delegacia Regional do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego nacional, para tratar da

⁵¹ Reprodução integral de parte do Relatório Final de Consultoria (preservadas as características básicas do conteúdo do texto) das ocorrências levantadas por Ana Fanzeres, consultora do Programa Nacional de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente/Projeto MMA/FAO/TCP/BRA/2902, encontrado às páginas 112 e 113 do documento.

questão, pois vários trabalhadores foram demitidos com agravos de saúde sem serem assistidos pelas empresas.

Os trabalhadores reclamam também de ter que beber água quente (observe-se que estes trabalhadores estão expostos e/ou inseridos em um ambiente que em média as temperaturas situam-se entre 35° a 40° Celsius) pois as empresas não fornecem água gelada; atrasam o pagamento dos salários em até 12 dias, atrasam o fornecimento da cesta básica (que é acordada de ser entregue entre o dia 1o ao 5o dia). Até o dia da paralisação, 16/03/2007, não haviam recebido; restringem a apenas um uniforme (entre 2 ou 3 que deveria ser normal) e, ainda, em caso de demissão, ao trabalhador que ocupa a vaga deixada é entregue o mesmo uniforme, muitas vezes, em más condições de uso; empresas não repassaram o aumento conquistado (6%); descontam dos trabalhadores o INSS e não repassam ao órgão arrecadador.

Trabalhadores da Celulose

Diretores do Sindicelpa - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Celulose e Papel, em Camaçari, afirmam que, em sua grande maioria, os trabalhadores da fábrica vieram de outras localidades do Estado e do País. Porém, os trabalhadores informaram que com um recente acordo a empresa promete garantir a contratação de pelo menos 1/3 dos moradores de Camaçari. O acordo consistirá de incentivos fiscais oferecidos pela Prefeitura local, que deverá baixar de 5% para 2% o ISS - Impostos Sobre Serviços, para que a empresa contrate pessoas da cidade sede da empresa. Os trabalhadores da fábrica também paralisaram (ver foto8) várias vezes para reivindicarem melhores salários e melhores condições funcionais, inclusive unificação da jornada de trabalho, que segundo CLT pode ser de 6 (turno ininterrupto) e/ou 8 horas (turno com intervalo para descanso), com acréscimo de mais um turno de trabalho. Os trabalhadores da fábrica reivindicam um quarto turno de trabalho, o que significa jornadas de 6 horas normais.

A Diretoria do Sindicelpa informou que existem três processos coletivos tramitando na justiça referentes à direitos de insalubridade, periculosidade e, também, denunciam publicamente a falta de compromisso com a segurança dos trabalhadores. Um dos processos (o de n.º 1427/1999/133/05) já está em última instância, em Brasília.

Um trabalhador que compõe a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da Bahia Pulp informa que já houve situações que provocaram algumas mortes na fábrica (pelo menos três pessoas morreram), ocasionadas por falta de manutenção de equipamentos (empilhadeiras, caldeiras, prensas, etc.), vazamentos⁵² de licores e polpa quentes (há transbordamentos no processamento desses materiais) e horários excessivos de trabalho, que extrapolam turnos⁵³ de 12 horas, gerando ainda mais

⁵² Recentemente, houve um caso de trabalhador que sofreu conseqüências relativas a esses problemas e teve o corpo totalmente queimado, tendo que se submeter, até o presente, a tratamentos sofisticados para alcançar a cura e a estética, que jamais será a mesma.

⁵³ Os trabalhadores reivindicam a instalação de mais um turno de trabalho, o que vem sendo negado pela indústria.

insegurança no trabalho. Além dos direitos negados a empresa vem reduzindo direitos conquistados na Convenção Coletiva pelos trabalhadores. A conquista do último aumento salarial para a categoria (3,35%) somente foi garantido por intervenção da DRT.

Segundo os trabalhadores a Bahia pulp, atualmente, possui cerca de 140 empregos diretos (na fábrica) cerca de 400 empregos diretos e indiretos (nas plantações) e entre 3.000 e 4.000 empregos temporários criados pela expansão das instalações da fábrica no Pólo Petroquímico de Camaçari, que, até então, funcionava com tratamento químico utilizando elemento químico Ozônio e passará a funcionar com Cloro, Enxofre, etc. (ECF's).

Sobre questões ambientais, os diretores do sindicato denunciaram que as constantes emissões de gases e materiais particulados ocasionados por problemas de manutenção dos "Precipitadores Eletrostáticos". As informações são de que os equipamentos instalados apresentam falhas constantes e poluem o ambiente, com fortes odores e materiais químicos processados que são lançados. "E, sempre, que isso acontece prejudica a população do pessoal, lá de trás, do Lamarão", povoado distante entre mais ou menos 10 a 15 km da fábrica. Também relataram que na área da fábrica existem 8 poços artesianos profundos, origem de captação de água para sua utilização na indústria, e a empresa solicitou licenciamento de mais poços, o que segundo os trabalhadores foi negada a perfuração pelo órgão ambiental do estado - O CRA- Centro de Recursos Ambientais.

Trabalhadores rurais do MST de Camaçari

Líderes do MST na região acusam as empresas que plantam o eucalipto, e a Bahia Pulp, que vem adquirindo mais terras, de aumentar a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Reivindicam, também, a mudança dos atuais critérios e índices de avaliação que determinam se as terras são produtivas ou improdutivas, bem como a alteração e/ou substituição da MP 2.027/2000⁵⁴ que não permite que terras ocupadas sejam desapropriadas para a reforma agrária. Os atuais critérios intensificam os conflitos ao inviabilizarem a reforma agrária na região. Um dos conflitos apontados como críticos foi o caso ocorrido em Santa Luz, antigas fazendas de Sisal que foram ocupadas pelos trabalhadores rurais sem terra, tendo sido assentadas, posteriormente, as famílias.

A dificuldade de encontrar terras abertas levou os trabalhadores a cortarem os plantios de pinus e ocuparem algumas áreas da região. Uma das áreas é a ocupação dos "20 mil" (nome de um dos acampamentos citados), próximo à divisa vila com Camaçari. Um dos líderes do MST informou que "em 2004, um fazendeiro que era delegado de polícia,

⁵⁴ Fonte: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/09/263634.shtml> - "O governo de Fernando Henrique Cardoso estabeleceu maiores dificuldades para a realização da reforma agrária, através da Medida Provisória no 2.027, de 04 de maio de 2000, a qual estabelece que "o imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel. Em caso de reocupação do referido imóvel, este prazo será duplicado".

atirou, botou fogo nas barracas e correu [expulsou da terra] com o pessoal do MLT⁵⁵ [Movimento de luta pela], à época.

Embora tenhamos registros fotográficos de plantios de pinus e eucalipto no município de Camaçari, algumas declarações indicam que não existem plantios, mas que a empresa Bahia Pulp vem avançando na compra de terras e está com plantios (não se sabe ao certo se com plantios de pinus) na divisa entre Dias D'Avila e Camaçari. As estratégias de negócio da empresa Bahia Pulp - deixar a sociedade mal informada com as contraditórias declarações e publicações sobre quantos hectares de terras possuem, de fato, ou mesmo a produção em relação ao porte e produtividade dos plantios – são semelhantes às demais empresas do setor papel e celulose.

Trabalhadores rurais do MST de Catú e Alagoinhas

Também existe por parte das lideranças do MST local uma movimentação no sentido de impedir que as plantações avancem em detrimento da realização do assentamento de muitas famílias acampadas, a exemplo do acampamento Oziel Alves (ver foto 12 nos anexos), situado em terras em exploração pela Petrobrás. Os trabalhadores sem terra movimentam-se há mais de 7 anos reivindicando o assentamento das mais de 35 famílias originárias das periferias urbanas da região: "Já tamos [estamos] a há 7 anos nesse acampamento e não consegue outras áreas conversando com o INCRA. Chegamos a essa conclusão". O tempo de espera na atual localização desse acampamento (arredores de Alagoinhas) já dura mais de 11 meses.

As lideranças informaram que existe um pequeno grupo de vereadores na Câmara Municipal que busca manter a lei aprovada que limita o plantio do eucalipto em 8%, ao mesmo tempo em que denunciam que as plantações já ultrapassam 11% das terras do município. Informaram que na última "discussão na Câmara Municipal, todos os Vereadores, por força da luta (manifestações organizadas dos movimentos sociais), foram contra o aumento das plantações em Alagoinhas", pois já vêem prejuízos causados pela monocultura. Nesse sentido, ouvimos, algumas vezes, que está difícil a situação para arranjar terras agricultáveis para a reforma agrária ⁵⁶e que "a gente sabe que tem terras devolutas, mas não sabe aonde estão". Informa que o apoio que recebem do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoinhas é muito importante e que este sindicato vem sustentando importantes manifestações contra a monocultura do eucalipto na região e que, mesmo assim, não há consulta, à época dos licenciamentos, a este e outros STR's da região.

⁵⁵ O MLT - Movimento de Luta pela Terra, surgiu no ano de 1994, no sul da Bahia, a partir da crise de desempregos gerada pelas fazendas de cacau, que enfrentaram problemas com a "vassoura-de-bruxa" e outros problemas econômicos no período.

⁵⁶ Pela forma como os trabalhadores rurais se pronunciaram sobre esta situação, percebemos que parece haver um artifício ideológico "oculto" (na frase "dificuldade de arranjar terras para a reforma agrária"), disseminado, estratégica e informalmente, por empresas, fazendeiros e agentes governamentais, o que é contraditório ante a existência de terras devolutas nestas regiões.

Trabalhadores Rurais de Alagoinhas

Os trabalhadores rurais de Alagoinhas (ver foto 12 nos anexos), um dos municípios mais afetados pelo extenso plantio de eucalipto, denunciam os desastres sociais, ambientais e culturais: "No início, entre 3 a 5 anos do plantio, o pessoal ficou calado. Mas, começou a discutir em reuniões com o sindicato, associações e começou a luta".

Nesse município a monocultura atinge diversos ecossistemas ⁵⁷e populações rurais tradicionais, destruiu e destrói a diversidade biológica, gera contínuas ondas de migração ⁵⁸e êxodo rural de famílias para as cidades onde cresce a miséria, desemprego e a fome.

Os trabalhadores informam que houve audiências e, na última, foi elaborado um documento junto com pessoal de Inhambupe, mas, "Pararam [com as manifestações] porque a Juíza deu ganho de causa à Copener. A Copener ganha sem a lei e na ludibriação". Denunciam a concentração de terra pela monocultura do eucalipto que fez com que o preço das terras aumentassem muito. Atualmente 1 alqueire é vendido por até R\$ 150 mil (cento e cinquenta mil reais), dobrando, e às vezes, triplicando o valor das terras a depender de sua localização. E informaram, preocupados, que próximo a Aramari e Alagoinhas "estão derrubando floresta, capoeira e estão plantando na beira da cidade, na zona urbana, próximo da estrada e os moradores já tem medo de pegar ônibus para sair, porque tem violência nas plantações do eucalipto".

O STR de Alagoinhas denuncia que a Bahia Pulp divulga que vai plantar 150 mil hectares e, também, que o trabalho de plantio do eucalipto é "considerado como o trabalho escravo porque os trabalhadores sai 3 horas da manhã". Outra reclamação grave é como relação ao contato com a empresa e espera pelas decisões quando fazem algum pedido de lenha, estaca ou outro material qualquer, pois o pedido entregue na empresa, em Alagoinhas, vai para decisão na sede da empresa (na Ásia, assim informam) e só depois de muito tempo a resposta é dada.

Sobre os investimentos sociais da empresa Bahia Pulp, divulgados como em ocorrência

47 A mesorregião litoral norte [ou região das Bacias do recôncavo norte e Inhambupe, conforme sugerem os mapas nos anexos] é um mixto de mata atlântica, cerrado e caatinga. No litoral, o clima é úmido, com chuvas regulares, com maior concentração no período de outono e inverno, quando são atingidos índices pluviométricos acima de 1.600mm anuais, que chegam a 2.099mm em Salvador, com temperatura média entre 24 e 25°C. A faixa subsequente apresenta uma pluviosidade mais baixa, que varia de 1.500 a 1.200mm ao ano, com temperaturas entre 23 e 24°C, caracterizando um clima úmido a subúmido. Na faixa considerada como de transição, o clima varia de subúmido a seco, com pluviosidade entre 800 e 900mm. A partir dessa faixa, as chuvas tornam-se irregulares e escassas, concentrando-se no período de primavera e verão, com temperatura média anual de 24°C e déficit hídrico durante todo ano, condição natural do clima semi-árido. Fonte: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_64/caracterizacao.pdf

⁵⁸ Pesquisa escolar realizada nos bairros periféricos comprovaram que entre 10 pessoas que moram no local 8 vieram do campo onde tiveram terras ocupadas pela monocultura.

no município de Alagoinhas e região, os trabalhadores informaram que a empresa exigiu a assinatura de um contrato que responsabilizava os apicultores por qualquer dano ao "patrimônio da empresa", e que algumas associações e cooperativas, mesmo assim, assinaram o documento que compromete a sustentabilidade da atividade. Em palavras dos trabalhadores do sindicato "os apicultores se tornaram vigilantes e sendo responsáveis pelas plantações".

Ainda denunciam que no município de Entre Rios (e outros municípios do eixo de concentração dos plantios) 90% das terras agricultáveis estão ocupadas pelas plantações do eucalipto e pinus⁵⁹, em muitos casos de forma ilegal em áreas de APA's - Áreas de Proteção Ambiental e APP's -Áreas de Preservação Permanente.

Comunidade rural de Ladeira Grande - Alagoinhas

Na comunidade de Ladeira Grande, 17 famílias estão vivendo em situação sub humanas, já falta água para o consumo humano e até para os animais, pois a empresa Copener, responsável pelas plantações, proíbe a circulação das pessoas que vão em busca da pouca água que se acumulam nas propriedades das empresas. As áreas são vigiadas por seguranças armados da empresa. "Antes da plantação havia diversos tanques de água que nos abasteciam o ano inteiro, depois do eucalipto muitos deles já secaram (ver fotos 14 e 15 nos anexos), como esses que vocês estão vendo, atualmente, a empresa, (vejam que contradição extrema apropriam da cultura do homem do agreste e da caatinga) faz tanques dentro de cada talhão para garantir água para o eucalipto, pois ele necessita de muita água". Outra reclamação da comunidade é o descumprimento da legislação ambiental e rodoviária, pois as empresas plantam o eucalipto em Areas de Preservação Permanente e nas margens das estradas⁶⁰. "Nós

⁵⁹ Não há certeza de que a Copener ou Bahia Pulp possuam plantios de pinus, mas, no Relatório de Turismo Tecnológico de Entre Rios 2004, se afirma que "Segundo o DDF, na Sub-região Litoral Norte existem cinco empreendimentos vinculados a atividades de reflorestamento. A maior plantação de Pinus, ocupando uma área de 10.536 ha, pertence à Indústria de Papéis Santo Amaro e está localizada em Entre Rios. A Reflora é a segunda empresa em termos de área plantada com Pinus, possuindo em torno de 3.275 ha plantados em Conde e 3.439 ha em Esplanada. A Copener é a única reflorestadora com base em eucalipto e possui uma área plantada de 2.576 ha, também em Entre Rios. Enquanto os cultivos da Copener, Duraflora e da Indústria de Papéis Santo Amaro destinam-se à produção de celulose, a Reflora encaminha o seu pinus para a produção de energia e para serraria. Entre Rios, junto com Esplanada e Itanagra, são os municípios que apresentam maior extensão de propriedades de reflorestadoras. Fonte:

<http://www2.ba.sebrae.com.br/banco/documentos/biblioteca/RELAT%C3%93RIO%20DTT%20ENTRE%20RIOS%202.pdf>

⁶⁰ As distâncias utilizadas são mínimas, pois são plantadas árvores exatamente na margem das estradas vicinais ou estaduais, portanto, um ato ilegal, demonstrando, claramente, o desrespeito aos limites legais que se dão a partir do eixo das vias de tráfego e, também, das limitações das APP's previstas no Código Florestal Brasileiro - Lei 4.771/65.

temos medo de passar por estas **estradas em determinadas** horas, pois o plantio de eucalipto **serve de desova de** cadáver [es] e esconderijo de bandidos", palavras de um morador há 48 anos na comunidade, que manifesta-se indignado pelo fechamento de estrada tradicional que encurtava o caminho para a cidade de Alagoinhas.

Na opinião de um Técnico Agrícola, que orienta a Associação dos Pequenos Produtores de Alagoinhas, "a plantação desordenada do eucalipto proporcionou a destruição dos sistemas tradicionais de produção de alimentos que dinamizavam as economias locais e mantinham os trabalhadores no campo. Os pilares de **sustentação da** agricultura familiar tradicional, construído em séculos e em convivência com os ecossistemas e seus limites agroambientais, pois mantinham-se da coleta de frutos diversos como mangabas, cajus, etc., foram alterados, causando danos sociais, econômicos, culturais e ambientais de tal forma que os recursos naturais, a biodiversidade da fauna, flora, solos e, principalmente, da água estão escassos e isso gera desequilíbrio e pobreza em todos os níveis". Os moradores, pequenos agricultores afirmam que houve desmatamentos para o plantio do eucalipto.

Tanto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ligado a FETRAF - Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar, quanto o MST lamentam a situação da região envolvida pela monocultura. Muitas comunidades estão sem água, uma vez que os índices pluviométricos são, relativamente, baixos (entre 800 e 900 mm/ano com micro-climas bastante diferenciados) e os agricultores, geralmente, estão localizados distantes dos principais mananciais da região, sem ter sequer acesso ou terem na comunidade um poço artesiano com água boa para o consumo humano. Os moradores receberam promessas de perfuração de um poço (que já ultrapassa os 7 anos) feita pela Prefeitura, que instalou uma caixa d'água e abastece irregularmente (entre 7 e 15 dias).

Comunidade Quilombola de Alagoinhas e Aramari

A comunidade Quilombola ⁶¹de Topo e Catuzinho é formada, ainda hoje, mantém suas tradições à custa de muito sofrimento segundo alguns moradores. A comunidade está ilhada pelos eucaliptais e já sofre com a falta de água. Depoimento de um dos mais antigos quilombolas afirma que "quando a Copener ⁶²plantou o eucalipto na cabeceira do rio, com pouco tempo depois o rio secou". Visitamos o local e constatamos que as nascentes principais do rio Catuzinho, realmente, secaram, o que ficou demonstrado pela situação da várzea que antes era totalmente alagada, agora está seca, arenosa e infértil.

Percorremos os limites principais da comunidade e constatamos, além do ilhamento pelas plantações, a divisão da mesma comunidade em duas áreas por um plantio de eucalipto, que outrora fora vendida/ocupada por fazendeiros da região. Dessas plantações vizinhas, que ilham a comunidade, a empresa permite (caso único constatado, pois nas outras comunidades todos negaram essa prática) que os moradores quilombola apanhem lenha para a casa de farinha e para fogões domésticos.

⁶¹ Quilombolas: Negros remanescentes de Quilombos; lugar onde se protegiam os negros rebelados contra o sistema escravagista do período colonial. Palmares se tornou conhecido como foco de resistência e mais antigo quilombo do Brasil, embora existam muitos outros, que foram massacrados pelos colonizadores.

⁶² Quando se referem às plantações, geralmente, citam a Copener, porém existem (ou existiram) outras empresas particulares e terceirizadas com atividades nessa área de comércio e serviços.

Outro problema denunciado por moradores quilombolas foi o **tráfego de carretas** carregadas de madeira de eucalipto. A Prefeitura de Alagoinhas, em entendimento com moradores, construiu uma estrada, cortando ao meio a comunidade. A estrada foi construída em frente às construções principais da comunidade (igreja, escola e sala comunitária de reuniões) para beneficiar o escoamento das madeiras originárias dos eucaliptais. Conversando com moradores percebemos insatisfação pelo perigo que agora o trânsito de carretas trás, pela constante movimentação das crianças que estudam na escola e brincam no entorno da mesma.

Considerações finais

As diversas informações, colhidas através de relatos, denúncias, fotografias, notícias e outros documentos, confirmam a existência da atividade das monoculturas do *pinus*, por outras empresas, e eucalipto pela Copener Florestal Ltda. e Bahia Pulp na região desde a década de 70.

Segundo declarações do Governador, à época, Paulo Souto à imprensa oficial e demais noticiários do estado da Bahia, "Eles acabaram de adquirir uma ampla área que já está com reflorestamento em toda a região Norte, dando a possibilidade de triplicar ou quadruplicar sua produção no Pólo Industrial de Camaçari. Isso demonstra de uma maneira muito clara o fato de que as empresas sérias fazem novos investimentos na Bahia pela confiabilidade ⁶³do governo, pela capacidade de trabalho do nosso povo e pelas condições naturais que o estado abriga⁶⁴.

Do mesmo modo, o presidente Josmar Verillo revela, em entrevista, que "a monocultura está sendo expandida de 67 mil hectares para 90 mil hectares, a floresta de eucalipto comprada no litoral ao norte de Salvador, floresta plantada na década de 70 para suprir a Copene, atual unidade de insumos básicos da Braskem, com biomassa para as fornalhas das caldeiras⁶⁵. Pode-se, a partir dos testemunhos dos gestores citados, compreender e mesmo afirmar que de fato há um direcionamento exclusivista de "desenvolvimento" que beneficia o setor de papel e celulose.

Ao que se pôde perceber não existe uma preocupação incessante com a qualidade do processo econômico sustentado pelo marketing da empresa Bahia Pulp S.A. e propalado, inclusive por gestores públicos, como um dos mais "agressivos" segmentos industriais (potencial de poluição e monocultura) com atividades rurais e urbanas empreendidas através da utilização do conceito de "agronegócio" do atual sistema econômico vigente.

Constatadas, as manifestações contrárias ao "modelo" econômico relativas a descumprimentos legais nas áreas trabalhista, econômica, política, social, cultural e ambiental depõe contra as atividades da Bahia Pulp S.A. na região.

Nesse sentido, este relatório a partir do trabalho de levantamento com as categorias informadas, foi realizado num curto espaço-tempo. Apenas 3 dias passando por vários municípios e atuando com maior diligência em, apenas, 4 municípios (Camaçari, Aramari, Catú e Alagoinhas). Entretanto, a região onde atua a empresa é de 21 municípios. Por isso, sugerimos que sejam feitas pesquisas mais aprofundadas na totalidade da região de abrangência (sede da fábrica e entorno das plantações).

⁶³ "Confiabilidade", no caso dos vários governos carlistas que exerceram ditaduras de direita no estado da Bahia, pode ser entendida como palavra sinônima de redução de impostos, troca de favores políticos, financiamentos de campanha, ou mesmo o trocadilho "é dando que se recebe"

⁶⁴ http://www.bahiainvest.com.br/port/noticias/ultimas.asp?cd_noticia=711

⁶⁵ <http://www.quimica.com.br/revista/qd447/atualidades 7.html>

Embora o teor do presente relatório tenha sido preliminar, as diversas informações colhidas através dos relatos, denúncias, fotografias, notícias e visitas de campo, há na descrição situações co-relatas às demais empresas do setor instaladas no Brasil. E, ainda que de forma resumida, confirmam a existência de insatisfações das populações, trabalhadores rurais e urbanos, impactados pelas atividades irregulares desenvolvidas (e, portanto, ilegais) desde a década de 70, por outras empresas e pela atual proprietária do negócio, a Bahia Pulp. Enfim, buscou um resultado fidedigno à realidade encontrada.